

Cristiana dos Santos Luiz

PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA SÓCIO-
RACIAL INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília SER/IH/UnB, para obtenção do título de Mestre em Política Social (Área de Concentração: Política Social, Estado e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Mario Lisboa Theodoro

Brasília, DF
2010

BANCA AVALIADORA

Titulares

Prof. Dr. Mario Lisboa Theodoro - Orientador
Prof.^a Dr.^a Maria Inês da Silva Barbosa
Prof. Dr. Mario Angelo da Silva

Suplente

Prof. Dr. Joaze Bernadino

Aos meus mais velhos nas figuras da minha mãe Lina e meu pai Paciente

(in memorian)

e aos meus mais novos na figura da amada Laura.

Agradecimentos

À Lina, mulher preta, minha mãe, meu exemplo, maior apoio e ancestralidade que me perpassa. Os dedos negros que escreveram essa dissertação são filhos dos dedos da passadeira que criou 3 filhas e 5 filhos, praticamente só que nunca parou de estudar, viúva aos 49 anos e que seus setenta anos de vida me ensinaram a lutar e a não ter limites.

Aos Mários de importância ímpar na minha vida, Mario Ângelo e Mario Teodoro, figuras emblemáticas, professores e grandes amigos, pessoas gentis no esforço de construção de escutas atentas e cúmplices. Os afetos construídos ultrapassam a vida acadêmica e marcam minha trajetória- nos aconselhamentos, nas oportunidades e as inúmeras portas abertas, nas constantes ajudas e no companheirismo que tanto me fortaleceram e me impulsionaram a seguir em frente. Aqui fica registrado o meu eterno agradecimento a vocês que tanto fizeram por mim.

Às minhas irmãs Selma e Cristina e aos meus irmãos Celso, Celio, Jorge, Jair e Jurandir e demais familiares, minha comunidade e alicerce fundamental. Os caminhos trilhados são caminhados juntos, as rotas são compartilhadas, as conquistas coletivas e cada um e cada uma está sempre atenta aos passos de quem ama, apóia e anda ao lado. Minhas pernas não teriam chegado aqui sem vocês.

As minhas sobrinhas e sobrinhos que são a continuidade, perpetuação da história da família Luiz. Em especial, Laura, que parafraseando Chico Buarque é minha metade adorada.

Ao programa Brasil Afroatitude e às suas alunas e alunos, com os quais eu tenho uma eterna dívida. Responsáveis pela formação da minha identidade negra – numa negritude que se prolifera em comunidades e se revela na mulher negra que sou hoje.

Às minhas amigas e aos meus amigos, que me deram suporte e me suportaram. Agradeço a vocês pelo carinho, cuidado e pela compreensão do peso do processo de construção dessa dissertação, em especial, ao Luiz que dividiu o mesmo teto que eu nas tensões da produção dessa dissertação.

Ao meu namorado, que fez com que esse trabalho fosse um sonho vivido junto dividindo as angústias e as alegrias, sempre me incentivando e fortalecendo nessa caminhada e me ensinou amar sem exigir nada em troca.

A Alice, ombro amigo, cúmplice e escuta constante, grande amiga e terapeuta não remunerada.

A amiga Ester, os amigos Alex Brandão, Felipe Areda, Bruno Gomes e Wanderson Flor, que carinhosamente contribuíram diretamente na construção desse trabalho. A vocês a minha gratidão.

A Talita e Ludymilla, por tudo que me ensinaram. Guerreiras transcendendo e transformando realidades, conceitos, relações e modos de ver o mundo.

À professora Maria Inês, outro exemplo emblemático para nós mulheres negras e que gentilmente fez considerações fundamentais para o resultado desse trabalho.

À força das águas, das santas mulheres guerreiras, da religiosidade negra e da ancestralidade. Às forças que movem o mundo e nos movem.

À força das águas, das santas mulheres guerreiras, da religiosidade negra e da ancestralidade. Às forças que movem o mundo e nos movem.

Enfim, a todos que de uma forma ou outra, me apoiaram e vivenciaram comigo as dores e alegrias nessa trilha.

Assim, deixo aqui os meus Afroabraços.

Petardo

Escrevi aquela estória escura sim.
Soltei o meu grito crioulo sem medo
Pra você saber:
Faço questão de ser negra nesta cidade
descolorida doa a quem doer
Faço questão de empinar o meu cabelo
cheio de poder.
Encresperei sempre em meio a esta noite
embriagada de trejeitos brancos e fúteis.
Escrevi aquele conto negro bem sóbria,
Pra você perceber de uma vez por todas,
Que entre a minha pele e o papel que
embrulha os seus cadernos
Não há comparação parda cabível
Há um oceano
O mesmo mar cemitério que abriga os meus
antepassados assassinados
Por esta mesma escravidão que ainda nos
oprime
Escrevi
Escrevo
Escreverei
Com letras garrafais
Vermelho vivo
Pra você lembrar que jorrou muito sangue.

Cristiane Sobral

Sumário

Apresentação	9
Resumo.....	11
Abstract	12
Introdução.....	13
Capítulo I: Da Senzala para os Morros	29
1.1 - Percebendo o binômio: Raça e Identidade Negra.....	29
1.2 - Abolição da escravatura: processo inconcluso.	33
1.2.1 - Inserção do sujeito negro na sociedade brasileira.....	36
1.2.2 - Algumas considerações sobre a mobilidade social da população negra	39
1.2.3 - Democracia racial: harmonia das raças.....	40
1.2.4 - Então, somos Racistas?	43
2 - Políticas de Ações Afirmativas-AAAs: da cozinha para a sala de estar	50
2.1 - Sistema de reserva de vagas no ensino superior público: o filé mignon do conhecimento.....	54
2.2 - Entraves e desafios para inclusão do negro no ensino superior	58
3 - Por que traçar todo esse histórico?	64
Capítulo II: Afroatidade primeiras impressões	66
1 - O Programa Brasil Afroatidade-UnB	66
2 - O sonho acadêmico - mobilidade social	68
3 - O Elitismo Acadêmico	72
4 - Identidade Negra - Negritude.....	76
5 - Política de cotas - conhecimento da história do povo negro: racismo velado	83
6 - Portas abertas: ganhos simbólicos	84
7 - Permanência	89
8 - O Afroatidade foi:	92
CAPÍTULO III: Significado dos Achados	97
1 - Perfil dos alunos “Afroatitudianos” (2004 - 2010).....	97
1.1 - Os primeiros 50 alunos	98
1.2 - Os atuais alunos	101
2 - Olhar de quem se formou e passou pelo programa	103
2.1 - Primeira parte do questionário: perfil dos entrevistados.....	104
2.2 - Segunda parte do questionário: as impressões do programa.....	105
2.2.1 - Significado de participar do Afroatidade-UnB	106
2.2.2 - Ganhos proporcionados pelo Afroatidade-UnB	109
2.2.3- As dificuldades do Afroatidade-UnB	112
2.2.4 - O mérito do programa na visão dos alunos	116
2.2.5 - Percepção racial a partir do Afroatidade-UnB	117
3- Outro olhar sob o Afroatidade-UnB: o das assistentes técnicas	118
3.1 - Perfil das assistentes técnicas do Afro-UnB em 5 anos.....	118
3.1.2 - O perfil das assistentes técnicas e as dificuldades enfrentadas	119
3.1.3 - Dificuldades institucionais enfrentadas e impressão geral do Programa	121
4 - Considerações finais do capítulo	122
Considerações finais	125
1 - Os achados da pesquisa.....	127
1.1 - Os ganhos do Programa	127
1.2 - Entraves e desafios.....	129

1.3 - Outros achados	133
1.4 - Sugestões e recomendações do trabalho	136
Conclusão geral	138
Referências	139
Anexos:	145

Apresentação

Esse estudo foi idealizado pela pesquisadora como forma de agradecimento ao Programa Brasil Afroatidade, uma vez que esse proporcionou à mesma grandes realizações pessoais e profissionais enquanto essa esteve à frente da sua coordenação.

A estudiosa relata que a oportunidade de participar da coordenação do programa, sobretudo, remodelou e fortaleceu sua identidade de mulher negra, aflorando sua negritude. A partir desse fato ocorreu sua inserção oficial no estudo da problemática racial.

Sendo assim, optamos por relatar nesse primeiro momento um pouco da história dessa estudiosa das relações étnico-raciais para a partir daí demarcarmos o seu lugar de fala. Com isso temos o intuito de que os leitores entendam a verdade apresentada pela mesma, sabendo que não é a única vez que estamos em uma sociedade de conhecimentos plurais e consequentemente múltiplas verdades.

Em 2005, quando a pesquisadora bacharelou-se no curso de Serviço Social, foi convidada pelo Dr. Mario Ângelo Silva - então coordenador do Programa Brasil Afroatidade-UnB - para assumir a assistência técnica aos alunos e a vice-coordenação do projeto. Partindo dessa experiência, a pesquisadora teve oportunidade de sistematizar e compreender todas as suas vivências raciais. Participar do Afroatidade descortinou a realidade racial brasileira que a mesma possuía, embora intuitiva e vivencialmente soubesse das iniquidades do racismo já que passara por diversas vezes por situações nas quais pôde sentir as agruras do racismo brasileiro, contudo foi a partir desse momento que a mesma mergulhou no estudo da problemática racial.

Uma das primeiras coisas que chamou a atenção da pesquisadora foi a semelhança das histórias de vida dos alunos do programa o que, em muito, se assemelhava à dela: as experiências racistas vivenciadas nas escolas e no cotidiano, os questionamentos acerca da competência e da capacidade individual, a necessidade de esforço superior aos demais, dificuldades de entrar no mercado de trabalho e outras características ligadas intimamente à problemática racial.

A partir da experiência cotidiana do Afroatidade e da experimentação de ser negro, nasceu esse trabalho, que relatará, minimamente, entre outras coisas, que ao nascer negro não há detenção imediata de uma identidade e intimidade negra. É necessário um despertar para

essa questão, ao mesmo tempo em que essa é a única possibilidade de sermos completos. Sendo assim, esse trabalho demonstra uma experiência vitoriosa para a promoção dessa completude negra, apresenta um programa de muitos méritos, porém o principal deles foi possibilitar a vivência negra e a construção de uma identidade positiva para um grupo de alunos cotistas que tiveram, a partir do Afroatitude, suas vidas ressignificadas.

Resumo

Este estudo buscou traçar o perfil e o significado do Programa Brasil Afroatidade-UnB na visão dos alunos atendidos pelo programa. Para isso, foi feito um estudo de caso em duas etapas. Na primeira, foram realizadas entrevistas com cinco alunos e com as quatro assistentes técnicas que fizeram parte da coordenação do programa de 2005 a 2010. Na segunda etapa do trabalho foi feita uma análise documental do programa priorizando o banco de dados dos alunos. Foi constatado que o Programa Brasil Afroatidade contribuiu significativamente, em termos financeiros para a manutenção dos alunos na universidade e foi gerador de diversos ganhos simbólicos. O estudo mostrou ainda, que o Afroatidade- UnB se constituiu em espaço político de enfrentamento ao racismo intra e extramuros universitários, funcionando como um local de acolhida para os alunos que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas. Além disso, o programa se configurou como um dos principais fomentadores do processo identitário dos alunos. Um dos maiores méritos do programa foi o fortalecimento da identidade negra. A pesquisa mostrou ainda, que o principal entrave ao programa foi a sua baixa institucionalização. Por fim sinaliza que a não continuidade do programa pode ter sido em função do racismo institucional.

Palavras chaves: Racismo, Raça, Ações Afirmativas, identidade negra, política de permanência estudantil.

Abstract

This study sought to define the profile and importance of the Brazil Afroatitude Program – UNB from the point of view of the students enrolled in the program. For that, it made a case study in two stages. On the first, interviews were conducted with five students, three technical assistants who were part of coordinating the program from 2005 to 2008, and the current program's technical assistant. On the second stage, a documentary analysis of the program took place, prioritizing the database of students. It was noted that the Brazil Program Afroatitude contributed significantly, in terms of financially maintaining students in college; and generated several symbolic gains. It also showed that the Program became a political space to confront intra and extramural students' racism, functioning as a welcoming place for students who enrolled in college through the quota system. Furthermore, the program is one of the main promoters of the identity process of the students, one of its greatest merits being the empowerment of black identity. The survey also showed that the main obstacle to the program is its low institutionalization. Finally, it shows that interruption of the program may have been a reflex of institutional racism.

Key Words: racism, race, affirmative actions, black identity, student maintenance policy.

Introdução

Uma das ideias que fundamentam a sociedade capitalista, sobretudo a ocidental, é a neutralidade do Estado. Esse princípio da atuação neutra do Estado preconiza a imparcialidade estatal em todas as áreas, principalmente nas esferas: social, econômica, política, judiciária, legislativa. No entanto, a ideia de neutralidade tem se apresentado como algo, no mínimo, problemático. A dita neutralidade do Poder Público serviu apenas para justificar a omissão do Estado em determinados aspectos sociais, e em especial, tratar questões peculiares de minorais de grupos sociais.

Joaquim Barbosa Gomes nos faz uma importante afirmação teórica e política, dizendo que:

Especialmente nas sociedades que durante muitos séculos mantiveram certos grupos ou categorias de pessoas em posição de subjugação legal, de inferioridade legitimada pela lei, em suma, em países com longo passado de escravidão (GOMES, 2001, p.36)

Consequentemente, há de se destacar que essas nações tiveram suas culturas marcadas pela “hierarquização” de um grupo sobre o outro. Nesses países, incluindo o Brasil, apesar de a legislação garantir direitos iguais, poucas coisas foram realizadas na prática cotidiana para cessar o *status* de inferioridade dos grupos étnico-raciais não-hegemônicos. Ou seja, no caso brasileiro, o Estado se omitiu de promover a equidade racial, incluindo o fim da discriminação racial instaurada, mesmo após o término da escravidão no território nacional.

Assim, a igualdade material significa a garantia a todos das mesmas condições de acesso às oportunidades, às políticas públicas, aos bens de consumo, à produção e à igualdade de resultados. Somente assim, a verdadeira igualdade jurídica ou substancial¹ poderia se concretizar com a garantia desses direitos.

¹ “Não foi, pois, sem razão ou causa que o constituinte pátrio de 87/88 fez emergir, com peculiar força jurídica, no sistema constitucional por ele promulgado, o princípio da igualdade como um dos pilares mestres do edifício fundamental do direito positivo pátrio, mas não apenas ali se reiterou o princípio da igualdade jurídica, senão que se refez o seu paradigma, o seu conteúdo se renovou e se tingiu de novas cores, tomou novas formas, construiu-se, constitucionalmente, de modo inédito. A passagem do conteúdo inerte a uma concepção dinâmica do princípio é patenteado em toda a estrutura normativa do sistema de 1988”. Sobre esse assunto ver

As diferenças de compreensão a respeito do conceito de igualdade demonstram que a legislação por si só é incapaz de mudar o quadro social de desigualdades, produzido por um histórico sócio-cultural, baseado na exploração da força de trabalho de determinados grupos étnicos. Juristas como Joaquim Barbosa e Carmem Lúcia, entre outros, defendem que o conceito de igualdade, preceito previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é a garantia de forma equânime de oportunidade e resultados justos.

A igualdade substancial é um direito ainda em construção, diferente da dita igualdade formal que, à primeira vista, parece ser uma condição estática dada naturalmente, como muitos, principalmente os opositores da política de cotas, insistem em defender. A assertiva usual de que todos são iguais perante a lei é, de fato, algo duvidoso. A grande questão está em definir quem faz parte desse grupo denominado “todos” e como é construída essa igualdade.

Nesse sentido, entendemos a categoria “todos”, citada na referida Constituição de 1988, como sendo um aglomerado que inclui em sua totalidade os diversos grupos de seres humanos. Todavia, ainda que esses grupos possuam as mesmas características morfológicas básicas que a Biologia determina como sendo próprias dos seres humanos, os diversos grupos de seres humanos apresentam diferenças físicas visíveis. Infelizmente, essas diferenciações nas características físicas são hierarquizadas notadamente nas sociedades com forte passado escravista, uma das bases racionais que explica tal fato é a luta pelo poder social, econômico e político.

Essa hierarquia é naturalizada, introjetada na sociedade, permanecendo nela mesmo após a supressão da escravidão. Segundo Joaze Bernadino (2002, p.16), o conceito político de raça “só faz sentido e encontra lugar dentro de um sistema classificatório racial, que não somente opõem, mas hierarquiza as raças”. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães discorre sobre como é ridícula e ilógica essa nefasta hierarquização das etnias:

De fato, não há nada espontaneamente visível na cor da pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, ou mais fácil de ser discriminado nesses traços do que em outros, como o tamanho dos pés, a altura, a cor dos olhos ou a largura dos ombros. Tais traços só têm significado no interior de uma ideologia preexistente, e apenas por causa disso funcionam como critérios e marcas classificatórias. Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, Ação Afirmativa – o conteúdo democrático do princípio das igualdades jurídica. *Revista Direito Público*, 1996.

em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais (GUIMARÃES, 1999, p. 44)

É esse processo de hierarquização que vai determinar quais grupos serão incluídos na categoria “todos”, e assim esses grupos terão direito a desfrutar os benefícios e vantagens, garantidos na Constituição Brasileira de 1988 quando essa é efetivada na prática. Dessa forma, o único modo de garantir a existência de uma igualdade efetiva é fazer com que a diferença não se traduza em desigualdade, garantindo as mesmas condições de oportunidade e resultados. Isso é igualdade material.

Um passo importante a ser dado pelo o Estado brasileiro a fim de reverter o quadro de desigualdades sociais, raciais e de gênero é abandonar a postura de suposta neutralidade e intervir em prol das minorias sociais², assumindo seu papel de protagonista no campo das políticas públicas, sobretudo, as de cunho social. Nesse sentido, o Estado deveria incluir como ato prioritário no âmbito de suas políticas públicas para a promoção da equidade, as chamadas ações afirmativas.

Carmem Lúcia Antunes Rocha afirma que:

A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias (...). A Ação Afirmativa está inserida no princípio da igualdade jurídica concebido pela Lei Fundamental do Brasil, conforme se pode comprovar de seu exame mais singelo (ROCHA, 1996, p.285-286)

A Organização das Nações Unidas (ONU) referendou, em 1965, a Convenção Internacional Contra Todas as Formas de Discriminação Racial. Esse documento levou em consideração outras duas convenções: a Convenção sobre a Discriminação no Emprego e Ocupação³ de 1958, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Convenção contra a Discriminação no Ensino⁴ de 1960, da própria ONU.

² A ideia de minoria vem ao encontro do que afirma ROCHA, 1996: “Minoria não no sentido quantitativo senão que na qualificação jurídica dos grupos contemplados ou aceitos com cabedal menor de direitos, efetivamente assegurados, que outros que detém o poder. Na verdade, minoria no Direito democraticamente concebido e praticado, teria que representar o número menor de pessoas, vez que a maioria base é a base dos cidadãos que compreenda o maior número tomado da totalidade dos membros da sociedade política. Todavia, a maioria é determinada por aquele que detém o Poder Político, econômico e inclusive social em determinada base de pesquisa”.

³ Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão) foi firmada em 1958, em Genebra, sob a responsabilidade da Organização Internacional do Trabalho e preconiza a promoção da igualdade e de

O Brasil só se tornou signatário da Convenção Internacional Contra Todas as Formas de Discriminação Racial três anos depois de sua consecução, em 1968, e um dos motivos da resistência do Brasil em assinar tal dispositivo era a crença no mito da democracia racial. Segundo o mito da democracia racial, as situações de desigualdade não são influenciadas por questões de cunho étnico-racial, reforçando a crença de que no Brasil todos os grupos raciais conviveriam harmonicamente, cordialmente e em igualdade de condições de acesso aos bens oferecidos para toda a sociedade.

Os países signatários da Convenção de 1965 se comprometeram a adotar políticas de combate para eliminação da discriminação e promoção da igualdade racial, como dispõe seu art. 7º:

Os Estados partes comprometem-se a tomar medidas imediatas e eficazes, sobretudo no campo do ensino, educação, cultura e informação, para lutar contra preconceitos que conduzam à discriminação racial e para favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos, bem como para promover os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e da presente Convenção (Convenção da ONU, 1965, p.4)

Apesar de o Brasil ser um dos países que assinou a Convenção, aqui pouco se fez no campo das políticas públicas para diminuição da desigualdade racial. A omissão do Estado brasileiro foi particularmente nefasta por contribuir para o aprofundamento e a ampliação das desigualdades sociais entre os diferentes grupos étnico-raciais e o Brasil, ainda que signatário da referida Convenção, nitidamente não tomou medidas eficazes para o seu cumprimento,

oportunidades e a formulação de uma política nacional que elimine toda discriminação em matéria de emprego, formação profissional e condições de trabalho por motivos de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social.

⁴ Aprovada em Paris no dia 14 de dezembro de 1960. Seu artigo primeiro diz: “Para efeitos da presente Convenção, entende-se por discriminação toda a distinção, exclusão, limitação ou preferência que, com fundamento na raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou de nascimento, tenha a finalidade ou efeito de destruir ou alterar a igualdade de tratamento no domínio de educação e, em especial: a) Excluir qualquer pessoa ou um grupo de pessoas do acesso a diversos tipos e graus de ensino; b) Limitar a um nível inferior a educação de uma pessoa ou de um grupo; c) Sob reserva das provisões do artigo 2 da presente Convenção, instituir ou manter sistemas ou estabelecimentos de ensino separados para as pessoas ou grupos; ou d) Colocar uma pessoa ou um grupo numa situação incompatível com a dignidade humana. 2 — Para efeitos da presente Convenção, a palavra «ensino» refere-se ao ensino de diversos tipos e graus e compreende o acesso ao ensino, o nível e a sua qualidade e as condições em que é ministrado”.

apesar dos esforços e da pressão do movimento negro e de diversos setores da sociedade sensíveis à causa racial.

Entretanto, a pressão continuada exercida, principalmente, pelo movimento negro e também por outros setores da sociedade civil brasileira culminou na criminalização do racismo, conforme prevê o artigo 5º da Carta Constitucional. A luta pela equidade resultou ainda na universalização das políticas ao garantir a igualdade entre todos, como consta no artigo 3º. Para a questão racial, talvez esses dois pontos tenham sido um grande avanço obtido no âmbito constitucional, principalmente quando se tem em mente que o preceito de igualdade é algo a ser concretizado por um processo que ainda está em construção.

Assim, uma das possibilidades de se efetivar o princípio da igualdade seria a adoção de políticas específicas que busquem oferecer igualdade de oportunidades e de resultados, cuja formulação mais usual se coaduna com a ideia de Ações Afirmativas.

Em 2001, ocorreu outro marco importante no cenário internacional para o enfretamento e eliminação de todas as formas de discriminação: a chamada Conferência de Durban, realizada na África do Sul. Essa conferência foi promovida pela ONU e seu objetivo central foi a elaboração de diretrizes de políticas públicas para a eliminação de todas as formas de discriminação e promoção da igualdade étnico-racial.

Durante os preparativos para a participação em Durban, o grupo escolhido para representar o Brasil nessa conferência formulou uma denúncia de “descumprimento e violação sistemática da Convenção Internacional de Todas as Formas de Discriminação Racial, resultantes de ações diretas e de omissões do Estado brasileiro⁵”. O grupo denunciava a ausência do estabelecimento de metas e políticas públicas que visassem a eliminação da discriminação e a promoção da igualdade racial nos termos da convenção na qual o Brasil já era signatário.

Em Durban, foi enfatizado a urgência da implementação de programas e políticas públicas para promover a equidade dos grupos socialmente desfavorecidos, promovendo igualação, principalmente, no gozo dos direitos sociais, tendo sido recomendado no quinto parágrafo do plano de ação que os Estados e Organismos Internacionais:

⁵ Esse documento foi entregue a Walter Franco, coordenador das Nações Unidas no Brasil, e a Mary Robinson, alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Quando da visita dessa última ao Brasil, também foi solicitada sua intervenção para que o governo brasileiro voltasse atrás na decisão de não sediar a Conferência Regional das Américas, preparatória para a Conferência Mundial de Racismo. A desistência do Brasil implicou a escolha do Chile para sediar a Conferência Regional das Américas. Para mais informações vide: CARNEIRO, Sueli. *A batalha de Durban*.

Considerem positivamente a concentração de investimentos adicionais nos serviços de saúde, educação, saúde pública, energia elétrica, água potável e controle ambiental, bem como outras iniciativas de ações afirmativas ou de ações positivas, principalmente, nas comunidades de origem africana⁶.

De fato, desde a promulgação da Constituição de 1988, o cenário brasileiro presenciou alguns marcos importantes, como o caso da expressiva participação brasileira em Durban. Também a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, foi indubitavelmente outro momento a ser destacado como um desses pontos que colaborou para o “borbulhar” das ações coletivas para a igualdade racial no País. O movimento negro organizou essa marcha como forma de manifestação para denunciar a farsa da democracia racial e a real situação da população negra que se encontrava, em sua maior parte, à margem das políticas públicas devido ao racismo historicamente presente na sociedade Brasileira.

Nessa mesma ocasião, foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um documento com uma série de reivindicações da população negra. Um dos itens da parte de educação desse documento tratava justamente do ensino superior, pelo “desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”.

No início dos anos 2000, o debate sobre as ações afirmativas no Brasil ganha um novo fôlego motivado pela conferência de Durban e ainda em função da iniciativa de algumas universidades que adotaram as cotas raciais em seus processos seletivos. É importante ressaltar que a discussão das cotas era vista já naquele momento como uma das respostas às metas propostas em Durban, destacando que as cotas constituíam apenas um dos indicativos da conferência, que apresentou outras propostas para viabilizar a redução das desigualdades raciais.

Com efeito, as cotas raciais no Brasil foram implementadas pela primeira vez em 2003, sendo que as universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e a do Norte Fluminense (UENF) foram as pioneiras na implementação desse sistema de reserva de vagas para alunos negros no ensino superior no vestibular de 2003. No caso específico do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei 506/2003 de autoria do executivo legitimou a política de cotas com o apoio da Assembléia Legislativa. Essa política se concretizou pela lei nº 4051/2003, assinada e

⁶ Declaração de Durban e plano de ação. Traduzido em língua portuguesa. Brasília, p. 68. In: III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001.

sancionada pelo poder executivo estadual em uma intervenção direta e objetiva do estado na problemática racial. Assim, as cotas raciais foram de certa forma, impostas por um instrumento legal sem prévio debate com a sociedade, o que possivelmente causou uma reação extremada da sociedade às políticas afirmativas no Rio de Janeiro.

Esse fato potencializou a popularização do debate da problemática étnico-racial no Brasil, permitindo que esta temática, já presente nos vários espaços sociopolíticos graças às diversas atuações do movimento negro, se tornasse um assunto popular presente em todos os níveis societários brasileiro. O debate proporcionado pelo estabelecimento de cotas raciais desnudou a problemática racial no Brasil.

A sociedade brasileira foi chamada a se manifestar saindo da inércia, do silenciamento cordial em relação à temática racial. Tal debate ocorreu e ainda ocorre com os ânimos acirrados, deixando claro que não estamos em uma democracia racial como afirmava Gilberto Freyre, em Casa-Grande e Senzala.

A polêmica gerada em torno do debate das cotas raciais acabou conferindo uma maior densidade à discussão da problemática étnico-racial brasileira. É importante ressaltar que o processo de denúncia da desigualdade racial brasileira não era algo novo. Ao longo da história brasileira tivemos diversos marcos que contribuíram com essa discussão, como a experiência do teatro experimental do negro, na década de 40, por Abdias do Nascimento e o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. O debate racial veio crescendo, principalmente a partir do fim da década de 80, desembocando na Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995.

Outras experiências bem sucedidas, no âmbito regional e nacional de mobilização do movimento negro, ocorreram durante os últimos trinta anos⁷. Mas é, concretamente, a partir da implementação das cotas raciais que o silenciamento sobre a temática racial é rompido pela sociedade, principalmente, pela elite hegemônica (pertencente à classe média e alta), que foi impelida a se manifestar sobre a problemática racial, ainda que, de forma negativa.

Em resposta a essas demandas, o governo brasileiro é chamado para o debate do enfrentamento da problemática das relações étnico-raciais e é pressionado, no cenário nacional pela sociedade brasileira e internacionalmente pelos os organismos internacionais, a demonstrar empenho para efetivação dos acordos internacionais a respeito do tema. Mesmo

⁷ Sobre esse assunto ver SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. 2007. Tese (sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

não apresentando uma posição clara a respeito da problemática racial, o governo federal tomou algumas iniciativas. As principais delas foram: a criação da Fundação Palmares, em 22 de agosto de 1988, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção Igualdade Racial (SEPPIR), em 23 de março de 2003.

Esta última foi criada com a missão de “estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País”, tendo como principais objetivos:

- Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra;
- Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial;
- Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica;
- Auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano. (Disponível em < <http://www.portaldainigualdade.gov.br/sobre> > Acesso dia 10/11/2009)

Na esteira dos programas governamentais potencialmente destinados às populações afrodescendentes, destacamos ainda que o Programa Nacional DST/HIV/AIDS vem estabelecendo ao longo de sua história um forte diálogo com os segmentos em situação de vulnerabilidade social, causada por suas especificidades coletivas, como é o caso do público LGBT, mulheres, negros e outros.

Entendendo vulnerabilidade social como fator de risco para a disseminação do vírus HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, o Programa Nacional DST/HIV/AIDS tem desenvolvido estrategicamente o apoio a iniciativas que priorizem esses segmentos. Ressalta-se que a incidência política do movimento negro na discussão sobre o acesso da população negra as políticas públicas, principalmente, de saúde, trabalho e educação tencionou o debate realizado no Ministério da Saúde.

No entanto, em mais de vinte anos de história do Programa Nacional DST/HIV/AIDS foram poucas as ações voltadas para a população negra. Estas entraram concretamente na pauta da agenda do programa apenas em 1997 e ainda sim, o programa conseguiu apoiar

iniciativas pontuais relacionadas à temática racial. Essa discussão se fortalece no programa a partir de Durban, como observou Karen Bruck:

No entanto, a discussão sobre políticas de ações afirmativas para a população negra chega ao PN quando da realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Formas Correlatas de Intolerância, realizada pela ONU, em Durban, África do Sul, em 2001. Nessa conferência, o Brasil assume o compromisso de desenvolver uma política de ação afirmativa nas diversas esferas de governo. O Ministério da Saúde delega ao Programa, a responsabilidade de elaboração de uma proposta para iniciar uma política de ações afirmativas, no âmbito do Ministério da Saúde. Nesse momento é criado no PN-DST/ AIDS o Grupo de Trabalho “Ações Afirmativas”. Esse grupo a partir da consultoria do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT/SP desenha algumas propostas de inclusão do tema e implementação de ações de curto, médio e longo prazo. Nessa época, também, o PN-DST/AIDS assume o compromisso de implantar no SINAN (Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação) o corte por raça e cor, iniciativa que o Estado de São Paulo já havia implantado desde 2000 e que divulgou pela primeira vez seu Boletim Epidemiológico sobre HIV/Aids em 2001 (BRUCK, 2006, p.12)

Em 2003, compreendendo a vulnerabilidade da população negra na questão de saúde, o Ministério da Saúde (MS), a SEPPIR, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) lançaram o Programa Saúde da População Negra que preconizava no termo de compromisso assinado entre as instituições o seguinte:

A Política Nacional de Saúde, objetivando a inclusão social e a redução dos diferentes graus de vulnerabilidade, a que está exposta à população negra, deverá ser implementada observando as seguintes premissas:

- a) Produção do conhecimento científico - organização do saber disponível e produção de conhecimentos novos, de modo a responder a dúvidas persistentes e dar consequência à tomada de decisões na campanha da saúde da população negra (...)
- c) informação da população - disseminação de informação e conhecimentos sobre potencialidades e suscetibilidades em termos de saúde, de modo a capacitar os afrodescendentes a conhecer seus riscos de adoecer e morrer e fortalecer sua autonomia e a prevenção de doenças; e,
- d) atenção à saúde - inclusão, de práticas de promoção e educação em saúde da população negra nas rotinas de atenção à saúde e garantir acessibilidade em todos os níveis do sistema de saúde.

As instituições signatárias do presente Termo de Compromisso se comprometem a desenvolver atividades no seu âmbito de atuação, visando à inclusão social e à redução dos diferentes graus de vulnerabilidade a que

está exposta a população negra (Termo de compromisso para saúde da população negra, 2004)

E de acordo com Bruck:

Em 2003, Fernanda Lopes, do Núcleo de Prevenção a Aids do Instituto de Psicologia da USP, é convidada para apresentar os resultados de sua tese de doutorado: “Mulheres Negras e não Negras vivendo com HIV/aids no Estado de São Paulo” para os técnicos do Programa Nacional em Brasília. Os resultados do estudo desenvolvido em 3 serviços de referência no atendimento de pessoas vivendo com HIV/aids em São Paulo, revelam várias situações nas quais as mulheres negras portadoras do HIV apresentam-se mais vulneráveis a reinfeção e ao adoecimento por aids, dentre elas algumas experiências vividas nos serviços de saúde, no momento anterior ou posterior ao diagnóstico da infecção.

A repercussão desses dados e a publicação do Boletim Epidemiológico de Aids em 2004 apresentando pela primeira vez os números segundo o quesito raça/cor, apontando uma tendência de estabilização entre a população branca e crescimento entre a população parda e preta, provocou no PN-DST/AIDS a discussão sobre o tema da desigualdade racial e da vulnerabilidade da população negra ao HIV/aids (BRUCK, 2006, p. 13)

No intuito de efetivar o termo de compromisso assinado, o MS cria em 2004 o Programa Brasil Afroatitude que, de acordo com os dados analisados nesse trabalho, serviu de exemplo de política social e racial. De acordo com o site do Programa Nacional DST/HIV/AIDS lê-se o seguinte:

O Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil Afroatitude) é uma parceria entre o Programa Nacional de DST e Aids do ministério da Saúde e Universidades que possuam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotam o regime de cotas para acesso dessa população. O objetivo é fortalecer a resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados (Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2008.)

O Projeto Brasil Afroatitude foi assinado em parceria de dois ministérios e duas secretárias com status ministerial (Ministério da Saúde- MS Ministério da Educação- MEC, Secretaria Especial de Direitos Humanos- SEDH e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR) e lançado oficialmente no Dia Mundial de luta contra Aids, ocasião na qual

estava presente o reitor da Universidade de Brasília. Assim, o projeto piloto Programa Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para negro foi financiado pelo Programa Nacional DST/HIV/AIDS, via UNESCO.

É importante ressaltar que a assinatura do projeto do Programa Brasil Afroatitude por essas instituições ocorreu, em grande medida, em função do contexto histórico, pois na época esses órgãos contavam em seu corpo técnico com gestores especialistas na problemática racial brasileira, muitos cunhados no seio do próprio movimento negro. Assim esses gestores possuíam uma longa caminhada na luta anti- racista no Brasil. Essas pessoas fomentaram e construíram nos bastidores um ambiente propício para criação de um projeto ousado que visava atender alunos negros.

A ideia dos formuladores do projeto era que os alunos negros⁸, preferencialmente os que entraram na universidade pelo sistema de cotas raciais, recebessem uma bolsa de ajuda de custo para desenvolver trabalhos de pesquisa, extensão e monitoria, em que cada unidade teria no máximo 50 bolsistas. Atualmente o projeto é executado em onze universidades, dentre elas: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Dentre os vários objetivos pretendidos pelo Programa Brasil Afroatitude destacam-se o fortalecimento do protagonismo do jovem negro no combate ao racismo e às desigualdades raciais e sociais, especialmente nos espaços acadêmicos, vez que a construção de uma reflexão crítica, baseada nos resultados dos trabalhos realizados pelos alunos contemplados para o programa, pode vir a influenciar sua realidade acadêmica.

Apesar dos esforços institucionais do Programa Nacional DST/HIV/AIDS em mobilizar parceiros para o financiamento do Projeto Brasil Afroatitude e de outras instituições governamentais terem assumido um compromisso público no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST's e Aids, ocorrido no segundo semestre de 2006, na cidade de Belo Horizonte, o financiamento do Programa Brasil Afroatitude pelo Programa Nacional DST/HIV/AIDS não logrou êxito e foi encerrado em 2007, levando a extinção oficial do Afroatitude. Entretanto, o programa teve continuidade em alguns pólos que de alguma forma

⁸ De acordo com o IBGE, entende-se por negros, grupos de pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos e nas pesquisas amostrais realizados por este instituto. O agrupamento desses dois grupos em uma única categoria se justifica porque os indicadores sociais apresentados pelas instituições públicas apontam que ambos se encontram numa situação social muito parecida e que os dados sociais em relação a esses grupos são bruscamente inferiores se comparados com os indicadores do grupo dos não negros.

conseguiram financiamento direto ou indireto das próprias universidades, como foi o caso do Afroatitude nas universidades de Alagoas, Paraná e Brasília.

Em 13 de maio de 2009, a SEPPIR assinou um acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ Ministério da Ciência e Tecnologia), prevendo a destinação para estudantes negros de 600 bolsas no valor R\$ 300,00 por mês, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), criando a linha PIBIC Ações Afirmativas. Essa iniciativa foi fruto de demandas do Projeto Brasil Afroatitude, uma vez que a ideia nasceu a partir das negociações com estudantes e coordenação do Afroatitude para a manutenção do Programa.

Esta pesquisa analisou o Programa Brasil Afroatitude como exemplo de política social e racial, buscando entender o potencial de transformação e de inserção social dos alunos que participaram ou participam do projeto. Como base de análise, foi tomado o depoimento dos primeiros alunos cotistas que fizeram parte do primeiro ano do projeto e das quatro assistentes técnicas do Programa Brasil Afroatitude, embora essas não tenham sido exatamente sujeitos da pesquisa, contudo seus depoimentos foram importantes para compreendermos a dinâmica administrativa do programa e para ampliarmos o nosso olhar sobre os sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, os sujeitos desta pesquisa foram os alunos que entraram pelo sistema de reserva de vagas (cotas) no vestibular do 2º semestre de 2004 da Universidade de Brasília. Classificados como grupo I ou grupo II e que participaram no mínimo um ano do Programa Afroatitude- UnB, no período compreendido entre dezembro de 2005 a dezembro de 2008.

No primeiro capítulo apresentaremos o estado da arte da problemática racial brasileira e elencaremos as principais categorias de análise utilizada nesse trabalho, a saber: raça, racismo, racismo institucional, identidade negra, discriminação racial, democracia racial e ações afirmativas. Descreveremos aqui sucintamente o nosso entendimento baseado em cada uma dessas categorias.

Nesse trabalho é utilizado o conceito raça sob o prisma sócio-político e não biológico, pois é consenso que do ponto de vista biológico só há uma raça, a humana. Segundo Nilma Lino Gomes, temos:

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as

particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil (GOMES, 2005, p.48)

O conceito de racismo utilizado nesse trabalho converge com o apresentado na segunda edição do Dicionário de Ciências Sociais coordenado por Benedicto Silva que diz:

(...)racismo é bem diferente da mera aceitação ou do estudo científico e objetivo dos fatos da raça e da presente desigualdade dos grupos humanos. Racismo envolve a afirmação de que a desigualdade é absoluta e incondicional, isto é, que uma raça é por sua natureza intrínseca superior ou inferior a outras, independentemente das condições físicas do *habitat* e dos fatores sociais (SILVA (org.), 1986, p. 1.023)

O racismo institucional é a materialização do racismo nas instituições públicas ou privadas. Gomes cita que:

A forma institucional do racismo, de acordo com os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto. Elas se manifestam sob forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos (GOMES, 2005, p. 53)

Outros dois conceitos utilizados nesse trabalho estão estritamente ligados a ideologia racista: preconceito racial e discriminação racial. O primeiro é referente a uma ideia que não corresponde à realidade que os sujeitos desenvolvem a respeito de algo. O segundo é quando o sujeito passa para a ação, para os atos concretos baseados nas ideias preconceituosas.

Entende-se a categoria identidade negra a partir de uma construção individual e coletiva, sendo que a mesma é uma categoria relacional, grosso modo, é o que eu penso que sou, o que os outros dizem que sou e como os pares me reconhecem. Essa categoria é plural, histórica e fundante para a problemática racial.

Destaca que a identidade, para se construir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu eu, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. D'Adesky apud Gomes (2006, p.21)

E no Brasil esse processo de construção do identitário negro se dá de forma muito peculiar, como afirma Gomes:

No Brasil, a construção da(s) identidade(s) negra(s) passa por processos complexos e tensos. Essas identidades foram (e têm sido) ressignificadas, historicamente, desde o processo da escravidão até às formas sutis e explícitas de racismo, à construção da miscigenação racial e cultural e às formas de resistência negra num processo -menos tenso- de continuidade e recriação *das* referências identitárias africanas (GOMES, 2006, p.21, grifo do autor)

Um grupo de pertença exerce um papel fundamental no processo identitário, segundo Gomes:

Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente, a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (GOMES, 2005, p. 42)

Os conceitos de democracia racial e de ações afirmativas, no caso brasileiro, apresentam uma interconexão entre si. Essa interface é percebida na medida em que os principais argumentos de resistência à adoção de ações afirmativas no Brasil encontram respaldo na ideia de democracia racial. Assim, nesse trabalho, o conceito de democracia racial remete à ideia de harmonia racial, isto é, no Brasil haveria uma convivência pacífica entre os diversos grupos étnicos raciais, em que esses grupos teriam igualdade de acesso e oportunidades.

Trabalhamos o conceito de ações afirmativas na perspectiva delas serem políticas complementares. Uma espécie de mecanismo de correção de algumas distorções sociais, ou seja, são políticas redistributivas dos bônus sociais aos grupos socialmente excluídos.

No segundo e terceiro capítulos foi feita a análise dos dados e a partir daí traçou-se algumas reflexões, sempre tentando entender quais foram os ganhos, entraves e desafios do programa Brasil Afroatitude - UnB. Assim, detectamos que os principais ganhos do programa

foram no campo da subjetividade e o principal entrave foi a baixa institucionalidade do projeto na UnB.

Para a coleta e análise desses dados este trabalho adotou uma metodologia materialista dialética e histórica, de acordo com Édna Silva e Estera Menezes:

(...)na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpenetração dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. (SILVA; MENEZES, 2001, p. 27)

Essa metodologia foi a melhor lente para um estudo dessa natureza, uma vez que possibilitou melhor compreensão do objeto estudado, permitindo-nos mais ampla percepção de suas nuances. Esse método nos forneceu um conhecimento mais completo dessa complexa realidade. Como o racismo no Brasil é velado, em todos os estudos da temática racial se faz necessário ir além das aparências para não correr o risco de não captar todo o fenômeno que envolve a problemática.

Para isso utilizamos instrumentos da pesquisa social, quali-quantitativa. Os dados qualitativos e quantitativos foram associados para proporcionar uma melhor compreensão do objeto proposto para esse estudo. Assim utilizamos as seguintes técnicas:

- Estudo de caso
- História de vida dos participantes do programa para entender quais foram as mudanças proporcionadas pelo Afroatitude- UnB, em suas trajetórias pessoais e acadêmicas;
- Análise de Conteúdo: Segundo Chizzoti (1991), este é um o método de tratamento e análise dos dados que serão colhidos nas entrevistas. A técnica se aplica à análise dos textos escritos, documentos ou de qualquer forma comunicação. E tem como objetivo compreender de forma crítica o sentido das comunicações. Entender seu conteúdo manifesto ou latente, as significações que estão dadas ou aquelas que estão escondidas.
- Questionário semi estruturado aplicado em entrevistas com os alunos.

Por fim, no último capítulo apresentaremos a reflexão final a respeito dos nossos achados e apontaremos algumas sugestões para o programa. Uma das conclusões foi que apesar das reconhecidas eficiência e eficácia do programa, isso não se refletiu em maior apoio

institucional, visto que o mesmo foi institucionalizado de forma rebaixada na universidade. E por fim, atribuímos que o principal limitador do programa é o racismo institucional.

Capítulo I: Da Senzala para os Morros

1.1 - Percebendo o binômio: Raça e Identidade Negra.

Para o desenvolvimento deste trabalho é importante apresentarmos inicialmente duas categorias, raça e identidade negra, fundamentais para o debate da problemática racial. O conhecimento de ambas é imprescindível para a construção e entendimento do sujeito sócio-político negro. Neusa Santos Souza trabalha essa questão de forma singular em seu livro *Torna-se Negro*. Já na introdução a autora ressalta a importância do processo de formação de identidade para a construção da subjetividade negra, ao afirmar que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo⁹”.

Ainda nesse mesmo trabalho, Souza apresenta a seguinte argumentação:

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadas). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (SOUZA, 1990, p.20)

O trecho descrito acima nos fornece alguns elementos necessários para justificar a importância das categorias raça e identidade negra no debate político-racial, uma vez que a construção dessas duas categorias perpassa a dimensão política. Esses conceitos formam o binômio essencial para a análise da problemática racial, dessa forma, as categorias identidade negra e raça são essenciais para análise da condição biopsicossocial e da política do ser negro na sociedade brasileira. Precisamos ter em mente que o ser branco é o referencial aceito para essas duas variáveis. É ele que nos dá o contraponto para entendermos as constituições reflexivas acerca dessas duas categorias.

O processo identitário é socialmente construído, ou seja, significa afirmar que a identidade não é inata, ela vai se moldando ao longo da vida dos sujeitos. Faz parte da identidade a forma como o sujeito se vê e o modo que seu grupo de referência o reconhece. Assim, como afirma Kathryn Woodward (2007, p.9), “a identidade é relacional”. E outra

⁹ SOUZA, 1990, p.17.

característica da identidade é que ela não é estática ou fixa, podendo ser reestruturada. Segundo Gomes (2005, p.41), “a ênfase da identidade resulta, também, na ênfase da diferença”.

Segundo Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p.177-178)

A identidade racial também é construída histórica, cultural, social e politicamente. Os estereótipos têm ou possuem um papel fundamental no processo de formação dessa identidade. Infelizmente, a construção da identidade negra no Brasil tem sido e é permeada por uma série de estereótipos negativos. O ideal negro é contraposto com o imaginário social que tem o ideal branco como padrão social hegemônico. Assim, tanto a identidade negra quanto a identidade branca dialogam de forma contrária uma à outra. Cabendo à identidade branca, segundo o ideário social hegemônico, a positividade, isto é, o sentido e as características positivas. À negra, por sua vez, a negatividade, denotada no sentido e nas características negativas. Assim como afirma Gomes:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005, p.43)

Então, a partir daí, para melhor entendermos o conceito de identidade racial é necessário compreendermos a categoria de raça. Apesar de o termo raça ser polêmico e controverso na sociedade atual, em nossa opinião, essa categoria é a que melhor consegue exprimir a realidade da temática racial dentro do sentido político. Não nos referimos ao sentido biológico do termo raça, mas sim ao seu significado no âmbito social, político e cultural. Percebe-se que há no imaginário social a ideia de que determinados grupos de pessoas são superiores em relação a outros grupos.

Tal grupo, considerado pelo imaginário social como superior, possuiria supostamente determinadas qualidades que o colocaria em vantagem em relação ao outro grupo. Ocorrendo

o contrário com o outro grupo que apresentaria características que o colocaria em desvantagem em relação ao primeiro grupo, estabelecendo assim, uma relação de hierarquia da diferença. Nesse sentido, as diferenças não são vistas de forma horizontal, mas verticalizadas, com atribuições de valores. Dessa forma, apoiamos Gomes quando afirma que:

[...] raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (GOMES,2005, p.49)

Assim, está correto afirmar que no sentido biológico o conceito de raça não seja aplicado a seres humanos, vez que segundo afirmações teóricas das Ciências Naturais não há diferenças significativas que justifiquem a divisão entre seres humanos. Porém, tal conceito está presente no sentido sociológico e político, no âmbito das relações sociais, inclusive exercendo uma função política de dominação importante, pois por meio desse conceito foi possível justificar o processo de dominação de brancos sobre a população negra e indígena no modo de produção escravista.

Kabengele Munanga nos apresenta a seguinte reflexão:

(...) a realidade da raça é social e política: ela é uma categoria social de exclusão e de homicídio. De outro modo, os atos de racização existem socialmente e independentemente da aceitabilidade do termo raça (MUNANGA, ano 1990, p.54)

Nesse sentido, destacaremos ainda, o conceito de raça de Guimarães:

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais (GUIMARÃES, 1999, p.9)

Alguns estudiosos optam pela categoria etnia em substituição ao conceito de raça. Na visão desses estudiosos, o termo etnia não agregaria a ideia de diferentes raças humanas no sentido estreito biológico da palavra. A categoria de etnia trabalha com a ideia que os grupos humanos são marcados pelos processos históricos e culturais herdados de seus antepassados, assim, essa categoria se refere a um pertencimento ancestral, a um passado comum. Os que partilham dessa visão, como Cashmore, entendem por etnia:

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas (CASHMORE, 2000, p.196)

Ou ainda, como descreve Bobbio (1992, p.449): “um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios”.
Gomes completa:

É por isso que dizemos as diferenças, mais do que natureza são construções sociais, culturais e políticas (...). Contudo, como estamos imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada: perfeições e imperfeições, beleza e feiúra, inferioridade, superioridade (GOMES, 2005, p.51)

Esse trabalho fará a opção por usar a categoria raça, pois como foi supracitado é o termo que entendemos melhor refletir a realidade, não no aspecto biológico, mas sociológico, pois a ideia de que um grupo de pessoas é superior em relação a outro grupo está incutida na sociedade brasileira. Por vezes, será feito a junção das duas categorias, trabalhando com o termo étnico-racial para complementarmos a ideia dos laços de pertencimento e identidade entre os negros.

1.2 - Abolição da escravatura: processo inconcluso.

Os três séculos de escravidão no Brasil foram e são determinantes para compreensão da problemática racial brasileira. O modo de produção escravista adotado no Brasil à época da colonização foi estruturante e decisivo para as relações sócio-raciais, uma vez que foram estabelecidas histórica, social e culturalmente pela sociedade brasileira. Como afirma Carlos Hasenbalg:

O escravismo foi uma experiência histórica crucial para os negros nas Américas. Além de seu significado econômico, a importância da relação senhor/escravo, como relação em que as clivagens de classe e raça coincidiam quase perfeitamente, reside nas formas em que moldou a tradição cultural e os padrões de organização social do grupo racial subordinado (HASENBALG, 2005, p.35)

Durante o modo de produção escravista europeu¹⁰, a figura do negro e da negra é animalizada. Como afirma Patrocínio, eles eram considerados meramente “gado humano”¹¹. Assim, essas pessoas são coisificadas e o único valor atribuído a elas era o econômico. Nesse sentido, grande parte dos atos de crueldade era justificada pelos interesses desse sistema produtivo escravista. Isso significa dizer que naquele momento histórico os negros e as negras não eram vistos pela sociedade aristocrata da época como seres humanos com mesmo valor existencial atribuído a homens e mulheres brancas.

Portanto, como os negros e as negras eram vistos como sujeitos desprovidos de humanidade podiam ser expostos a todo e qualquer tipo de ato e vontade, inclusive sexuais, dos seus donos. Eles eram avaliados como simples mercadorias, instrumentos de trabalho e muitas vezes de prazer, sendo a eles dispensados tão somente cuidados mínimos para que não sofressem danos que os incapacitassem para a labuta.

Muito desse imaginário social de inferioridade permaneceu mesmo após a abolição da escravatura, quando os negros e as negras ganharam formalmente, perante a sociedade brasileira, status atribuídos à condição humana. Deixaram de ser mercadorias e retomaram sua humanidade, embora ainda permanecesse a ideia de que eram seres inferiores. O episódio da

¹⁰ Quando falamos em sistema de produção escravista é importante considerar que a escravidão do século XVI foi coordenada pelos povos europeus.

¹¹ PATROCÍNIO, *Gazeta de Notícias*, 06 de julho de 1880.

abolição trouxe consigo uma série de ideias racistas e ações discriminatórias que ainda são reproduzidas nos dias atuais.

O modo como ocorreu a abolição brasileira foi o fator preponderante para o desenvolvimento econômico e social do país, ecoando diretamente nas relações raciais e sociais e no Brasil contemporâneo. Em suma, a abolição aconteceu sem que fosse feita a redistribuição de renda e terra, o que dificultou o desenvolvimento sócio-econômico da população negra que permaneceu à mercê da elite branca, assumindo muitas vezes com esta uma relação clientelista.

Ao decretar o fim da escravidão, o Estado brasileiro deixou a enorme parcela da população negra entregue à própria sorte, com o agravante de incentivar a imigração européia, de tentar levar os negros de volta à África e de criar a lei de vadiagem e outras para que os negros fossem colocados à margem da sociedade.

Assim, a marginalização da população negra foi feita de forma deliberada pelo Estado, para impetrar o embranquecimento do Brasil, constituindo um dos principais impedimentos para a incorporação e inserção dos negros e das negras na sociedade brasileira de maneira digna e equânime.

Tal ação fica evidenciada ao analisarmos o momento seguinte à Lei Áurea, em que o Brasil legitimou um grande número de políticas públicas, que além de não beneficiarem os libertos, ainda os prejudicavam, impedindo ou dificultando a sua inserção social. Como afirma Mario Theodoro:

(...)compreendida como um entrave ao desenvolvimento nacional, a presença da população negra no país era percebida como obstáculo que deveria ser superado. E sua gradual extinção seria feita pela via do embranquecimento (THEODORO, 2007, p.39)

A política de imigração adotada pelo Brasil na segunda metade do século XIX está no bojo dessas ações estatais para embranquecer a nação. O projeto político privilegiou a vinda dos imigrantes europeus com uma série de incentivos, como escolas públicas para os filhos dos imigrantes, lei de terra e outras medidas, que não se estenderam à população negra. Essa atitude contribuiu significativamente para que a população permanecesse à margem do processo de desenvolvimento brasileiro.

A inserção do negro na sociedade brasileira pós-abolição de 1888, ou melhor, a não incorporação socioeconômica dessa população no mercado de trabalho e toda a discriminação praticada contra os negros após o fim do tenebroso regime escravocrata têm reflexos ainda hoje. O Brasil promoveu sub-repticiamente uma divisão interna e racial do trabalho em que o sub-trabalho, ou trabalho menos valorado, ficou por conta dos recém libertos.

A sociedade brasileira da época, baseada em teorias e ideologias racistas, acreditava que os negros eram entraves para o desenvolvimento nacional. Embora o Estado brasileiro não assumisse oficialmente a intenção de embranquecer o país, sua proposta de nação para o Brasil tinha nitidamente este viés ideológico. Afinal, o Estado executou propostas que deliberadamente visavam o embranquecimento nacional. Dessa forma, de acordo, com Theodoro (2008, p.37), “observa-se, assim, que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi feita via intervenção direta e decisiva do Estado e sob inspiração da ideologia racista que então se consolidava”.

Na prática, as políticas que visavam à modernização da nação brasileira excluíram a população negra do mercado de trabalho brasileiro e dificultaram o enquadramento dos negros à nova realidade que se apresentava no país. É importante enfatizar que o ideal de embranquecimento foi entendido como processo primordial para que o Brasil se erguesse como um Estado moderno. Como afirma Munanga:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí porque a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do fim do séc. XIX e que repercutiu até meados do séc. XX (MUNANGA, 2003, p.54)

Assim, o Estado brasileiro teve uma forte ação e presença na construção do mercado de trabalho livre, consolidado, segundo Theodoro (2007, p.37), “sob inspiração de uma ideologia racista”. A exclusão da população negra do mercado de trabalho brasileiro repercutiu definitiva e negativamente no processo de desenvolvimento do Brasil, reverberando na atualidade e acarretando consequências estruturantes que compõem o quadro das desigualdades raciais, sociais e econômicas do país.

Não foi apenas das políticas de trabalho que a população negra foi excluída pelo Estado, sendo excluída também de outras políticas públicas como, por exemplo, saúde e

educação. A falta de acesso à política de educação, a exemplo do que ocorreu no mercado de trabalho, repercute em tristes mazelas até os dias atuais e não é uma casualidade termos uma parcela considerável da população negra com grau de escolaridade baixíssimo.

Logo, a falta de educação escolar se apresenta como efeito da omissão do Estado para com a população negra, que por 100 anos não garantiu a inclusão dessa população no sistema de ensino formal.¹² A falta de formação e capacitação limitaram ainda mais as possibilidades de ascensão social dessa população, deixando-a em maior desvantagem na competição por oportunidades.

Destarte, não tendo direito à terra e restando como opção somente o subemprego, sem acesso à educação e a outros direitos sociais, sobrou à população negra subir os morros brasileiros e viver isolada, já que o Estado é ausente e omissor para suas necessidades. Por isso, afirmamos que os negros e as negras tiveram uma inserção perversa e rebaixada na sociedade brasileira e isso faz com que depois de decorrido mais de um século da abolição da escravidão, a população negra ainda esteja à margem da sociedade brasileira, evidenciando assim, uma dívida alta do Estado com essa população.

Estudos de instituições públicas de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que a maioria da população negra é pobre¹³. No entanto, é um equívoco pensarmos que as soluções para inserção social dessa população requerem somente políticas sociais universalistas, já que a exclusão desse grupo ultrapassa as questões de classes sociais, apresentando a raça como fator primordial para situação social do indivíduo. Nesse contexto, as políticas de Ações Afirmativas (AAs) servem para complementar a ação das outras políticas.

1.2.1 - Inserção do sujeito negro na sociedade brasileira.

O processo de abolição da escravidão no Brasil, como já mencionado, inseriu ou integrou de forma perversa e rebaixada a população negra na nova realidade social e

¹² Somente a partir da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser um direito universal, ou seja, o Estado Brasileiro foi obrigado a garantir e promover um ensino de qualidade a toda população brasileira.

¹³ Ver essa temática no Boletim 13 do IPEA, *Retratos das Desigualdades*, vol. I, II e III e outras publicações disponíveis no site: www.ipea.gov.br

econômica do país, pois coube a esta os postos de salário mais baixo e de menor prestígio social. Como denunciavam os *outdoors* da campanha realizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em 1988, em comemorações pelos cem anos da abolição, que tinham o seguinte *slogan*: “ao assinar a Lei Áurea a princesa Isabel se esqueceu de assinar a carteira de trabalho”.

Já vimos que, historicamente, o Brasil não ofereceu ou garantiu políticas públicas que favorecessem a integração digna dos negros à sociedade brasileira, demonstrando que a metáfora da não-assinatura da carteira de trabalho dos ex-cativos não representou apenas um lapso de memória da princesa, mas sim uma atitude intencional da elite branca brasileira da época para excluir a população brasileira e atender aos ideais de branqueamento e à nova política sócio-econômica do Estado brasileiro.

Assim, após a abolição da escravatura, a população negra sem a devida capacitação técnica, aliada à discriminação racial sofrida, foi atirada em uma economia capitalista em consolidação no Brasil. É relevante ressaltar que o novo Estado moderno brasileiro assimilou bem um dos pilares do modo de produção capitalista: a competição entre a classe trabalhadora. Nesse sentido, a população negra em geral se encontrava em uma situação de maior desvantagem, de acordo com Hasenbalg (2005, p.169): “genericamente falando, o conjunto da população de cor estava em desvantagem na competição com os trabalhadores estrangeiros”.

Tendo em mente que os negros libertos não foram devidamente instrumentalizados para o mercado de trabalho, uma vez que a dinâmica da abolição foi extremamente cruel e omissa ao não garantir direitos sociais para essa classe social, que ficou sem terra e renda, sem nenhuma proteção social e tampouco assistência, propiciando uma inserção perversa e incipiente dessa população.

Como já mencionamos, o projeto de embranquecimento do país baseou-se na absorção de trabalhadores brancos nos setores mais dinâmicos da economia, principalmente os imigrantes de origem européia. Como afirma Hasenbalg (2005, p.247): “A imigração européia era colocada como solução, a curto prazo, para o problema do trabalho causado pela abolição da escravidão, bem como uma contribuição, a longo prazo, para o branqueamento da população do país”.

Esses imigrantes foram beneficiados pelo Estado brasileiro que os atraiu e os subsidiou, dando-lhes condições efetivas de incorporação socioeconômica à sociedade

brasileira e facilitando a instalação desse contingente populacional no país. Nesse sentido, o apoio e o incentivo sócio-econômico ofertado pelo governo brasileiro garantiram aos trabalhadores europeus uma possibilidade de mobilidade social muito mais contundente, se comparada à possibilidade de mobilidade social da população negra. Segundo Luciana Jaccoud:

A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como forma de conciliar a crença na superioridade branca com a busca do progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país (JACCOUD, 2008, p.49)

A incorporação dos imigrantes europeus, sobretudo os italianos, ao mercado de trabalho brasileiro, restringiu a possibilidade de inserção dos novos e velhos libertos à economia brasileira, deslocando a população negra para uma economia de subsistência ou para pequenos serviços pessoais. Os poucos postos de trabalho que restaram à população negra foram ditos subempregos, já que para esses cargos não havia exigência de qualificação, como explica Munanga (2003), “ou seja, como já vimos, o próprio Estado promoveu uma marginalização social da população negra no Brasil, que de forma alguma foi compensada após trezentos anos de escravidão”. Promoveu-se assim, uma marginalização social da população negra com efeitos estruturantes na sociedade brasileira, além de representar o germe do processo que conhecemos atualmente como mercado de trabalho informal.

Assim, o processo de consolidação do Estado moderno brasileiro, aliado à exclusão social da população negra após o fim do regime escravocrata, teve papel fundante no desenvolvimento de uma sociedade marcada por profundos retrocessos sociais e desigualdades, refletidos no século XXI, conforme afirmação de Jaccoud.

Assim, no Brasil, o início da República não foi marcado pela construção de uma dimensão política formuladora de ideais de igualdade e homogeneidade do corpo social. Ao contrário, foi a teoria do branqueamento que pôde sustentar, durante algumas décadas, um projeto nesse sentido. A idéia de que o progresso do país dependia não apenas do desenvolvimento econômico ou da implantação de instituições modernas, mas também do aprimoramento racial do seu povo, influenciou a cena política e influenciou as decisões públicas(...) contribuindo efetivamente para o aprofundamento das desigualdades. Restringindo as possibilidades de integração dos negros africanos. Assim, estava associado à idéia de um país mais branco o grau de desenvolvimento desse. Dessa forma, a imigração permitia a diminuição da

população negra e a aceleração do desenvolvimento do Brasil (JACCOUD, 2008, p.49)

1.2.2 - Algumas considerações sobre a mobilidade social da população negra

Com o debate das cotas raciais em voga, a elite brasileira tem feito diversas acusações aos adeptos do sistema de reserva de vagas para as minorias étnicas na universidade e no mercado de trabalho, insinuando que os defensores das cotas têm a intenção de racializar o Brasil. Entretanto, a racialização é uma realidade no cenário brasileiro, ainda que, oficialmente, não conste nas leis brasileiras que somos um país racializado, sendo fácil perceber a existência de uma forte dicotomia entre negros e brancos na estrutura social brasileira.

Aliás, é justamente essa omissão de leis e políticas garantidoras da equalização de negros e brancos no cenário social, político e econômico brasileiro que permite que perdurem essas fortes disparidades entre esses dois setores da sociedade brasileira. No Brasil, a raça é uma das principais variáveis para a mobilidade social. Hasenbalg afirma:

(...) Formulado mais amplamente, os brancos aproveitaram-se e continuam a se aproveitar de melhores possibilidades de mobilidade social e de acesso diferencial a posições mais elevadas nas várias dimensões da estratificação social. Essas dimensões podem ser consideradas como incluindo elementos simbólicos, mas não menos concretos, tais como honra social, tratamento decente e equitativo, dignidade e o direito de autodeterminação (HASENBALG, 2005, p. 122)

No Brasil, a cor da pele de uma pessoa pode ser fator de impulsão social ou de limitação social. Pessoas brancas usufruem de um *privilegio racial* e, inversamente, pessoas negras desfrutam de um antagônico desprivilegio racial, em que a cor da pele determina um teto social do qual não lhes é permitido ultrapassar. Os negros que conseguem romper esse teto nada mais são que exceções que confirmam a regra.

Hasenbalg aponta que:

A raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas e multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho (...) (HASENBALG, 2005, p.124)

Garantir o acesso e a permanência da população negra nas escolas é uma das possibilidades para aumentar as chances dessa população de extrapolar esse teto, como afirma Adailton Silva (2009, p.76): “a educação constitui uma dimensão central para ampliar as chances de uma inclusão promissora no mercado de trabalho”. Ciente disso, o movimento negro brasileiro tem pressionado e reivindicado que o Estado se mova e promova políticas públicas visando à inclusão social dos negros.

Esse mesmo movimento negro exige um olhar especial para a política de educação, colocando-a como carro-chefe de sua pauta política, além de políticas valorativas que diminuam a discriminação racial presente em todos os setores da sociedade, já que o racismo é um pensamento social, cultural e historicamente construído.

1.2.3 - Democracia racial: harmonia das raças

A partir do século XX, mais precisamente dos anos 30, alguns pesquisadores, inclusive Gilberto Freyre como principal mentor, desenvolveram a ideia da democracia racial. Essa ideologia agiu em conjunto com o já existente projeto de embranquecimento do Brasil. Um elemento que vai dar sustentabilidade à democracia racial é a ideia do mestiço, entendendo esse como sendo fruto da integração racial. O pensamento era que a mestiçagem constituiria a base necessária para promover uma sociedade multicultural, sem discriminação, homogênea e harmônica. Dessa forma, a mestiçagem é o que Mônica Carrilho Zegarra (2005) chama de híbrido ideal, que demonstra inter-relação de todas as raças.

Segundo esse mito de miscigenação racial, o brasileiro é uma miscelânea de raças, a mistura de três grupos étnico-raciais básicos: o negro africano, o branco europeu e o índio brasileiro. Nesse sentido, seríamos uma sociedade perfeitamente harmônica, não sendo possível, parafraseando o senso comum, saber quem é branco e quem é preto no país, pois

todos nós herdamos um pouco de cada raça. Em tese, todos nós teríamos um pé na senzala e uma mão na Europa¹⁴.

Com esse argumento de que não seria possível identificar os diversos grupos raciais, com suas diferentes identidades e pertencimentos, todos os brasileiros seriam do mesmo grupo étnico-racial, sendo todos afro-euro-indígena-brasileiros, isto é, uma mescla de europeus e africanos. Assim, não se justificariam as Ações Afirmativas as quais muitos teóricos, como Gomes, consideram como uma discriminação positiva. Os contrários a essa política, citando como exemplo Ivone Maggie e Peter Fly, argumentam que esta poderia levar o Brasil a se tornar um país segregacionista. A diversidade não está posta na democracia racial já que todos são iguais. A ideia da miscigenação ganha força nessa ideologia, o mestiço passa ser o “ideal” de cidadão brasileiro.

O ideário da democracia racial, fundamentada no racismo, é um dos principais entraves para que a temática racial entre na pauta política, social e econômica e se torne uma questão a ser verdadeiramente discutida. Concordamos com a posição de Theodoro(2008), ao afirmar que “uma temática só é uma questão quando toda a realidade social e econômica e todos os setores políticos, sociais, econômicos estão voltados para discussão e resolução do problema”.

Por enquanto, o debate da problemática racial ainda é uma discussão sobre um problema latente que, apesar da mobilização de alguns setores, ainda não conseguiu emergir como uma questão a ser enfrentada oficialmente pelo Estado brasileiro. Infelizmente, no que tange à temática racial, não há uma discussão de enfrentamento dessa matéria em todos os setores da sociedade brasileira.

Tais setores insistem em incluir a problemática racial dentro do debate da questão social. Grosso modo, dizem que no Brasil não há uma questão racial, mas sim uma questão social a ser resolvida. Essa afirmação é referenciada pela lógica da democracia racial, encontrando uma base sólida para sua propagação social principalmente pelos meios de comunicação midiáticos, que constantemente deslegitimam ou rebaixam o debate da problemática racial perante a sociedade brasileira, utilizando-se, inclusive, de personalidades “famosas” para defender a falsa ideia de democracia racial.

Nessa ótica, a ideologia da democracia racial trabalha com o foco na renda, que é a principal geradora de desigualdades, não percebendo as relações raciais como componente

¹⁴ Para mais detalhes sobre a questão da mestiçagem vide Munanga, 2003.

importante da desigualdade social. Assim, nessa concepção, não estão pautadas as questões raciais, pois em termos de oportunidades, acesso e direitos respeitados, o tratamento entre os grupos seria homogeneizado.

Isso significa dizer que, no Brasil, negros e brancos teriam os mesmos direitos e oportunidades, o que pode parecer verdade quando se fala em “igualdade formal” e princípio da isonomia do ponto de vista legal, mas essa não é a realidade que perdura no âmbito das relações sociais brasileiras. A discriminação historicamente praticada contra a população negra, ainda com fortes traços nos dias atuais, não permite falar em uma verdadeira e justa igualdade entre negros e brancos no Brasil.

Logo, afirmar que no Brasil existe uma democracia racial é negar a existência de desigualdades sócio-raciais, fazendo com que esse ideário seja muito bem incorporado pela sociedade brasileira. Assim, o mito da democracia racial funciona muito bem para mascarar a estrutura racista, sob a qual o Estado brasileiro foi erguido, que até hoje marca as relações políticas no país. Nesse sentido, nada melhor do que o mito da democracia racial para, inclusive, afirmar a culpabilidade dos negros por sua condição de exclusão social. Afinal, de acordo com essa teoria, negros e negras possuíam as mesmas condições objetivas e subjetivas que a elite branca para alcançar os altos postos da hierarquia social.

Com uma análise mais profunda das relações raciais brasileiras e com a ajuda dos indicadores oficiais já fornecidos pelos institutos de pesquisas, como IBGE, IPEA e outras instituições públicas, verificamos que a teoria da democracia racial não pode se sustentar porque é uma ideologia racial fantasiosa, construída para invisibilizar o negro(a) como sujeito político e histórico dentro da sociedade brasileira.

Tudo isso nos leva a afirmar que no Brasil existe um racismo velado, que apresenta como consequência a falta de debates consistentes na agenda pública, que busquem resolver as distorções raciais na sociedade brasileira e, por conseguinte, da ausência de políticas que visem à eliminação da discriminação e da desigualdade racial. Dessa forma, concordamos com o argumento de Florestan Fernandes (2005) de que a “idéia de não existência do racismo no Brasil é um dos principais dificultadores para o enfretamento dessa questão no cenário brasileiro”.

O mito da democracia dificulta o esclarecimento das questões: o Brasil é um país racista? No cotidiano, os brasileiros de fato são tratados igualmente? Os grupos étnico-raciais têm acesso aos direitos de forma igualitária? As respostas para essas questões permeiam a

compreensão do que significa a categoria racismo, por isso conduziremos a discussão a fim de obter elementos para uma reflexão da problemática racial no Brasil. Em suma, esses mitos de ideologia racista dificultam o enfrentamento de forma concreta e imparcial da problemática da questão racial no Brasil, impedindo que seja feita uma discussão ampliada do racismo pela sociedade brasileira. Nos parágrafos abaixo trataremos melhor dessa categoria do racismo.

1.2.4 - Então, somos Racistas?

Hélio Santos (2001, p.85) trabalha com a seguinte ideia: o racismo parte do pressuposto da “superioridade de um grupo racial sobre outro” assim como da “crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios”. Gomes complementa:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, normalmente físico. Por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005, p.52)

De acordo com Munanga (ano 1990, p 53.), “toda e qualquer construção racista é baseada nas diferenças, reais ou imaginárias”. Assim, a diferença passa a ser vista de forma hierarquizada e agregada de juízo de valor e o racismo se apresenta como “elemento cultural”¹⁵. Ninguém nasce racista ou preconceituoso, como nos lembra o ícone da luta contra o racismo Nelson Mandela. O racismo é um pensamento social que afirma que uma etnia é superior à outra.

No caso do Brasil, a sociedade absorveu as categorias raciais racistas que justificavam a escravidão à população negra, além dos ideais de “embranquecimento racial” para o sucesso de um povo. Esses pensamentos estavam declaradamente em vigor durante as fases do capitalismo mercantilista e industrial e, obviamente, esses períodos também absorveram os

¹⁵(MUNANGA, ano 1986, p.66)

preconceitos étnicos de outras épocas. Aliado a isso, a sociedade brasileira, desde o período colonial, desenvolveu preconceitos e estereótipos raciais para os diferentes grupos étnicos.

A nossa estrutura social e política permite a perpetuação do preconceito racial, pois possui uma série de mecanismos para operar e manter as desigualdades raciais, inclusive a omissão de um debate aberto na agenda pública brasileira e a negação da existência do racismo no Brasil. Concordamos com os autores citados, principalmente com Gomes (2005, p.54), ao afirmar “que o preconceito não é inato. Ele é aprendido socialmente”.

O racismo funciona como uma barreira para os negros em favor da classe privilegiada, que é constituída em sua maioria por população branca. O racismo institucional é extremamente cruel, em especial quando cometido pela omissão do Estado em garantir políticas que atendam às necessidades e especificidades da população negra, visto que esta sofre com a exclusão e a discriminação histórica e social. O racismo, como doutrina da supremacia racial, se apresenta como fonte principal do preconceito¹⁶.

Logo, não é possível superar o racismo sem discutir o preconceito e a discriminação racial, pois como afirma Bentes (1993, p.21), “os três processos: realimentam-se mutuamente, mas diferem um pouco entre si”. Assim, podemos dizer que: o racismo é a ideologia e o pensamento social construído; o preconceito racial é a introjeção desses aspectos no indivíduo; e a discriminação racial é a ação prática, a efetivação do ideário construído. Voltaremos a tratar essas categorias mais à frente, a fim de demonstrar o quanto tais conceitos são importantes para nos ajudar a entender a dinâmica das relações raciais no Brasil.

Estudos recentes sobre a questão racial brasileira afirmam que o racismo pode se expressar de duas formas: *individual e institucional*. O primeiro tipo de prática racista se manifesta com atos discriminatórios cometidos diretamente entre sujeitos. O segundo ocorre de forma velada, com a conivência do Estado, isto é, ele próprio fomenta, diretamente, práticas discriminatórias ou, indiretamente, quando apoia alguma ação com esse intuito.

É mais simples a compreensão de racismo direto ou institucional se entendermos os conceitos de discriminação direta e indireta. Segundo Jaccoud e Nathalie Beghin (2002, p.39), “discriminação racial direta seria aquela derivada de atos concretos, discriminação abertamente e a indireta se dá de modo contrário, isto é veladamente, normalmente está presente nas atitudes das instituições”.

¹⁶ Vide: Luciana Jaccoud In *Desigualdades Raciais no Brasil - um balanço da intervenção governamental*. Vide: Theodoro e Jaccoud In *Raça e Educação: os limites das políticas universalistas*

A discriminação direta ocorre quando a pessoa física age abertamente, bloqueando, impedindo ou dificultando o acesso dos indivíduos pertencentes às minorias sociais (relacionadas à raça, à etnia, ao credo, à orientação sexual, entre outros grupos minoritários passíveis de discriminação) aos direitos garantidos, aos bens públicos ou privados e aos espaços de natureza pública ou privada. Desse modo, esta categoria se refere a todo ato de racismo expresso, enquanto que a discriminação indireta ocorre quando a pessoa jurídica comete um ato velado, dissimulado, dificultando o acesso dos grupos minoritários aos direitos, às políticas públicas e aos bens e serviços. Ou ainda, quando a pessoa jurídica é responsável, devido a sua omissão, pela forma desigual que as minorias sociais alcançam os direitos e os serviços citados é nessa perspectiva que ocorre o racismo institucional.

A discriminação direta é inibida/combateda pela educação anti-racista mediante lei 10.639/03¹⁷ e a sua criminalização está prevista no artigo quinto da atual Carta Magna Brasileira. A discriminação indireta é trabalhada por ações afirmativas e valorativas que complementam as políticas universais, vez que estas não alcançam a população negra de forma efetiva, justamente por conta das iniquidades, oriundas do racismo, a que essa população está submetida.

É claro que a maneira de como o conteúdo de história afrobrasileiro será incorporada aos currículos escolares será determinante para um resultado positivo da lei 10639/03. Nesse sentido, para que haja uma efetividade da ação o conhecimento da história afrobrasileira necessitará ser feito de forma genuína e não enviesada pela visão racista da elite dominante que tem resignificado esse conteúdo, mas não o aplica de forma plena. E para isso será preciso ir beber na fonte e reconhecer a existência de outros saberes que não somente o eurocêntrico.

Para nos aprofundarmos nesses mecanismos de exclusão social que a população negra no Brasil está submetida, é importante diferenciarmos racismo, discriminação e preconceito, de acordo com Theodoro e Jaccoud:

Enquanto preconceito racial e mesmo racismo têm sido classificados como fenômenos de ordem subjetiva, expressando-se por meio de valores, idéias e sentimentos, a discriminação racial tem sido entendida como ação de exclusão, restrição ou preferência que impede o tratamento ou acesso igualitário a direitos e oportunidades em função da cor. E a própria

¹⁷ Modifica o artigo 26- A da LDB e determina o ensino da história e cultura Afro-Brasileira nas instituições ensino fundamental, médio e superior.

discriminação, enquanto ato de distinção e exclusão, expressa-se por intermédio de diferentes formas na vida social (JACCOUD; THEODORO, 2007, p.113)

Para Gomes:

O preconceito racial é um julgamento negativo dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (GOMES, 2005, p.54)

As desigualdades raciais no Brasil não são, portanto, apenas um reflexo da situação da pobreza à qual a população negra está submetida. Essas desigualdades são consequências, principalmente, da construção das relações raciais pautadas no racismo, que impede os negros de circularem e ascenderem a determinados espaços sociais e políticos.

Nesse caso, se não houvesse essas desigualdades raciais e as “barreiras sociais” (Gomes, 2001), que se traduzem em discriminações diretas praticadas no dia-a-dia prejudicando as minorias sociais, haveria igualdade de oportunidades e resultados entre todos os grupos étnico raciais, em especial negros e brancos.

Significa que, no Brasil, a questão racial é uma questão política e social, até porque é comprovado que não existem raças na humanidade, do ponto de vista biológico. Contudo, no sentido político não se pode fugir dessas questões latentes, que influenciam a diferença das condições psicossociais da população negra.

As tensões raciais não são consideradas na perspectiva da democracia racial, presente no imaginário social brasileiro, em que todos os grupos raciais, brancos, negros, índios que se misturaram e formando os mestiços estão em situação de igualdade, uma vez que pertencem a uma única raça, a raça humana. Esse mito foi propagado por Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, de 1933.

Para explicar um pouco dessa obra recorreremos a Munanga para ele:

Gilberto Freyre narra *nessa obra* uma história social do mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. No quadro de uma economia latifundiária baseada na monocultura da cana-de-açúcar, nota-se um desequilíbrio entre sexos caracterizado pela escassez de mulheres brancas. Daí a necessidade de aproximação sexual entre escravas negras e índias com os senhores brancos; aproximação que, apesar da assimetria e da relação de poder entre senhores e escravos, não impediu a criação de uma zona de confraternização entre ambos. Essa aproximação foi possível, segundo Freyre, graças à flexibilidade natural do português. Assim, explica-se a origem histórica da miscigenação que veio diminuir a distância entre a casa grande e a senzala, contrariando a aristocratização resultante da monocultura latifundiária e escravocrata. Do ponto de vista de Gilberto Freyre, a família patriarcal do nordeste do Brasil era o grande fator da colonização e o princípio único da autoridade, obediência e coesão. Vista por este ângulo, essa família podia integrar harmoniosamente a sociedade brasileira, pondo, assim, fim à persistente angústia da heterogeneidade racial, e ainda oferecer o alívio da democracia racial (MUNANGA, 2004, p 87-88, grifo do autor)

No entanto, essa igualdade é apenas formal, porque não se concretiza na prática, pois não estabelece a chamada igualdade material ou jurídica. Na verdade, os brasileiros convivem com uma pseudorealidade de igualdade, em que é possível verificar a ocultação de aspectos reais da desigualdade social e da gritante má distribuição de renda. Fruto de um racismo estruturante, a discriminação racial, muitas vezes velada, tratada de forma relapsa pelo Estado, tem reflexos bem nítidos e agudos na sociedade brasileira. Segundo Jaccoud e Theodoro (2007, p.113), para resolver “esses diferentes fenômenos, cabe interpor ações públicas igualmente distintas”.

É necessário dizer que o racismo brasileiro se dá pela aparência física e não pela origem da pessoa, como é o caso norte-americano. No caso do Brasil, são apresentadas grandes diferenças na tonalidade de pele das pessoas, o que faz com que o processo de construção da identidade negra tenha também a marca de fatores ideológicos. Nogueira trabalha bem essa ideia da seguinte forma:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico,

para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1979, p.79)

Assim, Nogueira (1979, p.78) consolida as categorias “preconceito de marca e de origem”, em que a primeira diz respeito ao fenótipo e a segunda à ancestralidade. Em nosso país discriminamos pelo que vemos (preconceito de marca) e não, por exemplo, pela ancestralidade (preconceito de origem), como é o caso dos norte-americanos. Esses conceitos serão importantes quando discutirmos o público-alvo para Ações Afirmativas no Brasil, pois a mobilidade social brasileira é fortemente influenciada por uma ideologia racista baseada na aparência do indivíduo.

Tendo ciência desses conceitos, podemos analisar a seguinte tabela de dados, baseada na publicação da 3ª edição do Retrato das Desigualdades de gênero e raça¹⁸:

Tabela 1 - Proporção de pobres¹, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil e Grandes Regiões (1996-2007)

Grandes Regiões, Cor/Raça e Localização	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Branca	29,6	28,7	29,4	30,0	29,2	29,5	29,6	28,3	26,1	22,4	19,7
Norte	39,4	37,8	43,6	42,9	40,5	41,6	44,5	41,7	41,0	36,6	34,1
Nordeste	58,1	56,4	56,1	56,3	55,9	57,3	57,7	56,0	52,9	47,8	43,9
Sudeste	20,5	19,9	21,0	21,5	21,8	22,2	23,0	21,4	18,7	15,5	13,3
Sul	28,5	28,8	28,1	29,0	25,9	25,0	24,0	22,3	20,7	17,2	14,0
Centro-Oeste	32,0	29,4	30,0	30,9	29,3	28,5	27,9	25,8	24,8	20,6	17,6
Negra ²	58,0	57,7	57,6	58,1	57,3	56,0	57,1	54,8	50,9	45,7	41,7
Norte	56,4	57,9	57,2	58,5	57,0	58,2	59,1	58,9	55,7	50,8	48,7
Nordeste	73,0	73,0	72,2	72,6	71,7	70,7	71,0	69,4	66,3	60,5	56,3
Sudeste	41,0	41,2	42,3	42,4	43,0	41,6	43,5	40,9	36,3	31,7	27,9
Sul											

¹⁸ *Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça* é uma publicação fruto da parceria entre a UNIFEM, o IPEA e a SPM, com objetivo de disponibilizar informações sobre situações de mulheres, homens, negros e brancos.

		50,7	50,6	51,1	53,4	47,9	45,6	46,6	41,4	39,4	34,3	29,1
	Centro-Oeste	48,8	45,0	45,4	47,1	45,9	44,1	46,3	41,0	39,0	33,9	29,3

Fonte: IBGE/Pnad Microdados. Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Notas:

¹ Foram consideradas pessoas pobres, aquelas cuja renda domiciliar per capita é inferior a meio salário mínimo mensal.

² A população negra é composta de pardos e pretos.

Obs.: (1) A Pnad não foi realizada em 2000.

(2) Foram considerados os domicílios particulares permanentes com pelo menos uma pessoa com renda declarada.

(3) Foi considerada a população residente em domicílios particulares.

(4) Salário mínimo a preços de setembro 2007, deflacionado pelo INPC.

A tabela apresenta a proporção de pobres nas cinco regiões brasileiras. Os grupos estão divididos de acordo com o pertencimento racial. Os dados demonstram que em todas as regiões os negros, em geral, são os mais pobres. Essa situação de desigualdade é também consequência direta da omissão de políticas públicas direcionadas à população negra que objetivem corrigir essas distorções. É um equívoco querer resolver a problemática racial lidando apenas com a questão social.

Analisando especialmente a região Sul que, em 2007, apresentava mais de 78% de sua população classificada como branca e que, nesse mesmo período, tinha aproximadamente 29% da população negra no grupo de pobres contra apenas 14% dos brancos que estavam na mesma situação, podemos verificar que a pobreza não é apenas fruto da “questão social” e está entendida aqui como resultado das contradições entre capital e trabalho. Essa desigualdade, ilustrada pelos números referidos acima, é a prova de que na sociedade brasileira existem mecanismos de discriminação racial que impedem a mobilidade social da população negra.

Ao observarmos outros indicadores sociais, tais como saúde, educação, moradia, mercado de trabalho, entre outros, comprovamos que a população negra, em geral, tem seus indicadores em desvantagem se comparados aos da população branca. A partir desses números apresentados, que apontam as desigualdades raciais no país, e de todas as questões expostas até aqui, somos levados à conclusão de que a exclusão social sofrida pela população negra não é mera coincidência.

Sim, esse quadro de desigualdade é efeito de políticas públicas planejadas veladamente pelo Estado moderno brasileiro para alcançar o objetivo de embranquecimento da nação. Além disso, soma-se trezentos anos de regime escravocrata, sem nenhuma espécie de política compensatória pós-abolição para os negros libertos.

Esse quadro é, ainda, consequência de uma triste omissão do Estado de sanear as disparidades raciais com a implantação de uma política pública de inclusão dos negros na sociedade brasileira. Sabemos que essa ausência é uma atuação fortemente influenciada por construções racistas. Assim, concluímos que o Brasil não é uma democracia racial, como já foi propagado, e tem fortes elementos de uma cultura com prática racista.

Se o racismo e a discriminação racial são práticas sociais “legitimadas”, ainda que veladamente, torna-se responsabilidade do Estado intervir no enfrentamento e superação dessas questões através das chamadas políticas complementares ou ações afirmativas.

2 - Políticas de Ações Afirmativas-AAs: da cozinha para a sala de estar

Independente do indicador social e da fonte escolhida, a tendência é que se evidencie uma diferença entre brancos e negros, em que o primeiro grupo sempre aparece em melhores condições, ou seja, levando vantagem em relação ao segundo grupo. Isso nos leva a perceber que o fator racial é relevante e, em alguns casos, determinante para a situação dos sujeitos. Significa dizer que a problemática racial mitiga a ação das políticas universalistas, um bom exemplo é a educação, portanto para uma maior efetividade das políticas universais é necessário que a balança entre os sujeitos esteja equilibrada, ou seja, ambos os grupos precisam estar no mesmo patamar de oportunidades de acesso e igualdade de resultados.

Essa visão é corroborada por diversos teóricos de políticas públicas como Sales apresenta:

Theodoro e Jaccoud afirmam que a política social de cunho universalista, base da ação do Estado reformatada a partir da Constituição de 1988, carece de ações complementares que dêem conta das especificidades da questão racial. (SANTOS, 2005, p.24)

Tomando como exemplo a ideia acima, é fácil constatar que apesar de a política educacional brasileira dizer preconizar a igualdade de direito de acesso à educação, as pesquisas mostram que as pessoas brancas têm maior tempo de estudo e grau de instrução que o grupo de indivíduos negros, mesmo quando ambos pertencem à mesma classe social. Nesse caso, a balança está desequilibrada pendendo para os brancos. Se a raça é um fator importante no alcance das políticas, é justo que exista um mecanismo para que todos tenham acesso aos

mesmos direitos. As chamadas ações afirmativas devem ser entendidas como políticas públicas, pois como afirma João Paulo de Faria Santos:

Ação afirmativa é tratar de forma preferencial aqueles que historicamente foram marginalizados, para que lhe sejam concedidas condições equidistantes aos privilegiados da exclusão. Diferencia-se drasticamente da redistribuição, já que não é simples busca de diminuição de carência econômica, mas sim medida de justiça, tendo por base injustas considerações históricas que erroneamente reconheceram e menosprezaram a identidade desses grupos discriminados (SANTOS, 2005, p.45)

É preciso entender que as políticas de cunho afirmativo no Brasil não são um fenômeno relativamente novo, como querem transparecer alguns críticos destas políticas. Essas propostas de ações afirmativas começam a se concretizar no início do século XX em alguns países asiáticos, africanos e centro-americanos. O Estado brasileiro, na Constituição Federal de 1988, apresentou diversos artigos que preveem o tratamento diferenciado¹⁹ em favor de diversos grupos considerados minoria: indígenas, mulheres, portadores de necessidades especiais, micro e pequenas empresas e outros. Podemos citar como exemplo de políticas afirmativas as leis 9.100/95 e 9.504/97, que determinam um percentual mínimo de candidaturas femininas em processos eleitorais.

As políticas de intervenção estatal, em favor de determinados grupos minoritários, com pretensão de cessar determinada situação de desigualdade estão no bojo das políticas de ações afirmativas. Elas estão baseadas no princípio da equidade, princípio esse que orienta o tratamento diferenciado, de acordo com as especificidades, objetivando o mesmo ponto de chegada. Isto é, tratar os diferentes nas suas diferenças para que todos possam gozar plena e igualmente todos os direitos sociais. O princípio da equidade legitima as ações afirmativas enquanto políticas públicas.

Entretanto, quando falamos de tratamento diferenciado para negros causamos um enorme rebuliço. A diferença é que as outras minorias citadas não apresentam risco para a divisão de poder e nem oferecem risco de descortinar aquilo que a sociedade brasileira quer esconder: a enorme desigualdade racial. Assumir tal fato significa dizer que o Brasil não é

¹⁹Art. 37, VII, CF 88- dispõe sobre a reserva de vagas para deficientes em concurso público.

Art. 7, XX, CF 88- dispõe sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher.

Art. 170, VII/IX, CF 88- dispõe sobre o tratamento diferenciado para micro e pequena empresa.

Para mais detalhes ver: GOMES, *O debate constitucional sobre ações afirmativas*. In: ações afirmativas políticas públicas contra as desigualdades raciais, 2003.

uma democracia racial e que a população negra é uma minoria social, não em números, mas em igualdade de direitos e oportunidade, por não terem pleno acesso aos direitos constitucionais, público, civis e sociais, o que faz do Brasil um país racista, apesar da aparente cordialidade entre os grupos.

Destarte, o ponto de partida para entendermos as políticas de Ações Afirmativas-AAs é compreendermos, à luz do princípio de justiça distributiva, o que diz respeito à necessidade de promoção, de distribuição e de redistribuição igualitária de bens e serviços para todos, uma vez que todos devem ser iguais. A discriminação racial dificulta esse processo de distribuição e redistribuição de renda, bens e benefícios, por isso se faz necessário um mecanismo que possibilite tal processo. Segundo Gomes:

(...) a tese distributivista propõe a adoção de ações afirmativas, que nada mais seria do que a outorga aos grupos marginalizados, de maneira equitativa e rigorosamente proporcional, daquilo que eles normalmente obteriam caso seus direitos e pretensões não tivessem esbarrado no obstáculo intransponível da discriminação (GOMES, 2001, p.67-68)

Assim, as AAs devem ser vistas como um instrumento de redistribuição dos bônus, bens, serviços e benefícios aos grupos socialmente excluídos. As AAs também podem ser vistas como propostas de políticas públicas com objetivo de obter transformações estruturais diante das desigualdades raciais, sociais e de gênero historicamente construídas. Gomes sustenta ainda que:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2003, p.21)

Uma das características das AAs é seu caráter temporário. Elas são uma resposta a determinada necessidade. Se as políticas de ações afirmativas não fossem temporárias, seria o mesmo que admitir que, de fato, determinados grupos são inferiores. O tempo de execução das AAs é diretamente ligado ao equilíbrio dos pratos da balança. Como afirma Gonçalves:

Sem dúvida nenhuma, tanto no Brasil quanto em qualquer outro país onde as Políticas de Ações Afirmativas existem, elas não existem para verificar. No momento em que elas permanecerem como tal, deixarão de ser políticas afirmativas e passarão a ser políticas públicas (GONÇALVES, 2004, p.100)

Cabe aqui fazermos uma diferenciação entre as AAs e as medidas positivas. Estas são medidas pontuais de diferenciação para produzir um efeito de igualdade aplicada em determinadas situações que podem inclusive servir como barganha política. Já as primeiras são ações que tem um sentido mais amplo e duradouro.

Zegarra (2005,p 337) argumenta “que o deslocamento forçado de vários grupos étnicos africanos, em função do tráfico negreiro, foi o fator principal da diáspora negra”. E como vimos a inserção e permanência da população negra no Brasil sempre foi feita de forma excludente. Assim, justifica-se o motivo pelo qual as AAs devam ser concebidas como forma de reparar os danos causados aos afrodescendentes. Ainda de acordo com Zegarra (2005, p 338.), “as políticas de ação afirmativa podem ser concebidas como materialização das reparações que se propõem do ponto de vista ético como uma responsabilidade moral compensatória pelos danos ocasionados pela escravidão”.

A elite branca brasileira fundamenta sua resistência à implementação de políticas afirmativas em favor do negro no ideal da democracia racial, porém tal oposição pode servir para desvelar o mito da democracia racial e tornar público o racismo brasileiro. Vale ressaltar que as AAs não se reduzem ao sistema de cotas, como parece querer fazer a elite brasileira. Políticas Afirmativas são políticas que equalizam o acesso aos direitos, que promovem a igualdade efetiva entre os diversos grupos e para serem eficientes, precisam mexer na estrutura social. As cotas são apenas um dos instrumentos para a efetivação das AAs. Portanto, todas as ações com o intuito de viabilizar políticas compensatórias e restaurativas estão no arcabouço das AAs, incluindo as Ações Valorativas²⁰, citando como exemplo a lei 10.639/03.

²⁰ Ações valorativas são políticas que valorizam o ser negro (Theodoro & Jaccoud, 2005).

2.1 - Sistema de reserva de vagas no ensino superior público: o filé mignon do conhecimento

O sistema de reserva de vagas são as tão polêmicas cotas que têm como principal objetivo aumentar a representatividade de um grupo que está sub-representado em determinado espaço social. No Brasil, já tivemos e ainda temos outros exemplos de cotas, como a candidatura feminina obrigatória pelos partidos nas eleições políticas, os 20% das vagas destinadas para deficientes em concursos públicos, a lei do boi,²¹ entre outros.

As cotas, com foco étnico-racial, foram as únicas que causaram um grande desconforto na sociedade brasileira, obrigando-a a entrar abertamente no debate racial. A dificuldade de se assumir que o Brasil é um país racista é explícita e por causa dessa dificuldade o grupo negro foi deliberadamente desprivilegiado, ficando com a maior parte do ônus ao longo da história brasileira. Tal fato levou Luís Alberto de Oliveira Gonçalves à seguinte afirmação:

Diferentemente do que se passa nas universidades privadas, aqui, nas públicas, Ações Afirmativas significam mexer com privilégios de grupos de elite; diga-se de passagem, da elite branca, majoritariamente presentes nos diferentes cursos; significam, ainda, repensar os próprios recursos da universidade. Os detratores das Políticas Afirmativas sabem que estas pressupõem distribuição de recursos a segmentos até então marginalizados, e é isso que eles se opõem (GONÇALVES, 2004, p.99-100)

Na tentativa de reparar os danos causados por esse racismo ao grupo negro, está em discussão no Congresso Nacional um importante instrumento legal, o Projeto de Lei 6264/05, conhecido como Estatuto da Igualdade Racial. Quando promulgado será o principal mecanismo de regulação das relações raciais no Brasil, além de legislar sobre áreas como saúde, segurança pública, terras remanescentes de quilombos, ainda avança significativamente no campo da educação.

Para este tema se apresenta ainda o Projeto de Lei 73/99 - Lei das Cotas - o qual tem apensado o Projeto de Lei 3627/2004, de autoria do executivo, que propõe cotas para universidades públicas, especialmente para os alunos negros e indígenas. Recentemente o Projeto de Lei 73/99 foi incorporado ao Projeto de Lei 3913/08, que o complementa, estendendo a legislação às escolas tecnológicas. O referido Projeto de Lei do Estatuto da

²¹ Lei 5.465/68- a chamada “lei do boi”, em que os filhos de fazendeiros tinham direito garantido às cotas para cursarem o ensino superior em algumas regiões do Brasil.

Igualdade Racial ficou em debate no Senado Federal por cerca de dez anos. Enfim, foi aprovado no Plenário do Senado com diversos cortes²² em relação à proposta original no dia 13 de junho de 2010 e sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 24 de junho desse mesmo ano.

A aprovação dessa legislação é um avanço considerável para o debate da igualdade racial no Brasil, ainda que o estatuto aprovado não tenha encontrado unanimidade no Movimento Negro. Grande parte dos militantes negros ficou descontente com os sucessivos cortes que o projeto original sofreu, pois no entendimento destas pessoas esses pontos eram emblemáticos e fundamentais para o enfrentamento da problemática racial brasileira. Ainda sim, é inegável que a aprovação desse documento é o momento que o Estado Brasileiro tem oportunidade de se fazer oficialmente presente nessa temática.

Talvez as dificuldades encontradas no processo de aprovação dessas leis, tenha ocorrido em função do racismo institucional daquela casa, uma vez esta é uma arena de conflito de interesses e de uma correlação de força, que tem a problemática racial como um dos elementos centrais para a manutenção dos privilégios de uma elite hegemônica. Em aspectos gerais, essas mudanças - criação de leis que estabelecem critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros - demonstram um avanço para o tratamento e enfrentamento da problemática racial brasileira.

Com as primeiras experiências de estabelecimento de políticas de Cotas, feita pela UERJ e UENF em 2003, e ainda, com a adesão da UnB, a primeira universidade federal, no segundo vestibular de 2004, o debate aberto sobre as cotas entrou definitivamente na pauta de discussão da opinião pública.

Assim, a discussão da problemática racial ganha uma maior publicidade no cenário brasileiro. Deste modo, a elite brasileira é chamada a se manifestar, saindo da falsa inércia que havia em relação à problemática racial. Por conseguinte, a sociedade brasileira, com os ânimos acirrados pelo debate sobre as cotas, evidenciou que não é uma democracia racial como afirmava Gilberto Freyre, em seu clássico Casa Grande e Senzala.

A política de reserva de vagas da UnB para alunos negros teve uma particularidade em relação à ocorrida no estado carioca. O processo na UnB foi amplamente discutido com a comunidade acadêmica e não foi uma imposição estatal, mas uma iniciativa da própria instituição, que em junho de 2003 aprova no seu Conselho de Pesquisa e Extensão- CEPE o

²² Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/getPDF.asp?t=69213>

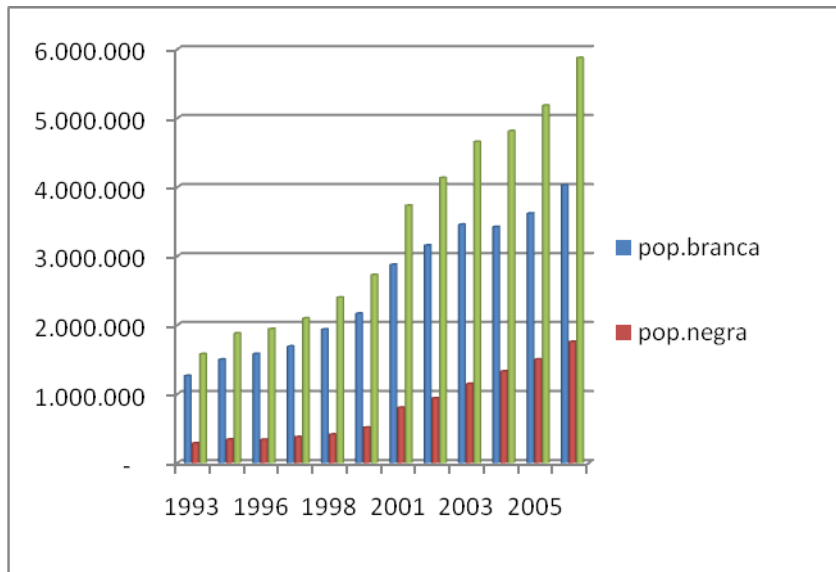
plano de metas para integração social, étnica e racial²³. Esse fator assegurou o direito de autonomia universitária, enquanto que a intervenção do estado nas universidades ofereceu um dos argumentos contra o sistema de reservas de vagas adotado no Rio de Janeiro. Críticos afirmavam que tal lei feria o princípio da autonomia universitária garantido na Constituição Federal de 1988.

Uma das finalidades da política de reservas de vagas para negros é a promoção do aumento da representatividade desse grupo na elite intelectual do país. Em outras palavras, é uma busca para propiciar o aumento do número e da presença do negro nos vários espaços de poder, sejam eles políticos ou profissionais, inclusive os tido como de primeiro escalão da administração pública incluindo aquelas profissões que ocupam uma posição privilegiada no *status quo* do imaginário social como medicina, direito e as diversas engenharias, por exemplo. Um primeiro requisito para aumentar essa representatividade é não apenas garantir o acesso às universidades, mas também buscar a permanência desses alunos no ensino superior.

Os indicadores demonstram que a participação do negro no ensino superior ainda é irrelevante observando os seguintes gráficos:

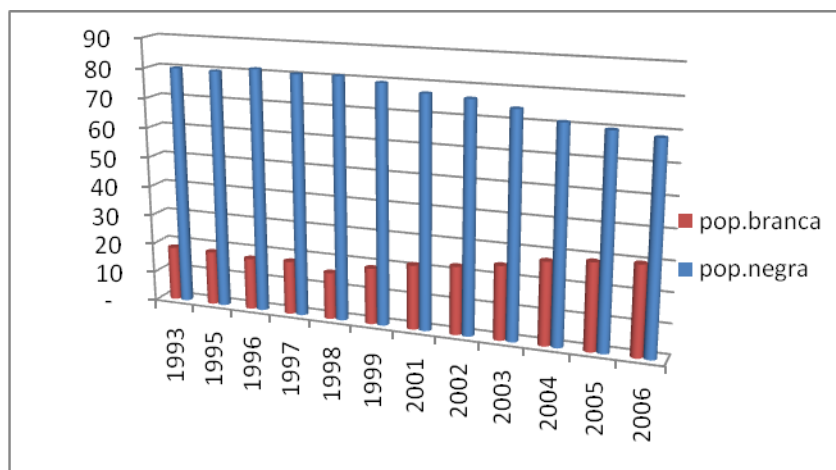
Tabela 2 - Número da população no ensino superior - destaque para os grupos negros e brancos entre 1993-2006

²³ O Plano de Metas da Universidade de Brasília foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE em junho de 2003, de acordo com Dione Moura(2004,p 219) o plano de metas visa atender à necessidade de gerar na Universidade de Brasília, uma composição social, étnica e racial capaz de refletir minimamente a situação do Distrito Federal e a diversidade da sociedade brasileira como um todo (...) O fundamento supremo do plano de metas é o propósito de promover a inclusão social de negros e indígenas por meio de acesso ao ensino superior, em contexto de políticas de ação afirmativa. Ver: Bernadino, Joaze;Galdino, Daniela (org) in: Levando a Raça a Sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2004



Fonte: PNAD:2006(IBGE)

Tabela 3 - Percentual de negros e brancos no ensino superior



Fonte: PNAD:2006(IBGE)

Observando esses dados, inferimos que a participação da população brasileira no ensino superior praticamente triplicou em nove anos. No entanto, a representatividade da população negra não acompanhou esse aumento: em nove anos cresceu apenas cinco por cento. Esse era o quadro da população negra no ensino superior antes das ações afirmativas, não se referindo somente às reservas de vagas, mas a todas as ações afirmativas

implementadas nessa área (sistema de bonificação, PROUNI e outros)²⁴. Com base nos indicadores não se pode negar que o ensino superior apresenta uma considerável dose de desigualdade racial que precisa ser enfrentada.

É importante destacar que as maiores críticas em relação as AAs são para as políticas de implementação de cotas no ensino superior público, espaço político no qual o conhecimento produzido é incorporado quase que, hegemonicamente, pela elite branca desse país. Não podemos negar ainda que esse espaço tem contribuído sobretudo para preservação do *status* das elites atuais.

2.2 - Entraves e desafios para inclusão do negro no ensino superior

Dois dos principais entraves à inclusão da população negra no ensino superior são: as legislações incipientes ou ausência das mesmas no campo das políticas de ações afirmativas e a falta de políticas públicas para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão do ensino superior pelo estudante negro. Para remediar a primeira situação é de suma importância a aprovação dos projetos de lei que versam sobre a temática racial.

O Projeto de Lei 6264/05 - Estatuto da Igualdade Racial - que estabelece critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros, alterando a lei n° 6015/73²⁵, prevê em um dos seus itens a criação de um Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Contudo, essa questão foi alvo de uma grande polêmica que ofereceu mais dificuldades para a tramitação e aprovação do projeto. Com o objetivo de facilitar as negociações e a aprovação do Estatuto foi retirada a previsão do fundo.

Porém, ao abrir mão desse fundo para programar as políticas de igualdade racial, essas políticas ficam, incluindo as políticas de permanência no ensino superior, na dependência

²⁴ Algumas universidades adotaram o sistema de bonificação racial ou social em seus processos de seleção. Nesse sistema os candidatos que atendem a esse critério recebem uma quantidade de pontos que será somada às notas dos exames, para fornecer a nota final. A Unicamp serve como exemplo desse sistema.

²⁵ Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

exclusiva de outras receitas. Assim, a política racial não tem um orçamento básico, ficando sempre a reboque de outros campos do governo para ser incluída no Orçamento Público²⁶.

O orçamento público do Brasil nos últimos anos demonstra que não há nenhuma previsão para programas de permanência exclusivamente para alunos negros. Saindo em busca dos recursos que o Ministério da Educação (MEC) repassa às universidades públicas federais, teremos uma rubrica de recurso para a assistência estudantil, todavia, sem fazer o recorte étnico-racial.

A lógica posta é tratar a questão racial e socioeconômica no mesmo bojo, como assegura Theodoro (2008), que a “desigualdade de renda se combate com políticas de distribuição de renda e proteção social e enfrentamento da problemática racial com ações afirmativas e valorativas”. Não significa dizer que no campo de combate ao racismo, políticas de redistribuição de renda e proteção social não tenham importância, porém há outros elementos que são fundamentais e precisam ser incorporados na assistência estudantil de alunos oriundos do sistema de reserva de vagas com recorte racial.

Outro entrave é que as cotas são temporárias e devem ser assim. Torná-las de caráter permanente seria aceitar a desigualdade como natural e inata, ou aceitar que a ideia de igualdade seria algo impossível de se alcançar. Assim, tais políticas não mudam as estruturas, apesar de cumprir com sua função principal que é o aumento da representatividade do seguimento em questão, que neste caso, é o aumento do acesso de alunos negros nas universidades, daí a suma importância das cotas. No entanto, é necessário que o Estado desenvolva políticas públicas em todos os níveis de ensino, principalmente, no ensino médio, que tem se mostrado o grande gargalo para a população negra.

Podemos dizer que o ensino fundamental do ponto de vista da problemática racial é, praticamente, universal. Mais de 90% das crianças brasileiras sejam brancas, não-brancas, de zonas urbanas ou rurais tem acesso à escola nessa fase do ensino. Não está sendo discutido nesse momento a qualidade nem os problemas da educação básica e sim o acesso. Os indicadores demonstram que as diferenças étnico-raciais começam a aparecer ao final do primeiro círculo, agravando-se no ensino médio, onde há uma grande desigualdade racial, conforme os indicadores. Como sugere a tabela e o gráfico abaixo:

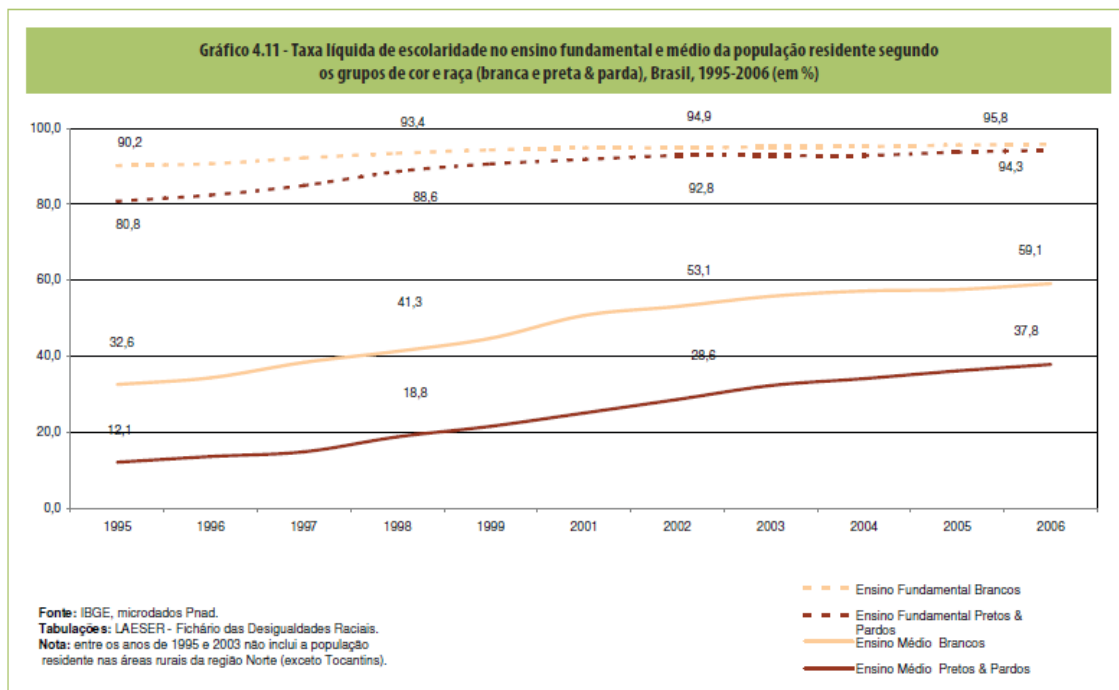
²⁶ O Orçamento Público compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas federais.

Tabela 4

Tabela 4.5 - Taxa de cobertura da rede escolar da população residente por faixas etárias selecionadas (6 a 4 anos; 7 a 14 anos, 15-17 anos) e segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda); regiões geográficas, Brasil, 2006 (em %)						
Grande Região	Branco			Pretos & Pardos		
	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Norte	66,8	97,0	81,0	63,4	96,5	78,5
Nordeste	82,9	98,2	81,4	79,5	97,3	79,0
Sudeste	84,1	99,2	87,9	76,7	98,4	81,7
Sul	67,4	98,9	82,7	62,9	98,4	73,1
Centro-Oeste	72,9	99,1	86,3	62,9	98,4	81,0

Fonte: IBGE, microdados Pnad.
 Tabulações: LAESER - Fichário das Desigualdades Raciais.

Gráfico 1



Uma das explicações possíveis para esse retrato educacional é que o sistema de ensino convencional, de algum modo, não está preparado para receber e dar suporte à permanência do aluno negro no sistema educacional. Denota dizer que o sistema de ensino convencional desenvolve mecanismos que, em certa medida, pode acabar expulsando os alunos negros. Como afirma Eliane Cavalleiro:

A despeito e simultaneamente a isso, o sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes - com destaque para os pertencentes à população negra. Cavalleiro (1998) apud CAVALLEIRO (2005, p.68)

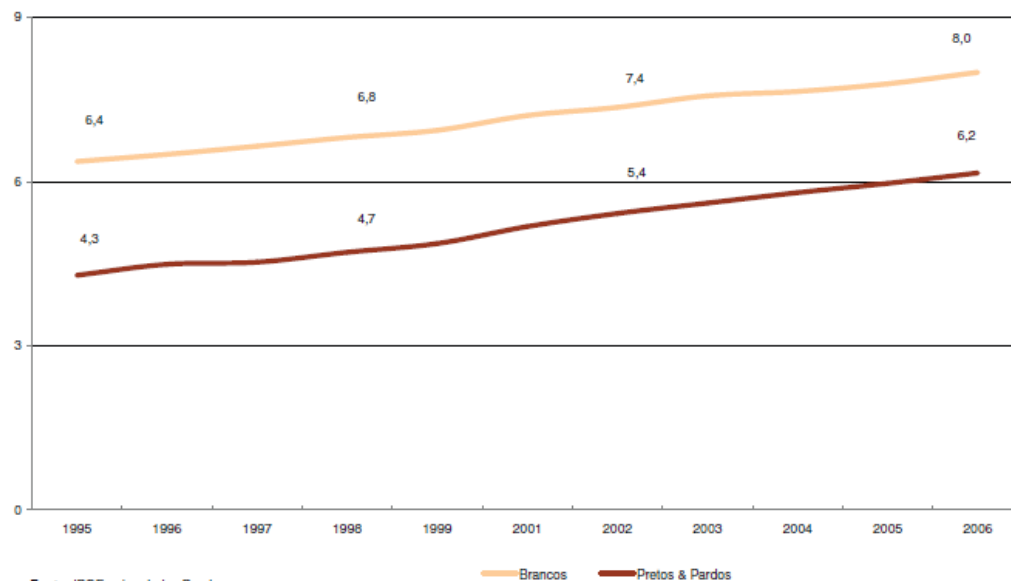
A evasão escolar pode acontecer, seja pelo conteúdo eurocêntrico - reprodução de estigmas e estereótipos negativos -, seja pela incompatibilidade de conciliar horário de escola e trabalho ou ainda, devido à incapacidade dos educadores em lidar com as demandas étnico-raciais. Enfim, esse modelo de escola formal não dá conta da educação do aluno negro, pois este não se reconhece nela, assim, um dos passos para mudar a educação da população negra é repensar a educação formal, os currículos. Ainda, de acordo com Cavalleiro:

Ao reproduzir e disseminar ideologias e conceitos que desvalorizam o grupo negro, o sistema educacional garante às crianças e aos adolescentes negros um tipo de tratamento que dificulta e até mesmo chega impedir a sua permanência na escola e/ ou o seu sucesso escolar (CAVALLEIRO, 2005, p.68)

Traçando um panorama dos últimos anos da inserção da população negra na educação, principalmente pós 1988, houve uma ampliação da cobertura do sistema educacional em todos os níveis de ensino, especialmente no ensino fundamental. Entretanto, como foi citado, o ensino médio se apresenta como o gargalo, sendo mais um entrave para a inserção do negro no ensino superior. Apesar dessa maior cobertura do sistema educacional, ainda não é possível eliminar as desigualdades raciais, como demonstra o gráfico e a tabela a seguir.

Gráfico 2

Gráfico 4.5 - Anos médios de estudos da população residente de 15 anos de idade ou mais segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 1995-2006 (em anos de estudo)



Fonte: IBGE, microdados Pnad.
 Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais.
 Nota: entre os anos de 1995 a 2003 não inclui a população residente nas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins)

Tabela 5

Tabela 4.4 - Taxa de alfabetização e anos médios de escolaridade da população residente acima de 25 anos por área de residência (urbana ou rural) segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 2006 (em %)

Cor ou Raça	Taxa de Alfabetização		Anos Médios de Estudos	
	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Brancos	93,7	79,5	8,1	4,3
Pretos & Pardos	85,7	62,2	6,2	2,9
Assimetrias Relativas	9,4%	27,8%	30,4%	47,3%

Fonte: IBGE, microdados Pnad.
 Tabulações: LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais.

A não conclusão do ensino médio pelos alunos negros se coloca como uma barreira automática complicadora do ingresso no ensino superior. Então, não temos que discutir aqui somente o acesso ou permanência no ensino superior, mas sim o problema anterior, causador dessa dificuldade de acesso e permanência do aluno negro, que é a não conclusão do ensino médio por esses alunos. Essa discussão é necessária porque se não houver alunos negros que

tenham concluído o ensino médio, a política de cotas terá dificuldades para atingir o seu público-alvo. Tal quadro pode transformar as políticas de cotas em uma política estéril e para justificar políticas públicas para negros no ensino superior é fundamental que se tenha demanda, ou seja, público-alvo.

Ao assegurar o sistema de cotas é necessário que o aluno negro tenha atenção integral, considerando a existência de um problema na estrutura social, já que as cotas não possibilitam essa correção estrutural. Quem deve ter a obrigação de atender as demandas socioeconômicas é o Estado, a partir de políticas públicas com poder de sanar essas distorções, garantindo a redistribuição de renda, moradia, alimentação e outras necessidades.

Para enfrentarmos a problemática racial na educação, é preciso mudar o eixo paradigmático que orienta a política educacional brasileira em todos os níveis. O paradigma eurocêntrico - que exerce a maior influência - e o norte-americano - que apesar de ser influência mais contemporânea, ocupa um espaço importante - precisam ser deslocados da centralidade do conhecimento, sendo necessário buscar outros saberes em fontes diferentes, como os países africanos e asiáticos.

Outro desafio para inserção e manutenção do aluno negro no ensino superior diz respeito à dimensão subjetiva desse estudante. É a sensação de pertencimento, acolhimento e identidade no campo universitário, já que esse é um espaço que histórica e socialmente foi negado à população negra. O excesso de cobrança por bons rendimentos e desempenhos desses alunos beira muitas vezes a barbárie e isso é preponderante na trajetória acadêmica do aluno negro. Ele tem de provar, a todo instante, que merece ocupar um lugar nesse espaço, sendo, muitas vezes, obrigado a conviver com posições racistas e preconceituosas de professores e colegas de turma.

Não é dada a este grupo a mesma opção pela mediocridade que é tolerada aos alunos do grupo branco. Obviamente, por que esse pertence ao grupo hegemônico dominante, que tem na academia o espaço naturalmente seu. Ademais, há uma pressão sobre o estudante negro para que este tenha um compromisso político e um grau de comprometimento com as demandas étnico-raciais, pois o êxito ou fracasso desses alunos é fundamental para a política de cotas destinada à população negra. É verdade que esse fato advém em função do reconhecimento do contexto histórico, das lutas e de mobilização do movimento negro, para que esse direito fosse concretizado.

3 - Por que traçar todo esse histórico?

Nesse capítulo evidenciamos o nascimento da problemática racial brasileira, discutimos como o Brasil colônia e abolição foi determinante e estruturante para a temática, e mostramos, ainda, que esse processo de marginalização, exclusão social e inserção social perversa e rebaixada da população negra se deram por conta de uma abolição brasileira inconclusa. Apontamos a omissão do Estado Brasileiro como sendo uma das principais causas do acesso inadequado da população negra às políticas públicas, principalmente, as sociais e de geração de renda.

Assim sendo, tentamos descortinar o cenário brasileiro em que o debate das Ações Afirmativas está inserido e os motivos pelos quais o estado brasileiro é chamado a assumir as iniciativas de políticas afirmativas com recorte étnico-racial. Infelizmente, o governo brasileiro tem tido poucas iniciativas nesse campo, talvez as duas ações mais expressivas tenha sido a criação da Palmares e a SEPPIR, em 1988 e 2003, respectivamente. O Programa Brasil Afroatitude se insere nessas tentativas governamentais de criação de projetos afirmativos, mas, como já vimos, o programa foi pensado como parte do Programa Saúde da População Negra, do Ministério da Saúde.

Nesse sentido, o Programa Brasil Afroatitude, objeto desse estudo, foi criado em 2004, no auge do debate sobre a adoção das cotas nas universidades públicas. Esse programa nasce em um contexto em que a população negra se encontra em situação de extrema fragilidade, não só pelos fatores de vulnerabilidade que expomos nesse capítulo, mas também pelas críticas dos opositores às cotas. Todo este cenário acabou desmistificando a ideia da democracia racial, já que uma série de argumentos e atitudes racistas foi apropriada pelo discurso da elite majoritariamente branca.

Os primeiros participantes do programa, foram os primeiros alunos atendidos pelas cotas, uma vez que esses alunos eram o principal público alvo do Programa Brasil Afroatitude. Esses alunos viram nas cotas a grande oportunidade de inserção no ensino superior e uma possibilidade real de mobilidade social. Diante desse fator e expectativas, o Programa Brasil Afroatitude acabou assumindo uma dimensão subjetiva de fortalecimento do

protagonismo do jovem negro na luta contra o racismo e as desigualdades sociais, revelando o papel fundamental do programa para esse grupo, conforme veremos no decorrer desse trabalho.

Temos ciência que somente o acesso da população negra ao ensino superior não é segurança da diminuição da desigualdade racial, pois é necessário um programa de AAs que consiga modificar a estrutura das relações raciais, contudo, a política de cotas é importante na construção de novas relações raciais. Sabemos que uma parte significativa da população negra está na base da pirâmide socioeconômica brasileira, como os indicadores sociais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD e as pesquisas de instituições como IPEA e IBGE têm mostrado. Essa situação, como vimos, é fruto de uma inserção perversa da população negra pelo estado brasileiro.

Apresenta-se então um novo desafio para as universidades e para o governo brasileiro: pensar possibilidades de manutenção do aluno negro no ensino superior, sendo necessário garantir não apenas a entrada, mas a permanência e a conclusão. Assim, o Programa Brasil Afroatitude parece ter sido uma das muitas possibilidades de permanência do aluno negro, por isso mereceu uma atenção e um estudo especial, já que se configurou no cenário nacional entre os principais projetos de ação afirmativa do governo brasileiro.

Capítulo II: Afroatitude primeiras impressões

1 - O Programa Brasil Afroatitude-UnB

A proposta desta dissertação é fazer um estudo de caso do Programa Brasil Afroatitude-UnB como política pública, conforme já mencionado na introdução deste trabalho. Neste capítulo, ofereceremos um olhar específico sobre o “Afro-UnB”, nome carinhoso dado pelos seus participantes ao Programa Brasil Afroatitude da UnB.

O Programa Brasil Afroatitude-UnB possui uma equipe técnica-administrativa formada por: coordenador-geral, que é um professor do quadro efetivo da universidade e assistente técnico, disponibilizado pela UnB, para acompanhar e prestar assistência psicossocial aos estudantes atendidos pelo Projeto. Esse acompanhamento é feito de forma individual e coletiva por meio da reunião semanal.

Um dos requisitos de participação do programa é que o estudante precisa ter quinze horas semanais para se dedicar as atividades do Afro. No período de 2005 a 2009, o estudante cumpria treze horas no projeto de pesquisa, extensão e monitoria conforme o plano de trabalho de cada um e duas horas em atividades com a coordenação.

Essas duas horas eram subdivida em dois momentos, o primeiro era a chamada reunião informativa, a qual visava tratar de questões administrativas do programa. O segundo momento era o mais importante, já que era feito a reunião formativa que ficou conhecida como atividade temática- AT. A cada semana, o grupo se propunha discutir um tema relevante para sua formação acadêmica e principalmente na temática racial e temas transversais. As ATs eram de responsabilidade do estudante que a elaboravam junto à coordenação em um sistema de rodízio. A AT além de contribuir significativamente na formação foi essencial para o fortalecimento da idéia de grupo, representava o ápice do espaço de troca de experiência entre os participantes, configurando assim como elemento fundamental para processo identitário do Afroatitude.

Quanto à estrutura física, o Programa tem sede própria, fruto da conquista dos alunos do Afro-UnB, que combateram e pressionaram a reitoria para que esta garantisse condições mínimas para o funcionamento do Programa. O relato desse embate político é um dado

importante, pois esse e mais inúmeros processos de luta pela garantia de direitos mostrou aos estudantes do Afro-UnB a problemática do racismo institucional dentro da Universidade.

Esses conflitos instalados entre o Programa e a estrutura administrativa da UnB, apesar de gerar certo desconforto para coordenação e os alunos do Afro, serviram para fortalecer o debate racial dentro do Programa e também engrossar a discussão racial já existente na Universidade, sendo o EnegreSer²⁷ seu representante mais expressivo e alguns poucos docentes, como Nelson Inocêncio, José Jorge de Carvalho, Denise Botelho e Rita Segatto.

Essas situações de embate, aliadas a tantas outras vivenciadas pelo Afro-UnB, evidenciam que, mesmo sendo vanguardista na política de cotas, a UnB ainda tem seu lócus embranquecido, orientado por uma visão racista que perpassa toda a sociedade brasileira e que deve ser enfrentado em sua totalidade. Desse modo, não bastava apenas abrir as portas da universidade, mas também garantir minimamente a permanência dos alunos negros cotistas na universidade.

As experiências cotidianas do Afro-UnB mostram a dificuldade apresentada pela UnB no que tange ao acolhimento dos estudantes negros e mesmo esta tendo dado um passo à frente na construção de política de ações afirmativas, esteve nítido que no momento da entrada dos primeiros alunos na universidade, pelo vestibular do segundo semestre de 2004, ainda haveria muito a ser feito para consolidar o Programa de Cotas Raciais dentro da universidade.

Essas dificuldades iniciais fizeram com que a UnB empreendesse uma maior aproximação junto aos grupos que já discutiam e estavam no embate da problemática racial dentro do *campus*. Tudo isso gerou a criação do Centro de Convivência Negra (CCN), do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial (NPIR) no Decanato de Extensão. De certa forma, a criação desses órgãos na estrutura da Universidade significou a tentativa desta de fazer uma administração mais plural, dizendo, grosso modo, que se tratou de “enegrecer a Universidade”.

Para melhor traçarmos os rumos desta pesquisa, escutamos no primeiro momento do nosso trabalho alguns alunos e ex-alunos do Programa Brasil Afroatitude-UnB, que apresentaram relatos de aspectos fundamentais do programa. Esses alunos responderam a uma

²⁷Criado em 2001, o EnegreSer-Coletivo Negro no Distrito Federal e Entorno, é um espaço apartidário e afrocentrado, que desenvolve ações voltadas para a luta negra, tanto fora quanto dentro do campus da Universidade de Brasília (UnB), intervindo nos processos que tocam de perto os interesses da população negra.

entrevista com dezessete questões²⁸, que nos forneceram uma ideia geral do alcance do Programa. Destacaremos neste capítulo algumas características do que nos parece ser uma síntese da importância do Programa Brasil Afroatitude.

Antes de chegarmos a esse ponto, é interessante apresentar o perfil do primeiro grupo de cinquenta alunos atendidos pelo Afro-UnB. São alunos que prestaram vestibular pelo sistema de cotas e entraram na universidade com idade entre 17 e 28 anos. Todos foram classificados, dentro dos critérios socioeconômicos da UnB, entre os grupos de baixa renda I e II²⁹. Esses alunos, em sua maior parte, são moradores das cidades satélites de menor prestígio social do Distrito Federal, como Recanto das Emas, Ceilândia, Santa Maria e outras. Eles apresentam em comum o histórico de dificuldades econômicas e psicossociais que delineiam características familiares muito semelhantes, tais como: famílias chefiadas por mães solteiras, pais com baixa escolaridade e atuando em profissões de baixa qualificação, entre outras semelhanças.

2 - O sonho acadêmico - mobilidade social

Para muitas pessoas, entrar na universidade significa a realização de um sonho. Muitas vezes cursar o ensino superior não é somente aspiração individual, mas coletiva, como parece ser o caso dos alunos negros entrevistados, já que cada um deles parece ter chegado à universidade trazendo consigo o desejo, a luta e a busca da vitória pessoal. A oportunidade de frequentar o ensino superior pode significar para a população negra um passo a mais no caminho da ascensão social. É o que sugerem as repostas dadas para seguinte pergunta: “O que te motivou a entrar na Universidade?” Seguem abaixo fragmentos de entrevistas feitas com cinco alunos.

a) “Desde criança sempre fui muito curioso, nunca me contentava com respostas como “porque sim”, questionava muito, principalmente sobre as coisas “humanas”, do tipo “porque temos que trabalhar ou ir à escola?”

²⁸ Vide anexo I

²⁹ A classificação dos grupos socioeconômicos é definida pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) por meio de um estudo social dos estudantes. Assim, o grupo I é composto, em tese, pelos estudantes de maior vulnerabilidade social e econômica.

então, na adolescência descobri a promessa científica de resolução do mundo, daí pensei, Universidade...

b)“A possibilidade de estabelecer uma carreira profissional que eu sempre sonhei (biologia). Também a perspectiva de ter um futuro melhor de maior estabilidade financeira e familiar.”

Outro entrevistado afirmou:

c) “Na universidade em si, a motivação era o mercado de trabalho, no início, o objetivo era mais o mercado de trabalho, era profissionalizar-me, ao entrar na universidade o objetivo era esse: capacitar-me para poder ter renda.”

Esse trecho é muito próximo do que é relatado a seguir por outro estudante:

d)“A perspectiva de exercer uma carreira de nível superior na qual eu sempre quis trabalhar (jornalismo) e também a possibilidade de ascensão social.”

Ressaltamos outra fala:

e)“A vontade de cursar a graduação pela qual sempre fui apaixonada, além de o curso na Universidade de Brasília ser referência na área.”

Silva (2009, p.76) afirma que “a educação constitui uma dimensão central para ampliar as chances de uma inclusão promissora no mercado de trabalho”. Isso significa ainda, em certa medida, garantir a ascensão social e aqui não falamos somente da inserção no mercado de trabalho e da questão econômica, mas do reconhecimento social, do prestígio que gozam as pessoas que possuem um curso superior, principalmente se o diploma for obtido em uma universidade pública. Um dos alunos, ao ser interpelado sobre o que aconteceu na sua vida depois que entrou na universidade, respondeu: “Eu passei de futuro vagabundo a promissor intelectual”.

No fragmento descrito acima fica explícito o entendimento desse grupo: a certeza de que entrar no ensino superior representa uma possibilidade de mobilidade e ascensão social, ainda que apenas de forma simbólica. Fazer parte do corpo discente universitário significou,

para estes alunos, uma ruptura com o imaginário social ditado pela elite branca brasileira. Essa elite determinou que o lugar social destinado à população negra seria o da marginalidade social e por estar à margem, o lugar que caberia a essa população negra ocupar seria, portanto, a base da pirâmide social.

Não há dúvidas ao afirmarmos que o primeiro impacto positivo que o ensino superior acarreta para os que conseguem nele adentrar é um maior respeito da sociedade. Esse é um ganho indireto importante para o seletivo grupo de universitários que, segundo a lógica perversa da sociedade brasileira, deveria ter uma única cor. Outro ganho, como nos mostra Silva (2009, p.76), é que “a educação propicia acesso diferencial a outro conjunto de bens e atividades, como culturais, tecnológicos, informativos, todos potencializadores de oportunidades, de renda e de ampliação do bem-estar”.

A partir da política de cotas, um maior número de membros do grupo socialmente excluído passa a ter direito ao privilégio de cursar o ensino superior e às benesses que isso oferece, passando, assim, a gozar do respeito social destinado aos que frequentam esse espaço. Isso resta evidenciado no trecho da entrevista a seguir em que, ao interrogarmos os alunos sobre como era a vida antes da faculdade, um deles respondeu: “Não sei, só sei que depois da universidade passaram a me ver de forma bem mais respeitosa”.

Outro relato, agora de um ex-aluno do Programa Brasil Afroatidade, demonstra que o acesso à universidade realmente foi, de fato, um fator de mobilidade social ascendente:

O horizonte aumentou. A universidade ganhou um significado maior do que apenas um local onde somos qualificados e profissionalizados. As diversas reflexões conduzidas durante o período de graduação fizeram de mim uma pessoa mais politizada e mais crítica. Do ponto de vista financeiro, consegui evoluir bem ao longo do curso e depois de formado a renda aumentou consideravelmente e antes da formatura já tinha conseguido minha independência financeira.

Assim, o espaço universitário se apresenta como sendo um espaço para realização de grandes aspirações e de possibilidade de experiências ainda não vividas, que certamente mudaram suas vidas e lhe garantiram novas oportunidades sociais.

A entrada de alunos negros na universidade é importante não apenas por ser uma possibilidade de ascensão social para estes, mas também por garantir a democratização do espaço acadêmico e a pluralidade do saber universitário. Entretanto, há um aspecto simbólico

que precisamos considerar: quando o aluno negro entra na universidade se torna um espelho positivo. Entendemos que o processo de construção da autoestima positiva perpassa a ideia da imagem positiva que o indivíduo tem de si mesmo. Chamarei esse processo de auto-imagem. Ambas, autoestima e auto-imagem, são fundamentais no processo de construção da própria identidade.

Como já mencionamos no primeiro capítulo, a imagem do negro está ligada a uma série de estereótipos negativos, o que contribui significativamente no processo da construção da identidade negra e da imagem do próprio indivíduo. Então, quando passamos a ter um número maior de negros em posições de maior prestígio social e profissões que exigem uma maior qualificação, possivelmente, o reconhecimento positivo de negros nessas situações influirá positivamente em seus pares.

Tais atores sociais seriam o que Gomes (2001) chamou de “personalidades emblemáticas”. Essas personalidades emblemáticas seriam membros dos grupos minoritários que conseguiram ascender e que em função disso se tornaram modelos para as gerações mais jovens, dissolvendo e absorvendo os estereótipos negativos. É o reconhecimento dessas personalidades emblemáticas que estamos chamando de “espelho positivo”. É presumível que à medida que os pares dessas minorias sociais se reconheçam no sucesso uns dos outros, eles tenham maiores condições psicossociais de assumirem também esses papéis de destaque na sociedade.

Intuitivamente, temos a impressão de que a vitória de um negro representa no imaginário social da população negra uma vitória para o coletivo. É uma espécie de sentimento de solidariedade negra, que abraça essa população e faz com que uma vitória individual ofereça novo ânimo na luta contra o racismo. É possível perceber o efeito dessa solidariedade negra em eventos recentes da história mundial.

Isso se reflete desde âmbitos mais simples, como uma conquista de campeonato com um título mundial de Fórmula 1 (F-1), em 2008, por Lewis Hamilton, primeiro piloto negro a frequentar a categoria em mais de sessenta anos de existência desse campeonato. A conquista desse título certamente representou muito para a história da população negra, já que o automobilismo por si só é bastante elitizado e a F-1 é a categoria ápice desse esporte, tramitando nela dezenas de bilhões de dólares por ano, além de ser profundamente marcada pela presença da população branca no “paddock”.

Outro exemplo emblemático dessa sensação de vitória coletiva é referente a instâncias políticas e sociais mais complexas que o esporte. Como a eleição do presidente Barack Obama, em 2008, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, país considerado a maior economia mundial e um país oficialmente racista.

Como já foi dito, essas experiências de sucessos individuais por negros, em parte, refletem significativamente sobre todo o grupo. Talvez porque a percepção das conquistas individuais, em certa medida, é e foi construída por uma luta coletiva da população negra. E ainda, que ao chegarem ao topo, esses indivíduos não necessariamente reconheçam essa história e não levantem a bandeira da luta negra, a função social de transmitir uma imagem positiva da população negra já terá sido feita, e estará à vista, independente da vontade pessoal desse indivíduo. Levantar a bandeira da causa negra depende da construção política e identitária, além de outros fatores como a própria vontade individual do sujeito.

Na conjuntura atual, espera-se que quando um menino negro sonhar em ser piloto de Fórmula 1 ou presidente da república, ele possa olhar para esses exemplos e saber que é possível materializar seus projetos. É presumível que “esse novo olhar” também vai estar presente quando a população em geral, mas especialmente, crianças e adolescentes negros, começarem a ser atendidos por profissionais negros e deixarem de vê-los apenas em posições consideradas “subalternas”, somente limpando o chão ou abrindo as portas dos locais de destaque. Uma das diversas funções sociais das cotas raciais é a de gerar a ideia de que é possível ascender socialmente, formando um grupo de pessoas emblemáticas. Assim, ainda que os alunos cotistas quisessem, eles não conseguiriam desvencilhar-se de seu grupo social.

3 - O Elitismo Acadêmico

A educação superior no território nacional começou tomar forma no final do século XIX com a criação das escolas técnicas. No entanto, a primeira universidade propriamente dita só foi consolidada no Brasil do século XX. Tivemos uma experiência em 1912, no Estado de Paraná, que foi efêmera, durou apenas três anos. Nesse sentido, a primeira universidade brasileira consolidada foi a então chamada Universidade do Rio de Janeiro, hoje,

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada por meio do decreto 14.343, de setembro de 1920, tendo como carro-chefe os cursos de Direito e Medicina.

A primeira universidade brasileira já continha dois cursos de alto prestígio que, obviamente, eram destinados aos membros das classes mais abastadas brasileiras. A grande controvérsia é que essa concepção de universidade para os mais abastados pouco mudou: as instituições de Educação Superior no Brasil, desde o seu nascedouro, têm sido um espaço formatado pela e para a “fina flor” da sociedade. E citando a elite brasileira, estamos nos referindo a um grupo hegemônico constituído por pessoas brancas, em sua grande parte, de origem aristocrata. Estas possuem o “privilégio racial” que lhes concede um lucro social, como afirma Hasenbalg (2005, p.118): “O conceito de privilégio racial sugere que, além da exploração econômica, o grupo dominante branco extrai uma certa “mais-valia” psicológica, cultural e ideológica do colonizado”.

Dessa forma, as escolas técnicas, quando criadas no território brasileiro, objetivavam atender aos filhos da aristocracia brasileira que já não podiam completar seus estudos na Europa, em função do bloqueio econômico imposto por Napoleão Bonaparte a Portugal e aos demais países europeus no início do século XIX. Esse caráter elitista do ensino superior permanece ainda nos dias atuais, especialmente nas universidades públicas. Petronilha Betriz Gonçalves e Silva diz:

Desta forma, cultiva-se um elitismo que expressa total desprezo por tudo que possa implicar revisão de pressupostos e crenças que têm fundamentado a formação acadêmico- científica. Em outras palavras, há recusa em avaliar as bases ideológicas e teóricas, fortemente enraizadas no século das luzes, com que se construíram saberes sobre os outros e sobre o mundo (SILVA, 2003, p.47)

Vale ressaltar que em uma sociedade patriarcalista, estamental e com fortes tendências ao autoritarismo como o Brasil, o acesso ao conhecimento e à informação são duas ferramentas ideológicas de poder fundamentais. Destarte, não é de se estranhar que as universidades brasileiras sejam um espaço quase que integralmente branco, uma vez que essa é a cor da elite hegemônica brasileira. Isso explicaria também a valorização do conhecimento eurocêntrico em detrimento de outros saberes, como africanos e indígenas, por exemplo.

Apesar de toda situação adversa do século XIX, podemos citar nomes expressivos da intelectualidade negra. É o caso dos irmãos Rebouças, Cruz e Souza, Manoel Quirino³⁰ entre outros, todos invisibilizados durante anos pelo racismo acadêmico. Essa negação da intelectualidade negra talvez tenha tido a sua maior expressão com Machado de Assis, seguramente o maior escritor brasileiro, quiçá do mundo, que durante muito tempo foi retratado nos livros didáticos com uma aparência não-negra.

Entendemos que um dos motivos do embranquecimento de Machado de Assis e da quase invisibilidade da intelectualidade negra seja a necessidade de reforçar a suposta bestialidade negra para o mundo do saber. Ainda hoje encontramos resquícios do desconhecimento e a resistência à intelectualidade negra por parte da maioria dos membros da Academia hegemônica. Com algumas pouquíssimas exceções, a impressão que se passa é que dificilmente os intelectuais negros são utilizados pela Academia elitista em disciplinas que não possuem conteúdos específicos da questão racial.

Pelo mesmo motivo que o reconhecimento da intelectualidade negra do século XIX encontra resistência da sociedade, não é de se admirar que a ideia de inserção de populações historicamente subjugadas no espaço acadêmico, e “em posições de destaque”, como é o caso da população negra e indígena, cause tanta estranheza e polêmica. É o que estamos testemunhando com relação às políticas de Ação Afirmativa, em especial na sua modalidade de cotas.

O espaço acadêmico brasileiro é, historicamente, elitista e a entrada de minorias raciais em alguns momentos tem suscitado reações de inconformismo. Tal traço foi identificado e sentido no cotidiano dos primeiros alunos cotistas na UnB, como afirmou um desses alunos negros: “havia escrito várias pichações na universidade entre elas uma que me marcou muito foi a que dizia: Cotas hoje, bandidos com PHD amanhã”. Não foi possível identificar quem fez as pichações, mas certamente era alguém que não estava contente em dividir o bolo.

Assim, em face desses pensamentos racistas e elitistas no ambiente universitário, não é difícil entender que a adesão ao sistema de cotas pela UnB representou uma ruptura com a lógica eurocêntrica do ensino superior, apresentando a possibilidade da efetivação de um

³⁰ Manuel Quirino, negro, nascido em Santo Amaro da Purificação - Bahia, em 28 de julho de 1851, foi um importante militante trabalhista e intelectual que lutou pela defesa da igualdade racial e social no Brasil durante o Segundo Reinado e primeiros vinte anos da República. Na República, foi Conselheiro Municipal e, após abandonar a militância política, dedicou-se à militância intelectual produzindo diversos livros e artigos, nos quais analisou e problematizou questões sociais, políticas e culturais que envolviam os interesses do povo pobre e negro no contexto republicano. Morreu em Salvador, no dia 14 de fevereiro de 1923.

saber plural com a participação de outros grupos sociais e possibilitando até a inclusão de outros debates políticos nesse espaço. Tendo em vista que as universidades constituem arenas políticas e lócus estratégico para os embates sociais, não é difícil entender a resistência da elite brasileira em abrir mão do monopólio desse espaço de produtor do conhecimento.

As informações da tabela 1 proporcionam uma ideia das diferenças de acesso ao sistema educacional no Brasil com base no comportamento da taxa líquida de escolaridade para o ano de 2004. Destacamos a importância desses dados, pois eles revelam exatamente o perfil educacional no momento em que se iniciava a primeira experiência de Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro. Lembrando que, em 2003, a UERJ e a UENF implantaram o sistema de cotas em seus processos seletivos, seguidas posteriormente pela UnB, em 2004.

Tabela 6 - Taxa de escolarização líquida por cor/raça e sexo, segundo nível de ensino - Brasil, 2004

	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra
Educação Infantil	37,3	37,3	33,4	34,4
Ensino Fundamental	95,2	95,0	92,0	93,6
Ensino Médio	41,5	60,8	28,6	38,9
Ensino Superior	14,6	17,4	3,9	6,0

Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Os índices evidenciam as diferenças entre os grupos raciais considerando a questão de gênero. Percebemos que a desigualdade racial educacional independe do gênero, ou seja, homens e mulheres negras estão em desvantagem educacional em relação aos homens e mulheres brancas. Observando a tabela, percebemos que nos primeiros anos de estudo essa diferença entre negros e brancos é mínima. No entanto, a partir do ensino médio essa diferença aumenta sensivelmente, mostrando o grande gargalo que é essa etapa do ensino regular em nosso país. Porém, no ensino superior a desigualdade é mais gritante entre os dois grupos, confirmando que a cor predominante e quase unânime no ensino superior no Brasil é branca.

Sendo o ensino superior brasileiro marcado pela presença maciça de homens e mulheres brancas, obviamente, esse número refletirá no percentual desse grupo no quadro de docentes universitários no Brasil. Se só há nesse espaço presença de praticamente um único

grupo, é evidente que o saber será construído segundo a visão e os interesses desse grupo. Desse modo, a discussão e a decorrente resistência em torno da inserção de pessoas de outros grupos étnico-raciais não-hegemônicos é, de fato, um debate sobre o domínio do lócus de apreensão do conhecimento. É a disputa pela quebra do monopólio acadêmico, que no caso brasileiro desde sempre pertenceu à elite branca.

Nesse contexto, o Programa Brasil Afroatitude-UnB contribuiu significativamente para uma inserção menos traumática dos alunos que entraram pelas cotas, como é descrito abaixo por um deles:

(...) Os alunos são inseridos na universidade pública, que é o lócus da elite, que é o espaço onde se elabora e se pensa na sociedade, onde formam as opiniões, é dali que sai os grandes líderes do país etc. Então entrar nesse espaço privilegiado já é muito bom. E isso as cotas faz! Coloca, insere os negros nesse processo. Mas depois que eles são inseridos a universidade ainda é um espaço branco. É um espaço embranquecido em que o que se aprende, o que se fala, o que se vive, o que se pensa é muito ainda, o que vem da Europa e o que vem dos EUA, então são teorias extremamente brancas. Assim quem entra pelas cotas termina que se embranquece entra no sistema (...)

Queremos com essa reflexão, feita até aqui, afirmar que a universidade nasceu como um lugar privilegiado destinado à elite branca brasileira, tornando-se um espaço de constante disputa social, política e econômica, isto implica dizer que o lócus acadêmico é um espaço de poder. Talvez por isso, presenciemos a resistência de parte da sociedade brasileira em relação às políticas de cotas raciais. Entendemos que estas compõem um conjunto de políticas para a democratização do ensino superior brasileiro. Nesse sentido, as ações afirmativas contribuem para consolidar a ideia de que a universidade é um direito de todos, sem a exclusão deliberada sócio-étnico-racial.

4 - Identidade Negra - Negritude

A categoria de análise da identidade negra foi devidamente conceituada no primeiro capítulo do presente trabalho, cabendo neste espaço explanarmos um pouco sobre o conceito de negritude.

O conceito de negritude clássico surge nas décadas de vinte e trinta do século XX, cunhado inicialmente por Cesaire e Senghor. De acordo com Maria da Consolação André (2008, p.52), “o termo surge formalmente no Brasil pela primeira vez no Novo Dicionário da Língua Portuguesa em 1975, de Aurélio Buarque de Holanda”³¹.

Segundo André:

(...) Bernd sustentou que a negritude é a tomada de consciência de uma situação de dominação e discriminação e a conseqüente reação pela busca de identidade negra. Bernd apud André (2008, p.54)

Ainda, de acordo com André:

(...) A negritude poderá ganhar relevância tanto como definição quanto como forma de ação a partir do momento em que houver a aceitação e valorização do “ser negro”, dos objetos representativos dessa origem, da identificação com a ancestralidade, da luta pela afirmação e emancipação, garantindo um lugar como protagonista e cidadão. A crença é que no momento em que a maioria dos afro-descendentes puder transformar sentimentos de vergonha, de medo, de inferioridade por outros como orgulho de sua ancestralidade, por mais fragmentada que esta se apresente, veremos possibilidades da ocorrência de mudanças no imaginário social sobre o negro, a partir dele próprio. (...) (ANDRÉ, 2007)

A ideia de negritude com a qual estamos trabalhando não se refere somente à cor da pele, mas a uma postura advinda da percepção das dimensões das condicionantes que a cor da pele representa. Trata-se de uma atitude de dignificação, sendo primordialmente uma atitude política, assim, é um processo de reconhecimento do indivíduo para com seu grupo.

O sujeito ressignifica, isto é, dá um novo significado para seu espaço político de fala e seu lugar de pertencimento social, apresentando uma ação mais empoderada de si no mundo e

³¹ Holanda *apud* André dar as seguintes definições em 1975 para a palavra negritude: a) estado ou condição da pessoa de raça negra e b) ideologia característica da fase de conscientização, pelos povos negros africanos, da opressão colonialista, a qual busca reencontrar a subjetividade negra, observada objetivamente na fase pré-colonial e perdida pela dominação da cultura ocidental (ANDRE, 2008 p,52)
Dicionário de sinônimos Michaelis apresenta a seguinte definição: ne.gri.tu.des. f. Conceituação global dos valores culturais das raças negras (desenvolvida por Leopold Senghor).

demonstrando uma mudança de postura visível no enfrentamento da problemática racial. É um sentimento de enegrecimento valorativo, traduzido na atitude e no orgulho de ser negro. Seria o que Souza chamou de “tornar-se negro”.

Durante a realização da pesquisa, percebemos que o Programa Brasil Afroatitude desenvolveu um papel importante no processo de negritude dos alunos. O fragmento abaixo foi retirado de uma entrevista e representa bem um dos grandes ganhos simbólicos do Programa Brasil Afroatitude: o processo de fortalecimento da identidade negra e a aceitação da negritude por parte dos alunos beneficiados do programa.

(...) O Programa Brasil Afroatitude foi que me aproximou dessa ideia de fato de identidade negra, ideia de pertencimento, ideia de grupo, porque embora eu tivesse entrado pelo sistema de cotas e até já tivesse participado de algumas discussões eu ainda não via a força de um grupo que vivia as mesmas dificuldades, as mesmas discriminações, que vinha até mesmo das mesmas cidades, que tinha os mesmos problemas (...)

Chamamos a atenção para o fato de que muitos alunos, ao optarem pelo sistema de cotas, muitas vezes não têm a real ideia do que significa entrar na universidade por essa política, talvez porque poucas vezes conseguiram ter a verdadeira percepção das implicações de ser negro no Brasil e saber que por detrás das cotas existe uma história brasileira de luta pelo fim da discriminação e da desigualdade racial no Brasil. Tal inconsciência fica evidente nas falas transcritas abaixo:

Na ocasião da inscrição, não entendia bem o sistema e sinto falta até hoje de explicações maiores nos cursinhos pré-vestibulares distribuídos pelo Distrito Federal. Mas pelo que entendi era uma ferramenta de reparação de danos sofridos por meus antepassados e também forma de me auto-afirmar como negra.

Outro estudante afirmou:

Entrei como cotista na primeira turma do sistema de cotas, 01/2004, nessa data, tudo ainda era muito novo e confuso, um professor do cursinho que eu frequentava orientou a me inscrever pelo sistema de cotas. Confesso que ainda não tinha muitas informações sobre o processo e o que ele representava.

Assim, o Programa Brasil Afroatitude representou um lugar de acolhimento para os alunos negros que começavam a ocupar um espaço até então embranquecido. É interessante salientar que muitos dos alunos cotistas não tinham a menor intimidade com o debate da problemática racial.

O Brasil durante sua história conheceu mitos como o da democracia racial - das “três raças” - e da ideologia de “embranquecimento”, que, infelizmente, geram dificuldades para muitos negros e negras no país reconhecerem seu pertencimento racial como uma identidade positiva. Em um país onde a imagem do negro quase sempre esteve ligada a aspectos negativos, a cota racial é um momento de reconhecimento racial e para muitos é a primeira oportunidade de se pensar e assumir-se enquanto negro. Não se pode esquecer, obviamente, que as cotas raciais configuram-se como política compensatória, redistributiva de bônus e benesses sociais a um grupo socialmente excluído.

Portanto, não é de se estranhar o fato de que muitos estudantes só tenham se percebido como negros no momento de fazerem a opção pelas cotas sem que, no entanto, tivessem a real percepção do que significava assumir uma identidade negra no Brasil. Essa ausência de percepção está fortemente ligada à ideologia da democracia racial, que em certa medida tem impedido muitos negros de enxergarem e entenderem o próprio contexto racista em que se inserem, inconscientes de que sua condição psicossocial é fruto de uma estrutura social racista.

A expressão do racismo na academia é algo tão cruel que não poupou nem aqueles chamados de “afroconvenientes”. Tal termo se refere, nesse trabalho, às pessoas que nunca se assumiram como negras e que, inclusive, muitas vezes, procuram se passar por não-negros nos vários espaços sociais que circulam. Outra característica desse grupo, é que a maioria não é vítima de experiências racistas tão intensas como àquelas vividas por aqueles que são visivelmente e socialmente reconhecidos como negros.

Parte dos “afroconvenientes” entende as ações afirmativas como um caminho mais fácil para o acesso a determinados direitos. Esse grupo acredita que as cotas raciais são uma forma de burlar os mecanismos de acesso aos bens e serviços públicos. Muitas vezes, esses sujeitos recorrem a uma ancestralidade negra para justificar algum direito, apesar de não se reconhecerem e nem serem identificados socialmente como negros.

Os “afroconvenientes”, ao se assumirem como negros para ingressarem no sistema de cotas raciais, puderam vivenciar as dificuldades, as dores e a carga de ser uma pessoa de pele negra nesse país. Os participantes do Programa Brasil Afroatitude têm um elemento a mais na construção de sua identidade e no processo de construção da negritude. Para que não fossem acusados de fraudadores, esses sujeitos tiveram que, realmente, *tornar-se negro*, como cita um dos entrevistados:

Na verdade, como é bem sabido, o processo de descoberta da negritude é bem menos traumático para os mais claros, que é o meu caso, nunca sofri agressões “severas” do tipo de não deixarem entrar em algum lugar ou de agressões físicas, como já presenciei com amigos, mas como meu cabelo era mais “anelado” e fazia questão de deixá-lo comprido isso sempre irritava as pessoas que se expressavam de forma racista, isso me fez entender que por um lado não sou branco, porque não era visto por brancos como tal, então me via em um dilema já que apesar de também não ser visto como preto por meus amigos pretos eu possuo uma afinidade bem mais forte em relação à causa negra do que às reivindicações de meus amigos brancos. Na verdade, até hoje eu não sei o que sou, só me encaixo bem na definição de negro do IBGE que seria tudo que não é branco nem amarelo.

Isso fortaleceu o próprio Programa Brasil Afroatitude, que rapidamente se consolidou como um espaço de acolhimento e de tomada de consciência da negritude. Esse espaço possibilitou, assim, o sentimento de pertencimento e se tornou um lugar de convívio com os pares, em que o principal fator de união, inicialmente, foram as vivências e experiências obtidas a partir da cor da pele, como afirma um dos estudantes entrevistados:

A convivência com pessoas de vários locais e vários pensamentos que se percebem de uma origem comum sempre trará mudanças. Percebi de mudanças de discurso a mudanças físicas. Houve um tempo onde a maioria dos participantes intensificou a identidade visual do negro com o uso de vestimentas, estampas em bolsas ou cadernos e até penteados e se afirmou ainda mais negros, fruto de um trabalho no grupo, do qual participei diretamente, o projeto Eu Tenho a Beleza Negra. O projeto tinha o objetivo de mostrar principalmente para nós mesmos o valor que tem a estética do negro que muitas vezes se escraviza aos métodos e produtos utilizados para o embelezamento, os quais não condizem de forma alguma com sua etnia, agredindo a si mesmo e causando prejuízos físicos e morais, traumas por muitas vezes irreversíveis.

Assim, o Programa Brasil Afroatidade ganhou uma dimensão de espaço de reconhecimento do ser negro, em que os pares se reconheciam uns aos outros na sua condição negra e reconheciam também tudo o que isso acarreta. Esse sentimento corroborou e legitimou o espaço do Afroatidade como lugar de fortalecimento da identidade negra.

Esse reconhecimento do outro é fundamental para o processo de identidade, já que a percepção que o outro tem a respeito do eu é fundadora de quem sou. Nessa perspectiva, o Programa Brasil Afroatidade-UnB contribuiu para a ruptura de um padrão hegemônico de valores físicos, psíquicos, culturais e acadêmicos, como declara um dos estudantes entrevistados ao responder seguinte pergunta: “Pode-se dizer que seu entendimento de negritude foi modificado pelo programa? Em que medida?”:

Modificou muito. Lá podemos conhecer a história do movimento negro, da luta desse movimento, isso fez com que eu passasse a ver a negritude de forma bem mais heróica do que se vê na TV. Tive oportunidade de conhecer a cultura negra, na qual me apaixonei e venho defendendo desde então.

Outro entrevistado respondeu a mesma questão da seguinte forma:

Sim, foi modificado em todas as medidas. Largura, comprimento e altura... Acho que ampliei muito a minha visão sobre a questão racial. Passei a ter mais sensibilidade para essas questões e pude identificar coisas que antes não eram vistas por mim. É importante saber defender seus direitos, saber o que fazer quando é discriminado... mas acho que o mais importante que eu aprendi foi não reproduzir nas minhas atitudes os preconceitos que estão disseminados pela sociedade e também sempre que estiver ao meu alcance debater, debater e debater, pois acho que são nas rodas de conversa que está ao meu alcance ajudar a construir as opiniões e atitudes menos preconceituosas, menos injustas.

Acreditamos esse tipo de tomada de consciência, de fortalecimento da negritude trará um exercício profissional e acadêmico extremamente diferenciado para esses estudantes atendidos pelo Programa. Nele, esses jovens atores, possivelmente, terão uma postura mais cuidadosa em relação à problemática racial e também à temática da diversidade como um todo. Como relata um dos entrevistados já inserido no mercado de trabalho:

Eu sempre usava então tudo que o Afroatitudo tinha me aberto, me proporcionado e até mesmo os conhecimentos técnicos que o Afroatitudo nos trouxe sobre o racismo, a discriminação, fazia com que eu tivesse um diferencial nos atendimentos, então eu percebia com maior clareza quando era um negro atendido, quando era um branco, as diferenças sociais que eles traziam. A resposta das pessoas quando encaminhava um negro, quando encaminhava um branco. Então eu consegui visualizar claramente quando um médico, por exemplo, precisava receber uma senhora de 60 anos negra e uma senhora de 60 anos branca. A resposta final do tratamento, o atendimento em relação uma à outra sempre era diferente. E aí, essas coisas eu conseguia identificar. Então fortalecia os atendimentos daquelas famílias que, embora atendidos, eles seriam mal atendidos. Então eu fortalecia os atendimentos daquelas famílias precarizadas especialmente aquelas famílias que eram negras

Logo, a partir desse exemplo, podemos acreditar que outras pessoas atingidas por esse Programa vão tomar atitudes diferenciadas sobre a temática racial no seu cotidiano profissional e acadêmico.

Um dos maiores ganhos dessa negritude empoderada se dá no campo da cidadania, vez que quanto maior o grau de conhecimento de si, do outro, de seus direitos e responsabilidades, mais o exercício da cidadania se amplia. Dessa forma, o Afroatitudo possibilitou uma reflexão crítica sobre a temática racial. E à medida que o programa incentivava a luta pela garantia dos direitos dos estudantes, trazia um exercício mais pleno da cidadania para esses jovens. Como foi dito por um dos estudantes: “O Afroatitudo me ajudou a refletir cidadania e raça-etnia de uma forma muito mais crítica e teoricamente embasada. Além da interpretação de práticas discriminatórias como um problema social”.

Tal exercício de cidadania me é evidente quando lembro da constante luta que o grupo fazia junto à reitoria da universidade para ter seus direitos respeitados. No início do projeto, primeiro semestre de 2005, a bolsa dos estudantes atrasava constantemente, cansados disso, os “afroatitudianos” - como eles muitas vezes se intitulam - resolveram invadir a reitoria para reivindicar a normalização da bolsa. Eles só deixaram a reitoria quando tiveram a certeza do pagamento. É fato que a bolsa atrasou inúmeras outras vezes, mas quando os atrasos ocorriam, bastava lembrar à administração da universidade esse episódio e o processo das bolsas seguia em ritmo acelerado.

O exemplo citado é apenas um dos diversos embates que os estudantes enfrentaram na universidade para garantir os seus direitos, inclusive em outras instâncias de luta política. Indubitavelmente, essa luta conjunta por um objetivo comum fortaleceu os laços internos do

grupo. Esses jovens entenderam a força do encadeamento, da união de uma classe para garantir respeito e a conquista de direitos. E esse é um dos motivos da coesão dos alunos dentro do Afroatitude.

5 - Política de cotas - conhecimento da história do povo negro: racismo velado

Como já mencionado, muitos dos alunos negros que entraram pelo sistema de cotas não possuíam a menor intimidade em relação à problemática racial, conseqüentemente, tal desconhecimento fez com que alguns desses alunos, que não estavam inteirados sobre a questão racial, acabassem servindo como massa de manobra para aqueles que mantinham posicionamento contrário sobre as políticas de cotas, muitas vezes sendo usados como verdadeiros “bois de piranha³²”, uma vez que muitos desses cotistas foram levados por argumentos tendenciosos e falaciosos utilizados para desqualificar as políticas de ações afirmativas. Não é raro vermos alunos, beneficiados pelo sistema de cotas, contrários a essa política, endossando o argumento recorrente de que o problema brasileiro não é racial e sim social e que nesse sentido as cotas sociais seriam mais legítimas.

Nesse aspecto, o Programa Brasil Afroatitude-UnB, ao fortalecer e introduzir o debate racial principalmente com os alunos beneficiários, serviu como um ambiente profícuo de desconstrução de tais argumentos falaciosos de parte da sociedade brasileira. Proporcionando reflexões que levaram esses alunos a entender o motivo das cotas raciais, o programa fortaleceu o grupo que passou a atuar como protagonista a favor das políticas afirmativas dentro da academia. Como afirma um dos alunos: “(...) lá no Afro eu comecei a discutir politicamente a questão das cotas, daí agora a gente já era defensor desse movimento, já era defensor das políticas de Ação Afirmativa (...)”.

³²No livro *O Bode Expiatório*, o professor Ari Riboldi explica que a expressão “boi de piranha” se refere a alguém que faz por livre e espontânea vontade, ou não, um sacrifício para inocentar ou diminuir dificuldades de outros. A expressão nasce da necessidade dos boiadeiros de fazer a travessia de gados em rio com piranhas. O boiadeiro para atravessar os animais sem risco escolhe um animal velho, doente ou magro e o coloca em outro ponto do rio (antes ou depois do lugar da travessia), sangrando o bicho e enquanto as piranhas o devoram, o restante dos bois passa pelo rio sem dificuldades.

Assim, não incorreríamos em erro ao afirmar que o Programa Brasil Afroatitude contribuiu significativamente para o fortalecimento do debate das políticas de cotas raciais intra e extramuros da universidade. Muitos desses alunos exerceram um papel importantíssimo dentro da sala de aula e nos trabalhos de extensão, trazendo um conhecimento plural, influenciando positivamente e enriquecendo os debates em aula. Como mostra o fragmento abaixo:

(...) sempre que surge o assunto cotas eu sempre levanto a minha mão e falo. SOU COTISTA e participo no debate, acho isso muito importante. Hoje sou muito sensível a situações raciais que não era antes, penso muito e me preocupo para não tratar ninguém de forma preconceituosa e sempre estou atento para não admitir que me tratem assim também (...)

Durante esse tempo de vivência à frente do Programa Brasil Afroatitude-UnB tivemos a oportunidade de escutar inúmeros docentes que confirmavam que realmente começaram a fazer o recorte racial em seus trabalhos e disciplinas a partir da convivência com os alunos cotistas. Boa parte dizia que os alunos os faziam traçar o recorte racial nas disciplinas ministradas e em suas pesquisas. Essa característica foi verbalizada no momento da entrevista de um dos alunos:

(...) Porque as questões raciais eram muito escamoteadas, elas eram escondidas (pausa) assim (pausa) não eram transparentes ou visíveis. As pessoas não gostavam, não falavam muito disso. Aí depois que nós fizemos a pesquisa no Afro e discutimos sobre o tema, a realidade tinha outra conotação (...)

6 - Portas abertas: ganhos simbólicos

Hasenbalg, em sua obra “Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil”, discutindo sobre a produção, distribuição e recompensas simbólicas, argumenta:

Muitos dos atributos de uma classe social aparecem porque seus membros individuais entram, deliberada ou objetivamente, em relações simbólicas

que, ao expressarem as diferenças de situação e posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transformar aquelas diferenças em distinções significativas. Portanto, uma classe social nunca se define apenas pela sua situação e posição, estrutura social pelas relações objetivas que mantém com outras classes (HASENBALG, 2005, p.108)

De acordo com Weber apud Hasenbalg: (2005, p.108)

Isso significa que as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usar esses bens, no consumo e ainda mais no consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fato em distinções significantes* ou, para falar como linguistas, em “valores”, privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Weber apud HASENBALG (2005, p.108)

É exatamente isso que estamos chamando de “ganhos simbólicos”: são os ganhos indiretos, não econômicos, mas que agem na esfera do *status* social. É esse tipo de valor agregado que o Programa possibilitou aos alunos nas esferas da subjetividade e das oportunidades.

Chamou-nos a atenção a resposta de um dos entrevistados, quando pedimos para que explicasse o que significou ter participado do programa. A sua resposta foi: “Significou, em poucas palavras, “portas abertas”. Foi o que significou participar do Afroatitude (...)”.

Esse é outro “ganho simbólico” proporcionado pelo Afro-UnB: as oportunidades que os estudantes encontram ao entrar para participar do Programa. O entendimento mais aprofundado da problemática racial aliada aos contatos obtidos pelos estudantes com especialistas em diversas áreas durante as atividades propostas pelo Afroatitude, tudo isso somado à formação acadêmica em si, mais a experiência de fazer parte de um grupo cujos interesses tocam tão importante temática racial, entre outros tantos benefícios proporcionados pelo projeto e citados pelos alunos nas entrevistas. Além disso, há outros ganhos, como a convivência entre pares, que ultrapassam o que pode ser transliterado para o papel. Todos esses conjuntos de vivências deram destaque aos estudantes em diversas áreas e lhes proporcionaram oportunidades que dificilmente seriam dadas em outras circunstâncias. Como apresenta um dos entrevistados:

Então, além da bolsa nós tínhamos muitas vantagens. Tínhamos uma que era a questão da iniciação científica no próprio Afro, nós éramos colocados com outras temáticas, além da específica racial, mas temáticas próximas à racial. E somadas à metodologia de pesquisa, e aí então a gente iniciava nessa busca investigativa. Produzi na época duas grandes pesquisas pelo Afroatitude e participei de duas ou três, na área de pesquisa era muito isso. Para você fazer a pesquisa você tem que estudar um bocado. E aí o Afroatitude proporcionava isso, também outros momentos que eram os grupos de discussões. Eram alguns textos, isso às vezes tinha dificuldade de reunir as pessoas para discutir, mas o grupo que fazia pesquisa comigo, as pessoas que fizeram pesquisa comigo (...) tinha que estudar muito, então, por vez eu (...) nos reuníamos e estudávamos alguns temas, ajudou muito nos meus conhecimentos (...). Esses eram uns dos benefícios. Então foi a permanência, teve a questão da iniciação científica e, além da questão de iniciação científica, a questão do ensino, da gente fazer suas atividades de pesquisas e a gente fazer grupos, e estudamos em grupos. Em quarto tínhamos a questão da extensão, talvez essa fosse a mais significativa na questão de contatos, fazíamos atividades de extensão *no programa Saúde e Prevenção na Escola- SPE*³³, em atividades de extensão no Pólo, e isso fazia com que gerássemos o que eu chamo hoje de Net Work, muitas pessoas que gente ia conhecendo de vários lugares, instâncias do governo na área da saúde, na área de política. Net Work é uma linha de contatos, vários contatos em que de várias áreas, empresas. Quando gente precisa falar algum assunto, trabalhar alguma temática, algum tipo de consultoria de projeto outras demandas a gente tem esses contatos. Então isso a extensão que trazia. (...) Outras coisas, além da extensão eram as atividades como seminários, congressos. Eu conheci grande parte do Brasil pelo Afroatitude e realidades diferentes também. Eu fazia parte de discussões políticas, conferências e essas coisas todas me fizeram crescer profissionalmente e também pessoalmente. (com grifo da autora)

Apesar de o Programa Brasil Afroatitude-UnB ser um programa exitoso do ponto de vista da análise de política pública, isso não se refletiu em apoio, mesmo o projeto tendo cumprido os principais objetivos inicialmente traçados, que de acordo com Bruck, uma das idealizadoras do programa, eram as seguintes:

O Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros foi concebido com o objetivo de responder a duas lacunas: a inexistência e/ou incipiência de apoio logístico e financeiro aos alunos negros que

³³ O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos. Esse projeto, alicerçado em uma demanda da população, foi implantado nos 26 estados do Brasil, no Distrito Federal e em aproximadamente 600 municípios.

entraram pelo sistema de cotas e da produção de conhecimento no campo das relações entre aids e população negra e racismo. (BRUCK, 2006 p14)

De fato, entre outros pontos, o Afro-UnB se consolidou como uma importante política de permanência para alunos cotistas. Além de produzir, com sucesso, um grande número de pesquisas - algo em torno de cinquenta estudos sobre HIV/AIDS e DSTs em geral - relacionais, raciais, sobre violência, gênero, juventude e mais tantos temas transversais diversos. Os alunos apresentam essas pesquisas desde 2006 em diversos seminários e congressos de ponta. Só para citar como exemplo, desde o ano citado, o Afroatitudo-UnB teve representantes apresentando pesquisas em eventos como o da Sociedade Brasília para o Progresso da Ciência (SBPC), o Congresso Brasileiro de Prevenção das DSTs e AIDS, o Seminário Internacional Fazendo Gênero. E mais, pesquisas do Afro-UnB se tornaram inúmeros artigos publicados.

No entanto, foi no “campo dos ganhos simbólicos” que talvez o programa tenha se sobressaído e tido mais êxito, como foi expresso na fala de um dos entrevistados, transcrita a seguir: “a bolsa nunca foi o principal benefício do Afroatitudo, a possibilidade de nos organizarmos, de falar sobre o racismo na universidade e expressar opinião sobre foi o principal estímulo oferecido pelo grupo”.

Sem dúvidas, o programa possibilitou que esses alunos transitassem em espaços nos quais comumente as portas estariam fechadas para a população negra de modo geral. O campo dos programas de iniciação científica (PIC) representa um desses espaços. Como já mencionado, estamos falando de uma academia em que os saberes são construídos de forma hegemônica pela elite branca brasileira, sabendo que tal lugar foi historicamente e socialmente renegado aos que não pertencem a essa elite acadêmica. Assim, a inserção dos alunos do Programa Afroatitudo nesse campo influenciou a construção de um saber mais plural e indubitavelmente abriu diversas portas do conhecimento para esses alunos, como revelam os fragmentos de entrevista descritos abaixo:

Sim. Minha primeira iniciação científica na Biologia, na área ambiental, que é a área minha de atuação até hoje. Também alguns trabalhos na área de atuação do AFROATITUDE, como pesquisas, atividades educativas, debates, reuniões, comissões. Tudo isso me abriu portas. Os dois pôsteres que apresentei no congresso no Afro somaram 0,25 para a minha seleção para bolsa de mestrado. (ex-aluno do Afroatitudo, mestre pela Universidade de

Aveiro, e doutorando pela Universidade de Aveiro e Asian Institute of Technology Portugal/Tailândia)

Sabemos que os projetos de iniciação científica têm beneficiado majoritariamente um grupo específico de alunos pertencentes ao segmento hegemônico branco da elite intelectual brasileira. A prática da iniciação científica é fundamental para aqueles que desejam seguir carreira acadêmica. Sua ampliação para estudantes negros, certamente, poderá significar, em um futuro próximo, o aumento de docentes negros.

Por isso, a participação em projetos de pesquisa na graduação não só fortalece significativamente a vida acadêmica, como ainda enriquece o currículo dos alunos para o mercado de trabalho. Principalmente, o currículo daqueles que seguiram ou seguirão carreira acadêmica, como descrito no trecho acima. Nesse sentido, participar desse espaço é um grande diferencial para os alunos no Ensino Superior e abre muitas portas. Um dos alunos entrevistados fez a seguinte afirmação:

É um grande diferencial, através do Afroatitude eu fiz 2 PICs, sendo que um integralmente dedicado à cultura religiosa afrobrasileira, tirando as atividades de extensão e os encontros da SBPC³⁴.

A inserção do aluno negro nesse lugar é uma grande conquista do Programa Brasil Afroatitude e esse ganho não pertence só à unidade do Afroatitude na UnB, mas também aos onze programas implementados no resto do país. Além de o Programa abrir as portas da pesquisa e extensão para alunos negros, ainda possibilita uma abertura de oportunidades no mercado de trabalho, na medida em que capacita os seus alunos em temáticas tão específicas

³⁴ PIC- Programa de Iniciação Científica os alunos podem ser inseridos no projeto de duas formas ou como bolsista, no caso da UnB recebem uma bolsa oriunda do CNPQ ou do Programa Brasil Afroatitude ou como voluntário. Os alunos são escolhidos mediante processo seletivo realizado pelo professor responsável pela pesquisa e precisam ter o Índice de Rendimento Acadêmico acima de 3. O site oficial da SBPC apresenta a seguinte definição: A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, a SBPC exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País. (...)Anualmente, a SBPC realiza diversos eventos, de caráter nacional e regional, com o objetivo de debater políticas públicas de C&T e difundir os avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento. Por meio das Secretarias Regionais, são realizadas ainda outras atividades de difusão científica. A entidade também contribui para o debate permanente das questões relacionadas à área por meio de diversas publicações .

como a problemática racial, sexualidade, HIV/DST/AIDS, saúde da população negra entre outros diversos temas, como fica evidente no trecho da entrevista abaixo:

O programa de iniciação científica e o estudo da temática HIV, raça-etnia e gênero ajudaram de forma muito direta na seleção para o meu primeiro estágio no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), um órgão do Sistema Nações Unidas.

É importante ressaltar que esses ganhos simbólicos proporcionados pelo Programa Brasil Afroatitude aos seus beneficiários possibilitaram ganhos materiais efetivos. Como foi descrito no fragmento da entrevista acima.

7 - Permanência

Iniciaremos este tópico de discussão sobre a influência do Afro na permanência dos alunos na Universidade transcrevendo o trecho da entrevista em que um dos ex-alunos do Programa Afroatitude responde a questão de como teria custeado a sua permanência na universidade:

Bolsas, bolsas, e bolsas... Se não fossem as bolsas eu não sei como eu faria para ter terminado a faculdade. Nos primeiros 6 meses de UnB, minha mãe me mandava R\$ 15 por semana pela conta do Banco do Brasil. Esse era todo o dinheiro que eu tinha. Por vezes, não dava nem para comprar a comida, pois o dinheiro ia-se todo em Xerox, lembro que uma semana R\$ 7,50 foi para uma apostila de anatomia animal. As coisas foram assim por 6 meses... No segundo semestre se não fosse a comida na cantina, a bolsa da moradia, depois a bolsa de vários programas, monitoria, Afroatitude, Conexões de Saberes³⁵ ... Acho que as coisas não teriam tomado o rumo que hoje eu acho fantástico. Eu tenho orgulho de olhar para trás e muita felicidade de olhar para frente e ver o que tenho por fazer... é bom se sentir assim. Só um

³⁵ Identificar o perfil desses novos estudantes, diagnosticar suas características socioculturais e econômicas, incorporá-los ao mundo acadêmico de forma protagonista e, principalmente, estimular seu envolvimento em ações coletivas em seus territórios de origem são iniciativas que devem ser encaminhadas de forma sistemática e ordenada. Para contribuir nesse processo, o MEC, a partir de experiência desenvolvida no Rio de Janeiro, criou o Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares. O programa, que, em seu primeiro momento, será implantado nas universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), Fluminense (UFF), Minas Gerais (UFMG), Pará (UFPA) e Pernambuco (UFPE), tem por objetivo estimular uma maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, proporcionando trocas de saberes, experiências e demandas entre as duas partes.

adendo! Atraso de bolsa é a pior atrocidade do mundo! E acontece aqui em Portugal também.

Logo, além oferecer “ganhos simbólicos”, o Programa Brasil Afroatidade apresentou um ganho material para os seus participantes, quando da concessão de ajuda de custo para esses estudantes. A importância e a especificidade dessa bolsa vêm do fato de se tratar de uma bolsa de ajuda de custo para alunos negros, oriundos, em princípio, do sistema de cotas. Esse aspecto lhe impõe um diferencial sobre as demais bolsas citadas e existentes na universidade. Ainda que, em nossa opinião, a grandeza do Programa Brasil Afroatidade esteja no *campo do poder simbólico*³⁶, não podemos desconsiderar a valiosa contribuição do Programa Brasil Afroatidade na permanência dos alunos negros atendidos pelo Programa. O fragmento a seguir é retirado da entrevista de outro aluno sobre o tema da permanência:

No início, com muito sacrifício da família. Um pouco depois, por meio da bolsa destinada àqueles que participavam do Programa Brasil Afroatidade que surgiu em apoio aos estudantes cotistas um semestre depois da implementação do sistema na Universidade de Brasília. Mais tarde um pouco, por meio de estágios remunerados e o programa Afroatidade.

O então reitor da UnB, Timothy Martin Mulholland, proferiu na audiência pública para debater a política de cotas ocorrida em 2004, na Câmara dos Deputados, o seguinte trecho a respeito da permanência dos alunos cotistas na universidade: “(...) A permanência desses alunos na universidade deve ser uma preocupação permanente, porque admiti-los e deixar que fracassem seria uma forma cruel de exclusão, pior do que não admiti-los”.

Nesse sentido, o Programa Brasil Afroatidade cumpriu com um dos seus objetivos iniciais contribuindo para a permanência dos alunos cotistas que fizeram parte do Programa, bem como dos atuais participantes. Alguns podem inclusive argumentar sobre o número

³⁶O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem. Cf. Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, p.7-8. Em outro trecho p.9-10, Bourdieu diz que o poder simbólico é um poder da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de *o conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. Durkheim - ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a “solidariedade social” no fato de participar num sistema simbólico - tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

ínfimo de vagas do programa, apenas cinquenta bolsas para atender um universo de cerca de dois mil cotistas que entraram na universidade a partir do segundo semestre de 2004. Certamente é muito pouco diante do universo total, no entanto, fazemos coro à sabedoria popular que prega que é melhor pouco do que coisa nenhuma.

É interessante frisar que o número de bolsas do programa permaneceu praticamente estático desde sua criação, assim, o acesso a essas bolsas ocorre em função das vagas ociosas. Significa dizer que a partir da primeira turma de cinquenta alunos, montada em 2004, a entrada de novos bolsistas aconteceu somente em função de saídas pontuais desses primeiros alunos e não pela ampliação das vagas.

Estes alunos deixaram o programa pelos mais variados motivos, como por exemplo, o não cumprimento das regras internas, a aprovação em concursos públicos, entre outros. Muitos alunos abriram mão da bolsa por uma questão de solidariedade, ao entenderem que não tinham mais necessidade econômica da bolsa, optaram por disponibilizá-la a outros alunos cotistas em situação de vulnerabilidade econômica. Foi dessa forma que se deu a rotatividade dos alunos no programa que, desde a sua criação até agora, atendeu mais de duzentos alunos. E, com certeza, essa bolsa do Programa Brasil Afroatitude fez/faz diferença para os que tiveram/têm acesso a ela, como demonstra o fragmento a seguir, retirado da resposta de um dos entrevistados ainda sobre o questionamento da permanência:

(...) assim que eu entrei na universidade ainda trabalhava no IBGE, mas não tava dando certo porque na UnB o curso, a maioria dos cursos exige muito. De manhã, de tarde, às vezes algumas aulas à noite, aí eu não estava conseguindo conciliar com meu trabalho. Como eu não tava conciliando no meu trabalho, eu tive que sair do IBGE. Logo no segundo semestre eu saí do IBGE, nesse mesmo espaço o professor Mario Ângelo me convidou para fazer parte do Afroatitude. E aí o Afroatitude me dava uma bolsa que era de no início duzentos e quarenta e um reais, que era um terço ou um pouco menos de um terço do meu salário, mas para a universidade era o suficiente, assim dava para manter.

O trecho acima evidencia um problema que está estritamente ligado à permanência: é a dificuldade de conciliar o trabalho e a universidade. Muitas vezes para os jovens negros não há outra escolha possível senão priorizar o trabalho, uma vez que grande parte dessa população precisa ajudar na renda familiar. Por conta da necessidade de sobrevivência

econômica, muito jovens negros dão prioridade à inserção no mercado de trabalho, deixando os estudos para alcançar tal fim³⁷. Um dos entrevistados relata essa realidade:

Antes da Universidade eu estudava nas escolas públicas. Fiz meu ensino fundamental, ensino médio na escola pública. Aí, depois que eu terminei o ensino médio, eu acreditava que o mais importante era trabalhar. Ai eu fiz concursos, fiz concursos públicos.

Por tudo isso, o Programa Brasil Afroatitude foi fundamental na vida acadêmica desses alunos cotistas. Além disso, o projeto, de certo modo, contemplou todos os alunos cotistas, na medida em que pôde servir de modelo de programa de permanência. É importante ressaltarmos que estamos falando de projetos de permanência para dois grupos socialmente desiguais com trajetórias diferentes. Apesar de ambos possuírem vulnerabilidades socioeconômicas, um é socialmente excluído porque arca com o ônus de ter a pele negra e o outro racialmente incluído se valendo das benesses de ter a pele branca. É nítido que por se ter dois grupos distintos, com necessidades diferentes, deveriam existir políticas de permanência diferenciadas. É preciso promover a equidade, no contexto de que as necessidades são desiguais. E parece-me que os moldes do Programa Brasil Afroatitude poderiam, ao menos, contribuir com as necessidades materiais e subjetivas dos alunos negros.

8 - O Afroatitude foi:

O último ponto do nosso roteiro exploratório foi um pedido aos alunos para que citassem cinco palavras que traduzissem o que foi o Afroatitude. O primeiro estudante respondeu: “Identidade, permanência, pesquisa, aprendizado; tinha outra coisa, é que cada uma dessas tem um significado bem grande para mim; outra que representa bastante “pertencimento””. O segundo citou: “Negritude, Formação, Atitude, Auxílio, Desenvolvimento”. O terceiro disse: “Autoconhecimento, amizade, luta, cultura, organização”. O quarto mencionou apenas três palavras: “Reconhecimento. Negritude

³⁷ Ver Boletins de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise 13 de 2007 e 16 de 2009. Vide: Jaccoud, Luciana (org), in: A Construção de uma Política da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos. IPEA, 2009.

aflorada. Valorização”. Finalmente, o quinto entrevistado: “Reflexão, negritude, horizonte, pesquisa e cidadania”.

Cada um dos nossos colaboradores de pesquisa procurou exprimir em cinco palavras o que o Programa Brasil Afroatitude representa para eles. De forma resumida, os estudantes tentaram expressar, dar sentido ao “significado simbólico” que o Afro-UnB teve para eles. Vamos esmiuçar mais desse “ganho simbólico”, principalmente, no próximo capítulo deste trabalho, quando analisaremos os dados da pesquisa feita com uma amostra maior do grupo de afrotitudianos.

Por ora, já podemos concluir que o Programa Brasil Afroatitude-UnB é uma política pública que obteve pleno êxito. Um Projeto que foi muito além de apenas proporcionar a permanência dos seus participantes na Universidade, tornando-se espaço de reflexão sobre o racismo e diversos temas transversais, de formação acadêmica e política. E ainda mais, o Afro se tornou um ambiente de fortalecimento da identidade negra, de discussão das relações raciais em várias esferas do cotidiano e de adensamento da negritude. O formato de grupo adquirido pelo Afroatitude na UnB e a vivência entre pares possibilitou um saudável exercício da cidadania, fazendo do “Afro” um local de pertencimento, desenvolvimento de habilidades e organização social.

Pelos dados já citados aqui, temos indícios de que o Programa Brasil Afroatitude é um avanço dentro da política de assistência estudantil no país. É um Projeto voltado para as especificidades de um grupo, podendo assim atendê-lo de forma integral. Outro forte indicador de que o Programa é um avanço dentro do campo da permanência é que seus alunos recebem uma ajuda de custo para desempenhar atividades de monitoria, pesquisa e extensão, diferentemente do programa oficial de permanência da Universidade de Brasília, no qual o aluno recebe uma bolsa para desempenhar outras funções no *campus* universitário, sendo que essas, na maioria das vezes, são tarefas administrativas.

Dentro desse modelo de permanência usado oficialmente pela UnB, os alunos suprem a demanda de falta de servidores na instituição, sendo comum a utilização dos alunos de bolsa-permanência como mão-de-obra barata. Esses alunos acabam executando atividades que deveriam ser feitas por funcionários do quadro da universidade. Devemos nos atentar para o fato de que, muitas vezes, as exigências feitas a esses alunos são quase as mesmas que são feitas aos funcionários do quadro, no entanto, sem os benefícios legais previstos. Outro dado interessante é que o modelo de programa de permanência oficial da universidade nem sempre

preza pela interlocução e a interface da atividade exercida pelo estudante em sua vida acadêmica.

Outra crítica latente que pode ser feita ao formato atual do programa de permanência da UnB é que este não capacita para o mercado de trabalho nem para a vida acadêmica. Não há como justificar a existência desse modelo por nenhuma das duas vias, afinal, em que medida atender telefone, arrumar sala de docentes, fazer serviços burocráticos internos, colabora com a formação profissional ou acadêmica?

Esse é mais um grande indicador de que Programa Brasil Afroatitude é um destaque quando falamos de assistência estudantil na universidade. O Programa consegue com sucesso estabelecer a interface entre permanência e formação acadêmica, primando por essa formação ao condicionar a ajuda de custo oferecida aos alunos à interlocução com o saberes e ainda proporcionar ao estudante, especialmente por conta do formato de grupo e pela proximidade com especialistas de diversas áreas, a interdisciplinaridade do conhecimento. Dessa forma, na pior das hipóteses, o aluno aprenderá a fazer pesquisa e a executar projetos, interagindo com outras áreas. Voltaremos a essa questão da faceta entre formação e permanência nos próximos capítulos.

Ainda assim, apesar do êxito do Afro-UnB nos objetivos que se propôs, o Programa sofreu com diversos entraves. Entre eles, talvez o mais preocupante e emblemático seja o Afroatitude não ter sido logo incorporado à estrutura da UnB como um projeto dessa instituição, sendo sempre visto como um programa do Ministério da Saúde, inclusive quando o assunto era destinação de verbas.

No ano de 2007, quando se esgotou o repasse dos recursos do MS para o Programa Brasil Afroatitude, a UnB assumiu o pagamento das bolsas dos estudantes da UnB por conta do embate e forte pressão destes e dos parceiros³⁸ junto à reitoria. Mas nem nesse momento o Afroatitude foi incorporado à estrutura da Universidade. A incorporação só veio ocorrer em 2009, quando o Programa passou a fazer parte do Centro de Convivência Negra. Até então, o Afroatitude era vinculado, desde sua criação, ao Departamento de Serviço Social, devido ao então coordenador do projeto, o professor Dr. Mário Ângelo Silva, ser professor titular desse departamento. Outra triste dificuldade do Programa Brasil Afroatitude-UnB é o número

³⁸ Chamamos de parceiros os grupos que trabalham com a questão racial dentro da universidade, como o Enegreser, professores orientadores e simpatizantes do programa e o próprio Programa Nacional de HIV/DST/AIDS do MS. Todos esses parceiros se mobilizaram minimamente para exercer pressão sobre a reitoria para que esta assumisse o pagamento das bolsas.

insuficiente de bolsas ofertadas. As cinquenta bolsas do Programa não dão conta da imensa demanda reprimida de alunos negros cotistas que entram na UnB semestralmente. Como vimos, o Afro-UnB acabou se tornando um lugar de acolhida e de sustentação de seus participantes. Nesse sentido, não havia um prazo de vinculação dos alunos ao programa, normalmente as substituições eram feitas de acordo com as saídas esporádicas dos alunos.

Estabelecer um prazo de vinculação com bolsa ao programa era algo cruel, já que grande parte dos alunos ainda necessitava das bolsas para custear a faculdade, mesmo com o passar do tempo. Fazer isso seria o que o senso comum chamaria de “despir um santo para cobrir outro”. Ao mesmo tempo havia os alunos novos que entravam e a questão: o que fazer com esses? Desligar ou não um aluno do programa sempre foi um dilema, pois isso poderia significar o fracasso de um aluno cotista na universidade.

Basicamente, os motivos de desligamento mais comuns eram: o não cumprimento das regras do programa e a obtenção de outras rendas para custear a universidade. A demanda reprimida do Afroatidade se manteve em níveis bastante altos, em parte, porque a Universidade não assimilou a importância de um Programa de permanência voltado para alunos cotistas.

Outro dilema foi a crise de identidade do Programa. Aos poucos, ele foi ganhando cara de movimento social, sem perder o elo institucional como Projeto para estudantes negros. Na prática, o Afroatidade era um coletivo negro, entretanto, como política pública que era, possuía algumas estruturas que não podiam ser modificadas, entre elas, a de ser um Programa destinado aos alunos que entraram na universidade pelas cotas. Assim, o Afroatidade não podia impedir que os ditos “afroconvenientes” participassem do Programa, uma vez que atendiam ao critério de serem alunos cotistas.

Obviamente, essa questão dos “afroconvenientes” não deixou de ser um ponto de tensão permanente dentro do grupo. Alguns alunos negros se sentiam, mais uma vez, usurpados de seus direitos. E por diversas vezes esses estudantes exigiram uma firme tomada de posição identitária dos próprios “afroconvenientes” sobre sua negritude, gerando várias discussões políticas.

Lembro do caso específico de uma aluna, a qual tratarei doravante por “B”. Essa estudante não era reconhecida pelas outras meninas do programa como sendo uma garota negra. Um dos motivos era que meninas negras se incomodavam com o fato de B não conseguir compreender a relação com os cabelos na vida de uma mulher negra. E a falta de tal

percepção se dava por B não possuir os ditos traços “negróides”. O fenótipo de B era quase de uma mulher branca. Cito aqui algumas reflexões de Gomes sobre esse assunto:

Cabelo crespo e corpo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: beleza negra (...). O cabelo do negro visto como “ruim”, é expressão do racismo da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar de inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão de ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou tratamento estético. É identitária. (GOMES, 2006, p.20)

A partir desse fragmento conseguimos ter uma dimensão do conflito que se estabeleceu no interior do Programa. As meninas negras se expressavam sobre o tema como se fosse afrontosa a presença de B entre elas. Ao mesmo tempo em que elas argumentavam que o Projeto era o espaço negro de acolhida dentro da universidade, B apresentava o critério que a tornava apta para o Programa, ou seja, era aluna cotista. A mediação desse embate no interior do Afro-UnB se deu de forma muito delicada entre a Coordenação e os estudantes. Afinal, corroborando o posicionamento de Nogueira (2007): “o reconhecimento do “ser” negro é uma questão básica no âmbito das relações raciais”.

Esse não reconhecimento entre pares, naquele momento, foi bastante delicado porque o Afroatidade estava em fase de consolidação, além disso, despontava como um espaço político de pertencimento negro dentro da Universidade de Brasília-UnB. Falaremos com mais detalhes desse espaço de pertencimento nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III: Significado dos Achados

1 - Perfil dos alunos “Afroatitudianos” (2004 - 2010)

O Programa Brasil Afroatidade-UnB contava, no momento da realização dessa etapa da pesquisa, com 50 alunos cotistas, ou seja, estava funcionando com a capacidade máxima do programa. Atualmente, os estudantes ao serem incluídos no programa Afroatidade-UnB assinam um termo de compromisso com validade de um ano, no qual eles concordam e se comprometem com as diretrizes adotadas pelo programa. Segue abaixo um trecho do termo:

O Projeto Afroatidade-UnB tem compromisso com a formação política, acadêmica e humana de seus e suas participantes. A *advocacy* das ações afirmativas para negros e negras na universidade pública e na sociedade brasileira é o eixo central do desenvolvimento das suas atividades e isso se apresenta de forma mais concreta nas ações de seus e suas participantes na Universidade de Brasília

É interessante ressaltar o protagonismo dos alunos no desenvolvimento do programa, tanto na construção dos documentos do Afro-UnB, tais como estatuto, termo de compromisso, entre outros, como na metodologia, linhas de ação e intervenção do programa. Enfim toda a logística, formato e prática foram construídos em parceria com os alunos beneficiados. Esse tipo de construção faz do Afroatidade um programa dinâmico, ou seja, está sempre em constante mudança para atender novas demandas internas e externas que concedam proveito para o grupo. Lembramos que as ideias expressas no fragmento citado acima representam as bases sob as quais o programa está fundamentado. Nos próximos tópicos iremos retratar quem são os alunos do programa Brasil Afroatidade-UnB, em seu ano inicial e agora em 2010.

Esses perfis foram traçados por meio da análise dos prontuários dos estudantes. No entanto, essa fase do trabalho evidenciou uma das fragilidades do Afro-UnB: a falta de sistematização dos dados dos participantes. Apesar dos inúmeros esforços da coordenação do programa em operacionalizar o arquivo do programa, este ainda é um desafio constante. Outra dificuldade que ficou evidente nesse momento da pesquisa, foi a falta de contratação de funcionários pela universidade para setor administrativo do programa.

Essa ausência faz com que o assistente técnico tenha de acumular as tarefas estritamente administrativas mais o acompanhamento psicossocial dos alunos. Essa questão do aglomerado de funções, além de sobrecarregar o técnico, ainda faz com que ele precise optar pela excelência na realização de uma das duas tarefas. Ficou evidente que essa opção tem sido feita em favor do acompanhamento e com a finalidade de tentar amenizar a situação dos serviços de secretaria, foram escolhidos alguns estudantes para ajudar a manter o mínimo de cuidado sobre esse setor.

Por isso, optamos por analisar cada item do perfil dos estudantes separadamente de acordo com a disponibilidade dos dados. Estes em alguns quesitos estavam tão fluidos que não foi possível a análise quantitativa, apenas a análise qualitativa. Foram analisados para esse capítulo outros documentos, como relatórios gerais do programa e dos alunos, além da entrevista feita por amostragem com o grupo de 2004.

1.1 - Os primeiros 50 alunos

O grupo de estudantes do Afroatitude constituído no final de 2004 era formado majoritariamente por mulheres, essa conclusão foi possível mediante a análise do preenchimento das cinquenta vagas do programa. A apreciação dessas fichas mostrou que o grupo era composto de 54% de meninas e 46% de meninos. Com média de idade de 21 anos e sete meses de idade, o estudante mais novo tinha 17 anos e o mais velho tinha 28. É importante destacar que nesse item consideramos apenas as cinquenta bolsas oferecidas pelo MS, desconsiderando as oito bolsas disponibilizadas pela UnB no início do programa³⁹.

Quanto ao perfil econômico, analisamos uma amostra de 86% do total de 50 alunos. O resultado apontado foi que a esmagadora maioria desse total, em torno de 88%, estava inserida dentro do grupo socioeconômico de baixa renda I e somente, aproximadamente, 11,7% eram do bloco socioeconômico baixa renda II, não aparecendo na amostra nenhum membro do grupo socioeconômico de baixa renda III, dentro das cinquenta bolsas pagas pelo

³⁹ Houve um atraso no repasse de verba pelo Ministério da Saúde- MS aos cofres da UnB para a execução do primeiro ano do Programa Brasil Afroatitude. Durante os quatro primeiros meses a UnB bancou o programa. Quando o MS repassou o recurso o dinheiro investido pela UnB não pode ser ressarcido, ficando como fundo perdido. Assim, essa diferença inicial foi revertida para mais 8 bolsas depois de uma negociação entre a coordenação da época e a reitoria da universidade.

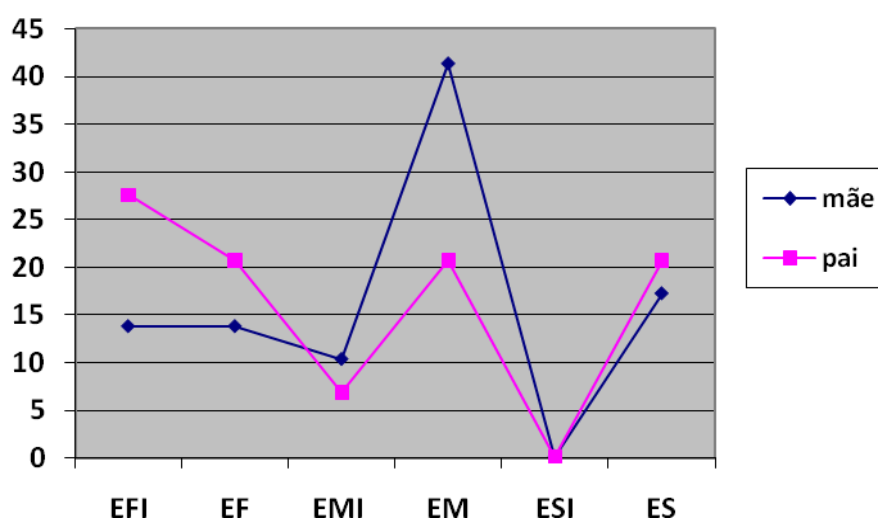
MS. O grupo apresentava a renda média familiar de aproximadamente R\$ 1.851,00 reais. Foi agregado nessa renda o valor da bolsa que os alunos recebiam que, inicialmente, era no valor de R\$ 241,00 e alguns centavos. Em meados de 2006, a bolsa subiu para R\$ 300,00, permanecendo nesse valor até os dias atuais.

Da amostra de 94% do total dos alunos do Afro-UnB, 81% desses estudantes contemplados na amostra moravam em cidades satélites de menor prestígio social do DF, como Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia, Sobradinho e outras. Aproximadamente 19% dos alunos moravam no Plano Piloto (Asa Sul e Norte) e Guará ou outras cidade satélites de classe média e alta - incluímos nesse item a casa do estudante no *Campus Darcy Ribeiro*. Em torno de 53,57% das residências dos estudantes são próprias, dessas 25% são provenientes do programa habitacional de Governo do Distrito Federal.

A maior parte dos alunos reside com os pais e/ou familiares de parentesco de primeiro grau. As exceções ficam por conta dos alunos que vieram de outros estados e que foram morar na Casa do Estudante Universitário (CEU) ou em repúblicas no Plano Piloto.

Quanto à escolaridade dos pais, foi analisada uma amostra correspondente a 58% das vagas do programa. Essa foi dissociada em porcentagem no binômio mãe e pai⁴⁰, de acordo com o seguinte gráfico:

Gráfico 3:



⁴⁰EFI - ensino fundamental incompleto; EF - ensino fundamental; EMI - Ensino médio incompleto; EM - Ensino Médio; ESI - ensino superior incompleto; ES - ensino superior.

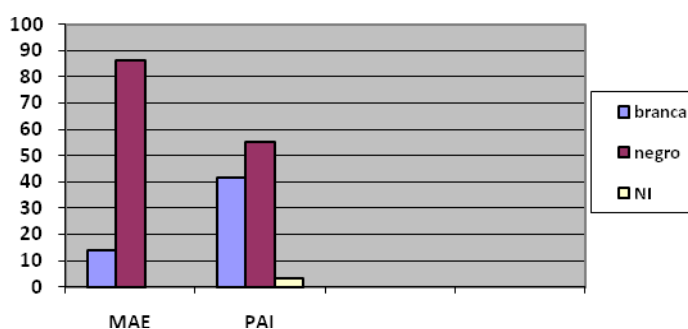
A tabela nos permite fazer uma comparação do grau de instrução entre pai e mãe: destacamos o maior grau de escolaridade das genitoras, mais de 40% dessas possuíam ensino médio completo, ou seja, o dobro da escolaridade do genitor para esse mesmo dado; enquanto mais de 25% dos pais apresentavam o ensino fundamental incompleto. No entanto, a situação se inverte quando nos referimos ao ensino superior completo em que os pais levam uma pequena vantagem em relação às mães.

No que tange a vida profissional dos pais, não foi possível sistematizar os dados de forma quantitativa, mas os analisamos de forma qualitativa, a fim de termos uma noção da inserção dos pais no mercado de trabalho e do tipo das atividades desenvolvidas por eles. Assim, percebemos uma presença significativa no setor informal da economia, em profissões de baixo prestígio social como pedreiro, mestre de obras, autônomos, empregadas domésticas, eletricitas, serralheiros entre outras. Há ainda, uma presença expressiva de funcionários públicos, mesmo sendo em postos que não demandam alto grau de instrução.

Outro dado interessante é que apesar de alguns pais terem ensino superior, isso não refletiu numa condição econômica melhor, se comparado com os demais pais que não possuem tal qualificação, mas apresentam uma renda superior.

A análise abaixo apresenta os resultados das fichas dos alunos que constavam a informação sobre a cor dos pais, ou seja, 58% dos prontuários. O exame desses dados permite inferir que majoritariamente esses alunos são filhos de mães negras e frutos de relacionamentos inter e intrarraciais.

Gráfico 4:



Retomando o gráfico da escolaridade dos pais, reparamos uma diferença significativa referente à conclusão do segundo ciclo da educação, isto é, o ensino médio, entre as mães e os

pais. Uma das explicações possíveis pode ser encontrada nos dados do gráfico acima, que mostra um predomínio de mulheres negras em relação a homens negros. Os estudos sobre indicadores educacionais, com recorte de gênero, apontam uma maior escolaridade da mulher negra. Uma hipótese para explicar a maior escolaridade dessas mulheres é a necessidade, na cultura patriarcal imperante na sociedade brasileira, de o homem exercer a função social de provedor da família.

Por fim, dentro desse universo de 58% dos alunos, 48% deles foram os primeiros do seu núcleo familiar central⁴¹ a entrar no ensino superior. Enquanto 51,72% dos alunos já tinham a experiência de ter outros parentes no ensino superior.

No primeiro ano do Afro-UnB, os cursos de alto, médio e baixo prestígio foram contemplados. O programa contou com a participação de estudantes de medicina e outros cursos da área de saúde, das diversas áreas da engenharia, com destaque para engenharia de redes e de outros cursos das ciências exatas e humanas. Fato que apoia a tese de que as cotas raciais são instrumentos eficazes e fundamentais para garantir a democratização do acesso ao ensino superior, principalmente nos cursos de alto prestígio.

1.2 - Os atuais alunos

O grupo permanece majoritariamente feminino, sendo agora composto por 71,74% de mulheres, frente a 28,26% de homens. Em 2004, apesar de o grupo ter uma maior presença feminina em relação à masculina, havia um equilíbrio proporcional entre homens e mulheres. Em 2010, o número de mulheres no grupo aumentou cerca de 20% e o número de homens, obviamente, decaiu na mesma proporção, lembrando que esse é o único dado referente ao universo total do grupo. A média de idade atual subiu aproximadamente 2 anos, indo para 23 anos e três meses. Os alunos mantêm a pluralidade dos cursos, o grupo continua sendo composto de estudantes de cursos de alto, médio e baixo prestígio.

Obtivemos 78% dos dados sobre o perfil socioeconômico dos atuais alunos. Desses, 87% são estudantes que pertencem ao grupo socioeconômico de baixa renda I. Em torno de

⁴¹Estamos chamando de núcleo familiar central, pais, filhos e parentes ditos de primeiro grau, como tios, avós e primos.

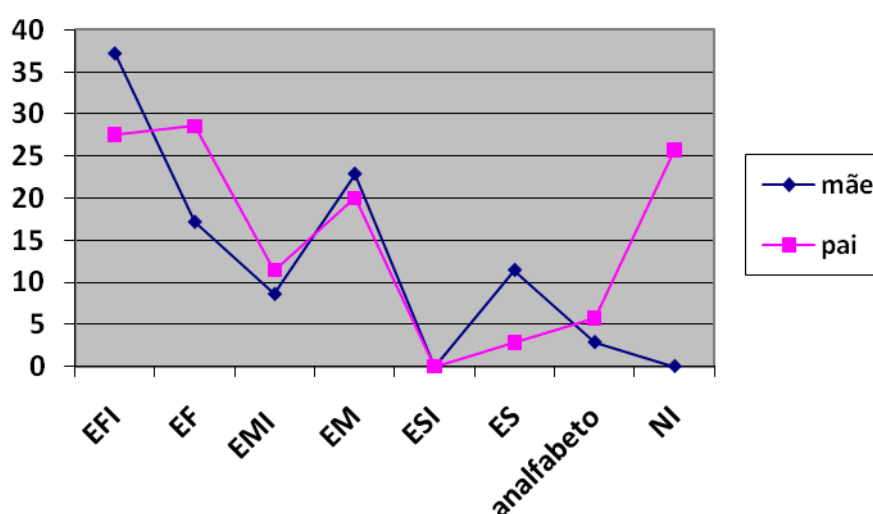
10,26% são do grupo socioeconômico III e apenas 2,56% pertencem ao grupo socioeconômico de baixa renda II. A novidade aqui é o crescimento dos alunos do grupo III. A renda média familiar diminuiu cerca de R\$ 200,00, passando a ser em torno de R\$ 1643,85 reais.

Uma das explicações seria que esses alunos, em função de algum motivo pessoal, não se inscreveram para o estudo socioeconômico realizado pela Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília – DDS/UnB e aqueles que já detinham o estudo perderam os prazos para serem reavaliados por esse setor. Nesse sentido, esse dado não significaria que o programa estaria ferindo o princípio da assistência estudantil, como demonstra a percentagem dos alunos do grupo I.

Analisamos 90% dos dados referentes ao local de moradia dos alunos do Afro-UnB. Desse universo, 71,11% moram nas cidades satélites do entorno do DF consideradas de menor prestígio social. Em torno de 10,34% moram em localidades de médio e alto prestígio social como, por exemplo, Guará e Plano Piloto, respectivamente. E 15,56% moram na Casa do Estudante Universitário (CEU).

Quanto à escolaridade dos pais foi analisada uma amostra que corresponde a 70% das vagas do programa. Essa amostra foi dissociada em porcentagem no binômio mãe e pai⁴², de acordo com o gráfico abaixo:

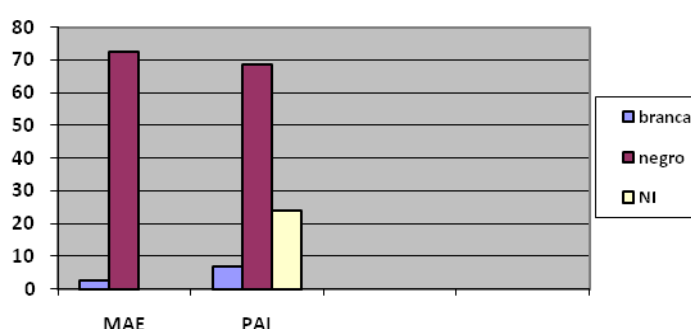
Gráfico 5:



⁴²EFI - ensino fundamental incompleto; EF - ensino fundamental; EMI - Ensino médio incompleto; EM - Ensino Médio; ESI - ensino superior incompleto; ES - ensino superior; N.I - não-informado.

O gráfico permite inferir que dos familiares encaixados nos círculos escolares apresentados - fundamental, médio e superior - apenas no primeiro grupo o grau de instrução do pai é maior que o da mãe. Outro dado, que chama a atenção, é a quantidade de dados não informados sobre a escolaridade do pai. Da análise desses dados, pode-se levantar a hipótese de que os dados não informados são provenientes dos alunos que mantêm contato apenas com a mãe. Esse é um dado novo se compararmos à turma de 2004. O gráfico abaixo faz referência à cor dos pais:

Gráfico 6:



Esse último gráfico traz o resultado da análise das fichas que continham a informação sobre a cor dos pais, ou seja, 58% do total. Essa amostra permite inferir que o grupo de alunos do Afroatitude continua sendo, em sua maioria, de mães negras⁴³. Um dado novo que aparece é o aumento da quantidade de pais negros, tendendo a certo equilíbrio. A análise dos dois gráficos permite mantermos sob suspeição o fato de que a maior escolaridade das mães seja fruto da saída precoce da escola dos homens negros em função da necessidade de entrar cedo no mercado de trabalho.

2 - Olhar de quem se formou e passou pelo programa

Nesse tópico apresentaremos o questionário feito com os alunos do primeiro ano do Afro-UnB. A opção pela escolha desse grupo de alunos se deu pelo contexto histórico no qual

⁴³Usamos nesse trabalho a categoria negra como sendo o agrupamento dos grupos pretos e pardos de acordo com o IBGE.

estão inseridos, pois se trata de um momento em que o debate e as reflexões raciais ganham intensa visibilidade, por conta da política de reserva de vagas adotadas por algumas universidades. Nesse sentido, os alunos do início do Programa Brasil Afroatidade-UnB fazem parte da primeira turma de alunos cotistas da UnB.

Além disso, grande parte desse grupo já concluiu o ensino superior, ou está em fase de conclusão. Assim, tais alunos do Afro-UnB vivenciaram intensamente os ônus e os bônus de serem os primeiros beneficiários da implementação de uma nova política de democratização do acesso ao ensino superior, conhecida por política de cotas raciais.

Ademais, como esses alunos não necessitam mais da bolsa, acreditamos que suas respostas sobre o programa seriam mais imparciais do que as dos atuais alunos, que ainda necessitam das benesses do programa e fazem parte da construção e consolidação do Afro-UnB. Assim, a escolha desse grupo garantiu um estudo das nuances que envolvem a questão na Universidade de Brasília.

Foram enviados questionários para os cinquenta alunos do primeiro ano, no entanto apenas 38%, responderam em tempo hábil para a conclusão desse trabalho. O questionário foi composto de duas partes: perfil socioeconômico, com perguntas fechadas; e as impressões dos alunos sobre o programa - essa parte foi construída com perguntas abertas. A análise do questionário para a construção do estudo de caso foi feita baseada na metodologia de pesquisa qualitativa. Apuramos os dados utilizando duas técnicas: a análise do discurso e a história de vida.

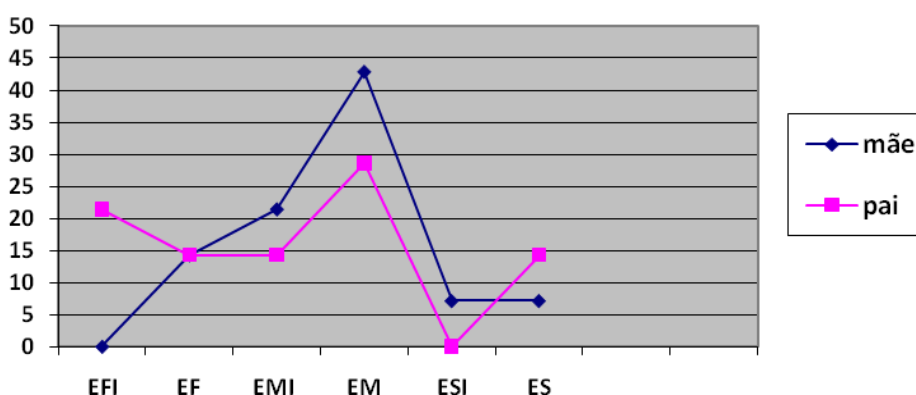
2.1 - Primeira parte do questionário: perfil dos entrevistados.

O grupo foi composto somente por alunos cotistas negros, aprovados no 2º vestibular de 2004 e que fizeram parte do Programa Brasil Afroatidade no seu primeiro ano de criação, permanecendo no grupo por no mínimo um ano. Tal grupo é mesclado por 57,14% de e 42,86% de meninas. Essa amostra apresentou um equilíbrio entre os alunos no que se refere à questão de terem sido os primeiros do seu núcleo familiar a terem tido acesso ao ensino superior. Assim, de acordo com a análise de nossa amostra, 50% dos alunos foram os pioneiros em suas famílias nesse quesito, enquanto que os outros 50% já tinham familiares

que concluíram ou ainda estavam cursando o ensino superior quando os entrevistados entraram na faculdade.

Todos os sujeitos quando responderam o questionário estavam inseridos no mercado de trabalho. A renda média familiar é de R\$ 3,403,57. A maior parte do grupo de análise, em torno de 57,14%, é moradora das cidades satélites: Samambaia e Ceilândia. O restante do grupo reside em Sobradinho, Recanto das Emas, Lago Norte e Candangolândia. O gráfico abaixo representa o grau de escolaridade dos pais:

Gráfico 7:



O exercício profissional dos pais é heterogêneo, sendo um mesclado entre profissões de alto e baixo prestígio social, como por exemplo, engenheiro civil, policial militar e servidor público em oposição a pedreiro, serralheiro e donas de casa.

2.2 - Segunda parte do questionário: as impressões do programa

Essa parte do questionário foi construída para sabermos os impactos do Programa Brasil Afroatitude na vida dos estudantes contemplados. Pretendíamos, assim, identificar os ganhos objetivos e subjetivos, bem como as fragilidades do programa, possibilitando uma análise mais completa do Afroatitude na perspectiva dos alunos contemplados.

2.2.1 - Significado de participar do Afroatitudo-UnB

A nossa primeira questão tinha como objetivo saber qual foi o significado de participar de um programa como o Afroatitudo, para a partir daí, termos dimensão da importância objetiva e subjetiva do programa. As respostas apresentaram vários pontos em comuns, sem grandes divergências e todas apontando ser um momento singular na universidade a participação no Afroatitudo.

“Participar do Afroatitudo significou ter um espaço de socialização e convivência universitária. Fora dele não me via como universidade”. Essa fala confirmou as nossas hipóteses de que a participação no Afroatitudo possui o significado, no campo subjetivo, de ter um lugar de pertencimento, de construção de identidade, um espaço de aceitação. Como ficou evidente no fragmento abaixo:

O Afroatitudo, nossa, dava pra escrever um livro enorme falando só disso. Assim como imagino que foi para a maioria, para mim representou o primeiro espaço de coletivização em torno da questão da cidadania negra no Brasil, o que posteriormente me encaminhou para o ativismo no Movimento Negro/Movimento de Mulheres/Luta por Direitos Humanos. Foi também um espaço de extremo amadurecimento humano e alargamento da própria experiência com a negritude, uma vez que pudemos perceber a heterogeneidade dos estudantes negros e cotistas e a própria complexidade da questão racial em nosso país. Foi importantíssimo pelas experiências acadêmicas, uma vez que a política, através da sensibilidade das pessoas nela envolvida, sanava um tanto considerável de nossas carências frente aos capitais prévios exigidos pelo espaço acadêmico; as oportunidades de pesquisa foram maravilhosas bem como o dia-a-dia de dificuldades que me colocou em contato com o desenrolar administrativo de uma política pública, isso me abriu muitas portas em outras atividades estudantis e profissionais. A convivência me mostrou a importância de exercer frente amorosa para que os maus tratos de um mundo de opressões, não me tornassem alguém demasiado rígida. Estar em um grupo de pessoas negras e de baixa renda assim como eu - sofrendo por estar em um espaço branco, masculinista, classista, que em quase nada valoriza nossos caracteres como é a universidade - era como me olhar no espelho, ter que me encarar, logo, ter que aprender a me enxergar melhor em dores e delícias. Foi orgânico, foi como uma nova auto-encarnação, uma catarse de auto-aprimoramento e auto-aceitação. E, é óbvio, foi importante como política de permanência, pois sem a renda proporcionada pela bolsa, eu e minha família não teríamos podido financiar meus estudos.

Confirmamos, ainda, o Afroatitude como um espaço importante de acolhimento para os alunos. Assim, o Afroatitude configurou um espaço em que as tensões e pressões sobre esses primeiros alunos cotistas eram minimizadas, como demonstra o trecho a seguir:

Significou entrar em contato pela primeira vez com questões relacionadas ao racismo, ao preconceito e suas consequências que envolvem o familiar, o social, o profissional e para aquele momento (primeira turma de alunos cotistas 2º vestibular de 2004) estava diretamente ligado a questões históricas e influenciava diretamente nas questões acadêmicas e nas escolhas de cada um que, a partir da auto declaração de aluno negro e/ou pardo ganhava também conotações políticas.

Outro aluno acrescentou que participar do Afroatitude “foi uma experiência muito positiva, haja vista contato que pudemos ter com outras pessoas que passavam pela mesma experiência de sermos os primeiros a entrar na Universidade de Brasília pelo sistema de Cotas”.

Assim os entrevistados veem a participação no Afroatitude como um privilégio por todos os pontos citados. Afirmam ainda, que o Programa promoveu melhora na autoestima e contribuiu de forma significativa para que pudessem manter-se financeiramente dentro da Universidade:

Proporcionou uma visão ampliada sobre a questão de ser negro no Brasil, sempre tentando valorizar as nossas raízes, eliminando o próprio preconceito que acabamos por desenvolver diante do que a mídia impõe como padrão de beleza e de moda. Significou uma porta aberta dentro da universidade, principalmente financeira, no meu caso, através da bolsa de iniciação científica. O que também me inseriu no mundo da pesquisa, algo que pretendo continuar, mesmo depois de formado.

Outro entrevistado acrescentou:

Participar do projeto foi uma fonte de renda para manutenção dos meus estudos, já que meus pais não poderiam me bancar nessa fase, foi também um descortinar das possibilidades dentro da universidade já que a partir da orientação recebida do projeto pude me inserir em outros programas da universidade. Também pude participar de debates sobre o racismo no Brasil que ampliaram a minha noção dessa desigualdade.

Outro significado expressivo da participação no programa é o sentimento de que o Afro-UnB abriu portas, sobretudo para a pesquisa, e os qualificou melhor para enfrentar a competição no mercado de trabalho, um dos entrevistados afirmou que “o contato com a pesquisa mudou o meu perfil para o mercado de trabalho”. Outro aluno relatou:

Foi muito importante a participação no Afroatidade. O programa me propiciou vivências e conhecimentos que ampliaram minha capacidade técnica, profissional e acadêmica. Além de possibilitar a permanência na Universidade.

A participação em projetos de pesquisa se confirma como sendo um dos eixos centrais da importância do programa, como podemos ver nos dois fragmentos seguintes:

A oportunidade me inserir no meio acadêmico por meio de pesquisa ao mesmo tempo em que me ajudou na permanência nesta universidade. Além disso, me proporcionou algo que até então eu não tinha pessoalmente, uma identidade negra reconhecida em um grupo, pois de certa forma sempre fui sozinha nesse assunto. Foi um apoio a mais na minha trajetória pessoal e acadêmica, a qual me levou aos questionamentos acerca das relações raciais como um todo e na vida política.

O segundo:

Significou uma porta de entrada à pesquisa e ao conhecimento científico e acadêmico. Mais que isso, ajudou na minha auto-percepção enquanto cidadão negro, enquanto cotista. Essa percepção ajudou na construção de uma identidade a partir de uma reflexão étnica e social. A importância dessa visão foi fundamental para a minha visão sobre os sistemas de ações afirmativas

A análise desse item nos levou a apontar que o Programa Brasil Afroatidade apresenta três eixos principais: acolhimento, permanência e oportunidades. Incluímos, no primeiro ponto, o processo de construção e aceitação da identidade negra, um espaço de socialização que possibilitou a criação de vínculos afetivos importantes e um local de pertencimento.

No segundo eixo nos referimos à questão econômica, isto é, a ajuda financeira para manutenção dos alunos na universidade. E no último eixo agregamos: a oportunidade de

pesquisa, o conhecimento técnico e acadêmico, a possibilidade de formação de uma *net work*⁴⁴ e tudo mais aquilo que os alunos definiram como portas abertas.

2.2.2 - Ganhos proporcionados pelo Afroatitudo-UnB

Ao analisarmos esse tópico, temo como propósito saber quais são/foram os ganhos concretos e subjetivos do programa. O conjunto de dados identificados aqui nos deu alguns elementos para visualizarmos os avanços do programa Afroatitudo-UnB. Assim, nesse tópico apresentamos essa questão dos ganhos do Programa Brasil Afroatitudo na visão dos beneficiados.

Nossa, acho que na questão acima já esbocei bem meus ganhos, mas, objetivamente falando, o Afroatitudo foi a matéria prima de grande parte de minha maturidade intelectual. Percebo que eu e outros colegas do programa, estamos pensando analiticamente, temas que são raros em pessoas de nossa idade acadêmica e com nossa origem socioeconômica e cultural. Outro ponto bem bacana é que, como disse, ter acompanhando de dentro o desenrolar de uma Política Pública, tanto pelo lado administrativo (*inclusive os riscos de extinção e as mostras contundentes do racismo institucional*) quanto pelo lado político, me propiciou uma experiência que me abriu muitas portas para estágios, pesquisas e outras oportunidades de trabalho. Estou na reta final de uma graduação longa e cheia de dificuldades várias, quase clichê para a população negra e pobre tão precarizada em nutrientes para a possibilidade de uma trajetória sã em vários aspectos da vida. Porém, sou otimista! Depois de duas Iniciações Científicas financiadas pelo programa; contato com pessoas de várias partes do país através de viagens e congressos de várias naturezas e a própria rotina em um grupo tão diferenciado, me colocam sem dúvidas em um patamar *sui generis* na qualidade de minha formação. Muitos colegas de meu curso se perguntam o que fazer com um diploma de Bacharel em Antropologia, dúvida essa que eu jamais teria, digo: tenho muito o que fazer com o significado íntimo e político desse título, na carreira acadêmica e/ou no mundo do trabalho, a realidade social grita por mim!

Desses depoimentos, podemos abstrair três principais ganhos do programa. Primeiramente, a construção e fortalecimento de uma identidade negra. Em segundo, uma melhor inserção dos alunos negros na vida acadêmica. E em terceiro lugar, a permanência na universidade. Como um dos estudantes bem explicitou no fragmento abaixo:

⁴⁴ Net Work- seria uma lista de contatos importantes para o desenvolvimento profissional.

Permanência por causa da bolsa auxílio que custeava material, alimentação e transporte para a Universidade. Possibilidade de aperfeiçoamento de conhecimentos por meio das pesquisas e atividades de extensão. Sensação de pertencimento ao grupo e a universidade. Aumento da autoestima, com a reflexão crítica do racismo. Capacidade gerencial e de articulação política na construção de redes de atendimento

Outro ganho simbólico que se pode observar na fala dos estudantes é o aumento da autoestima, em função do processo de construção e fortalecimento de uma identidade negra mais positiva. Ter esse aumento da autoestima é fundamental do ponto de vista da aceitação da negritude, e obviamente, dos aspectos que tangem a saúde física e mental. Acrescentamos que, à medida que o sujeito se vê como um ser positivamente importante, a sua forma de se relacionar consigo, com o outro e com a sociedade acontece de modo diferenciado, esse sujeito ganha mais empoderamento em sua forma de estar no mundo.

Um dos entrevistados fala sobre o ganho que o “espaço simbólico” do Afroatitude proporcionou a ele: “o programa foi o único espaço que tive dentro da UnB de vivenciar o que é ser negro dentro de universidade federal”. Ou seja, se apresentou como um *locus* para o exercício da negritude.

O Afroatitude-UnB também dá indícios de ter sido feliz em dois princípios fundamentais preconizados pelas políticas sociais, principalmente as de assistência: a autonomia e emancipação do sujeito. Esses aspectos foram amplamente trabalhados no Programa, o que representou mais um importante “ganho simbólico” para os seus estudantes, como mostra o fragmento abaixo:

A bolsa de estudo contribui muito para o custeio das despesas da faculdade. Tinha a ajuda da minha família, mas esta bolsa garantia também minha autonomia porque podia assumir minhas despesas pessoais. Além desta, a discussão e a participação nas oficinas sobre DST/AIDS também contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Essas foram no início do programa uma grande novidade para mim. Tive contato com um assunto essencial para minha vida que até então conhecia muito pouco. Novamente pude construir uma opinião sobre a prevenção das DST/ AIDS e sobre como combater o estigma que perpassa as pessoas afetadas por tais doenças. Tive uma trajetória pela faculdade ativa e pude participar de inúmeras atividades tanto externas quanto internas. Viajei três vezes para São Paulo para participar do EDUCAIDS e apresentei trabalho de iniciação científica em Belo Horizonte. Experiências que vou guardar para toda a vida. Quando sai da faculdade levei comigo todo o conhecimento acumulado e passei a discutir em diversos ambientes que frequentava, tanto pessoal

quanto profissional, as temáticas estudadas. Isto foi importante, porque hoje tenho uma opinião formada sobre tudo aquilo que estudei dentro do grupo.

A melhora do currículo acadêmico dos estudantes em função da iniciação científica, indubitavelmente, foi uma contribuição para que vários alunos do programa ingressassem e permanecessem na vida acadêmica. Temos notícias de que, no mínimo, 5% desse grupo de alunos cotistas de 2004, ingressaram em programas de pós-graduação dentro e fora do país. A próxima fala que transcreveremos é de uma estudante que faz parte desse grupo de alunos:

Ganhei principalmente uma melhora de meu currículo acadêmico e a decisão de continuar na academia com minha militância pessoal ao pesquisar sobre questões raciais e poder contribuir de alguma forma para essa discussão que nos colocou, enquanto cotistas, no meio do tiroteio de opiniões nesse país. Mas também, uma melhora acerca da oralidade, ao ter que expressar minhas ideias e compartilhar conhecimentos e informações diversas no grupo.

O Afroatitudo-UnB proporcionou para os seus alunos, como já pudemos ver no relato de alguns deles, uma qualificação profissional diferenciada. Embora isso não signifique, necessariamente, uma maior facilidade para determinados postos de trabalho como ressaltou um dos entrevistados: “(...) institucionalmente nenhum, as instituições ainda não deram crédito nenhum para a participação no programa (...)”. Entretanto, em alguns casos essa qualificação pode ter sido determinante, como no exemplo a seguir:

(...) No ponto de vista profissional, o programa Afroatitudo abriu as portas para a iniciação científica e ampliou o horizonte acadêmico. Os frutos começaram a ser colhidos ainda no período de graduação: o meu primeiro estágio foi em uma agência que integra o Sistema Nações Unidas, o UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e foi fundamental para a minha seleção o contato com a pesquisa e também com o conteúdo de raça-etnia e o tema gênero (tema transversal da pesquisa). Enquanto profissional, entendo que sou mais sensível aos temas sociais e ao tema de raça-etnia.

Podemos reiterar, com a análise desse item, que os maiores ganhos do Programa Afroatitudo-UnB estão no âmbito do “poder simbólico”. Vantagens que de forma alguma se contradizem com os ganhos ditos concretos. Essa característica faz com que o programa tenha

uma natureza empoderadora do sujeito, tal traço faz com que seja quase impossível mensurar a importância do programa para os beneficiados.

2.2.3- As dificuldades do Afroatitude-UnB

Apesar do Programa Afro-UnB ter se tornado uma das referências nacionais do Projeto, pois a unidade brasiliense do Afroatitude alcançou tantos avanços, não podemos fechar os olhos para as dificuldades enfrentadas pelo Afroatitude-UnB. Principalmente, por ele ter sido uma experiência piloto no campo das políticas públicas, sendo o primeiro a apresentar especificamente o recorte racial. Embora algumas sedes tenham incorporado também o aspecto econômico, como foi o caso da UnB, o principal critério para participação no Afroatitude é ser aluno negro cotista. Portanto, nessa seção trataremos desses entraves do Projeto.

Acho que assim como a maioria de nós negros, o programa é um sobrevivente. Enfrentou várias mudanças, em algumas universidades foi extinto. Desde sempre sentimos na pele o racismo institucional na forma de má vontade pública para com nossas demandas, isso se refletindo em variadas faltas de estrutura que tivemos que encarar para continuar. Um problema estrutural também foi a questão racial em si operando no desinteresse de alguns alunos e dos próprios docentes integrantes do programa. A descoletivização é uma ferida aberta na negritude, fomos separados pela dominação colonial para sermos assim castrados da força de grupo, castração essa que pra nós no Afro, muitas vezes significou desagregação empobrecedora, dificultando a formação e o desabrochar de uma consciência crítica mais elaborada em relação à nossa própria condição.

Da análise desse tópico, ficam nítidos três grandes entraves: limitação do número de bolsas e a falta de apoio institucional; a confusão a respeito do caráter filosófico do projeto em relação à militância política; e a heterogeneidade do grupo. Como ficou explícito no trecho abaixo:

Dificuldades do programa: Problemas administrativos de apoio institucional, atrasando bolsas, e não recebendo recursos para desenvolver atividades como seminários e viagens. *Segundo entrave:* a dificuldade de se

situar como entidade organizacional ou entidade militante. *Terceiro:* participação de alguns alunos e alunas que não entendem e nem querem entender a importância do sistema de cotas. (grifo do autor)

O número reduzido de bolsas limitou o alcance do Afroatitude que não consegue abranger muitos outros estudantes cotistas negros que potencialmente seriam beneficiados pelo Projeto. No trecho a seguir, podemos esclarecer algumas das causas de restrição do número de beneficiários atendidos no Programa durante todos esses anos:

Incapacidade física e financeira para abrigar mais estudantes. Instalações insuficientes para abrigar os alunos que já fazem parte do programa. Maior participação de colaboradores para projetos de pesquisa. Pouco apoio da Universidade. Há burocracias desnecessárias.

Atrelado a isso, o Afro-UnB contou com pouco apoio institucional da universidade e quase sempre funcionou baseado nas suas próprias forças e na sua capacidade de “organização social” para elaborar estratégias de sobrevivência, como explicitado no fragmento abaixo:

Nossa, foram inúmeros entraves, entre os graves que posso destacar foi o descaso da instituição com o desenvolvimento do projeto. Tanto em termos de verbas devido aos atrasados constantes no depósito das bolsas. Outro foi a falta de material destinado para o afro, nos primeiros semestres do programa, o afro utilizava material do departamento de Serviço Social. Além disso, nesses primeiros anos era visível que a instituição não tinha preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas.

O pouco apoio institucional ficou nítido quando acabou o financiamento do MS para o Afro-UnB. Essa situação causou um desgaste considerável do grupo na luta para que a UnB assumisse e se comprometesse com o programa. Desgaste que poderia ser evitado se a universidade tivesse reconhecido mais facilmente a importância do Projeto, inclusive para a formação de bons pesquisadores negros e para a visibilidade da própria Universidade, que foi agraciada com os vários prêmios recebidos pelo Afroatitude.

Em um primeiro momento, a UnB assumiu apenas o pagamento das bolsas e a impressão que ficou é que o fez porque se viu obrigada e pressionada pelos estudantes “afroatitudianos” e pelos outros setores da comunidade acadêmica, como os parceiros do

Programa. Contudo a UnB não incorporou o programa à sua estrutura naquele momento, fazendo isso somente no final de 2008, depois de muito desgaste político, emocional e financeiro dos envolvidos na militância pela continuidade do Programa. Para ilustrar, a fala a seguir retrata bem o que foi esse processo:

(...) Outra dificuldade importante foi o apoio institucional ao programa, pois quando o Ministério da Saúde decidiu acabar com o Programa, foi muito difícil a articulação pra que a UnB assumisse o Programa, o que levou a atrasos sucessivos da bolsa.

Outra dificuldade enfrentada pelo Programa foram os julgamentos quanto ao caráter do grupo. Ora, o Afroatitude foi criado com o objetivo de ser uma política de permanência para alunos negros nas universidades e de incentivá-los à produção acadêmica. E para, além disso, o Afro-UnB conquistou diversos avanços em sua trajetória, como sua bem-sucedida configuração de grupo. Assim, não é de se estranhar que com o passar do tempo o Programa passou a ter outras demandas internas e externas para militância política, bem como um maior envolvimento com a problemática racial.

E nesse contexto de evolução da filosofia do grupo, ativistas da causa negra criticaram o não comprometimento de alguns alunos até com as bandeiras políticas mais óbvias do Programa, como a afirmação da própria negritude e o entendimento das cotas raciais como direito, haja vista todas as injustiças sociais que foram cometidas contra a população negra sem nenhuma espécie de compensação⁴⁵. Isso gerou diversas críticas de militantes negros ao programa.

Mas é óbvio que esse dilema apareceria no Programa, afinal o Afroatitude se constitui de um grupo de pessoas em alto grau de vulnerabilidade social, com demandas psicossociais ligadas a questão racial que afetam a todos em comum e para, além disso, desenvolvem uma consciência finamente elaborada, não só do ponto de vista acadêmico, mas também político. Todos esses fatores citados se uniram para fazer do Afroatitude não só um coletivo que traria um fortalecimento da identidade negra e uma politização aos alunos, mas ainda que se

⁴⁵Ver: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.93 apud Domingues (2005). DOMINGUES, Petrônio. *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica*. Revista. Bras. Educ., Ago. 2005, n°29, p.164-176. ISSN 1413-2478. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 8 out. 2008. GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 444 p. ISBN 85-7147-248.

constituísse em uma arena política com diversos interesses individuais e comportamentos diferenciados.

Tudo isso gerou um conflito dentro do Programa, pois alguns poucos alunos acreditavam que o Afroatidade não deveria levantar nenhuma bandeira política relativa à questão racial. Esses alunos não se comprometiam com a produção acadêmica, nem com as atividades internas promovidas pelo Afroatidade - em que se buscava o aprofundamento nos temas relativos à problemática racial e a outras questões transversais - e nem com as atividades externas, em que o Projeto se concentrava para marcar presença política. Enquanto isso, a grande maioria do grupo considerava que não haveria como fugir da realidade de se posicionar politicamente como um coletivo dentro da Universidade. Essa característica fez com que o grupo mesclasse a sua natureza de pesquisa com a luta sócio-racial.

Daí vem outra dificuldade: a falta de compromisso de alguns alunos com o Programa, fato que deixava insatisfeita a outra parte do grupo, como expresso no trecho a seguir:

Acho que a principal dificuldade foi a questão do comprometimento da maioria dos bolsistas com o papel político do Afroatidade. Alguns não estavam nem um pouco preocupados com a evolução do Programa bem como das suas atividades pessoais dentro dele, mas sim com o recebimento da bolsa ou não. Alguns se declaravam negro dentro do programa e fora nem o citava e muito menos diziam serem cotistas

Em função da falta de apoio institucional ao Afro-UnB, sempre houve uma pressão interna para a produção intelectual no programa, já que a iniciação científica era uma das estratégias de manutenção e sobrevivência do Afroatidade.

Nesse sentido, o Afroatidade cumpriu o seu papel de modo geral, em especial quando olhamos sua função dentro da Academia, pois o Afro-UnB nunca deixou de contar com uma produção acadêmica de ponta, apesar de manter no grupo pessoas que não tiveram comprometimento com essa necessidade. Isso é possível constatar na seguinte fala de um aluno: “a falta de produção de alguns sempre foi um problema e também tivemos muitos alunos que não produziram em seu período de Afroatidade. E por isso, tal fator foi tema de constantes conflitos internos.

2.2.4 - O mérito do programa na visão dos alunos

O programa é uma ação afirmativa complementar a própria Política de Reserva de Vagas para Negros nas Universidades Públicas, logo, acredito que seu maior mérito foi ter sido uma base de sustentação e de referência para pessoas que talvez pudessem não ter continuado. O Afroatitudo trabalhou de várias formas – logísticas e humanísticas - pelo fortalecimento e pela democratização do ensino superior no Brasil.(fragmento da entrevista com os alunos)

A ajuda financeira que o programa ofereceu aos alunos certamente ajudou a impedir a evasão universitária, contribuindo de forma significativa para permanência dos estudantes do Afroatitudo, como pode ser observado nas próprias falas dos entrevistados que já foram citadas. Outros méritos do programa na visão dos estudantes, são: a formação e a inserção acadêmica dos alunos que, de certo modo, como apontado por um dos entrevistados, acabou por ser a única ação do Plano de Metas da Universidade de Brasília (“Sistema de Cotas para a Promoção da Igualdade Racial”):

(...) ter conseguido aplicar e cumprir parte do plano de metas da universidade, sem a própria universidade (re) conhecer exatamente como se dá essa atividade. O mérito científico das suas produções devem ser destacadas e a sua intervenção junto a sociedade também foi e é algo significativo. Para além disso, o mérito mais importante foi o de contribuir para a formação e permanência de estudantes negros cotistas

Ainda, como outras contribuições significativas do programa temos: o fortalecimento da identidade negra e o caráter acolhedor. “Apoio emocional e de convivência, apoio acadêmico e construção afetiva de relacionamentos com outros alunos e alunas que possuem experiências com o racismo, o preconceito e suas diversas faces” figuram como uma das principais conquistas do programa, como já foi amplamente demonstrado pelos dados da pesquisa apresentados neste trabalho.

Mais um mérito do Programa, na visão dos entrevistados, é que ele serve de modelo para outros programas para alunos cotistas, como mostra o trecho abaixo:

Acredito que o Programa é estratégico e atende a demanda oriunda das cotas, de assegurar a permanência dos alunos negros cotistas e de implementar a

inclusão destes alunos na universidade, pois o sistema de cotas insere os negros na universidade branca, mas a sensação de pertencimento, a verdadeira inclusão negra, se dá por meio de Programas como o Afroatitude

Esses pontos, permanência, formação, inserção acadêmica do estudante e acolhimento do aluno negro, foram os principais aspectos assinalados pelos entrevistados a respeito dos méritos do Programa.

2.2.5 - Percepção racial a partir do Afroatitude-UnB

Nossa! Como agora depois de velha me firmei no ativismo político e nos estudos sobre relações sociais, a cada dia percebo mais nuances da questão racial no Brasil e no mundo. É bastante grave tudo, tem hora que parece não ter saída, pois o racismo abrange várias áreas da vida humana psíquica, política, econômica, cultural em vários âmbitos... são fundas as dores e os prejuízos da desumanização das pessoas negras. Mas não há como negar os avanços, ainda que recebamos golpes como a ação do DEMOcratas no STF contra as cotas na UnB. Quando paro pra pensar na vida de meus bisavôs, ainda na senzala, vejo que nossa resiliência produz sempre frutos de superação. (Fala de uma das entrevistadas sobre o acúmulo de conhecimento sobre a questão racial)

Agregamos nesse item as duas últimas perguntas do questionário que tratam justamente da percepção atual da problemática racial e das diferenças de entendimento sobre essa temática antes de participarem do programa. Como é de se imaginar todos foram unânimes que hoje estão muito mais amadurecidos no debate racial. Na fala de um dos entrevistados: “O programa foi vital na desconstrução e construção de pensamentos e ampliação e aplicação de conhecimentos”.

Para muitos o espaço do Afroatitude foi o espaço de descoberta para essa questão, como pode ser percebido na fala a seguir: “(...) Antes não percebia de forma alguma. Tratava tudo com naturalidade. Mas também nunca havia presenciado este tipo de debate em lugar nenhum, nem na escola, nem na televisão, nem em casa (...)”.

Encerraremos esse tópico com a resposta de um dos estudantes, a qual nos pareceu resumir todo o significado do Afroatitude como *lócus* de iniciação do debate racial:

Diferença? O Afroatidade foi o ponto culminante na minha vida em relação à descoberta da situação racial do país. Minha vida, em matéria de compreensão das relações raciais, pode ser dividida em antes do Afroatidade e depois do Afroatidade.

3- Outro olhar sob o Afroatidade-UnB: o das assistentes técnicas

A proposta inicial desse trabalho era fazer estudo de caso do Programa Brasil Afroatidade sobre a ótica dos beneficiários, no entanto, no decorrer da pesquisa encontramos outros achados que complementaram o nosso estudo e que julgamos importante compartilhá-los. Assim, nesse capítulo, iremos apresentar primeiro algumas considerações sobre a execução do Afro-UnB e depois daremos uma pincelada nos achados referentes ao Programa Brasil Afroatidade, na visão dos alunos que foram os representantes nacionais do Programa.

Temos a impressão que nesse momento, ainda é importante lembrar o lugar de fala da pesquisadora, que foi uma dessas assistentes técnicas do Afro-UnB durante todo o processo de consolidação do programa dentro da UnB. Nesse sentido, fomos impelidos a trazer a pesquisadora enquanto sujeito do estudo, junto com as demais assistentes técnicas.

3.1 - Perfil das assistentes técnicas do Afro-UnB em 5 anos

Durante os cinco anos de existência do programa, coincidentemente, o cargo de assistente técnico foi ocupado por mulheres: Adelyany Santos (janeiro de 2005 a dezembro de 2005), Cristiana Luiz (dezembro de 2005 a março de 2009), Aline Costa (março de 2009 a janeiro de 2010) e Andressa Marques (janeiro de 2010 até os dias atuais). Indubitavelmente, essa característica contribuiu de forma determinante para condução e formatação do Afro-UnB, uma vez que a responsabilidade do acompanhamento e da assistência aos alunos era atribuição dessas técnicas. Elas são as vozes interlocutoras de mediação entre os alunos e a coordenação.

Nesse item, iremos discutir um pouco sobre as impressões dessas quatro mulheres a respeito do Afro-UnB. Fizemos um roteiro básico com 4 questões para serem respondidas por

elas: perfil, dificuldades profissionais, dificuldades institucionais enfrentadas, impressão geral do programa.

3.1.2 - O perfil das assistentes técnicas e as dificuldades enfrentadas

Esse grupo de mulheres possui algumas características em comum, a saber: jovens, na faixa etária entre 20 e 28 anos; formação profissional na área de humanidades, as duas primeiras em Serviço Social, a terceira em Pedagogia e a atual em Letras. Contudo, uma característica em especial nos chamou a atenção: a pouca experiência profissional. Todas elas ao assumirem o cargo eram recém-formadas, sendo a primeira experiência profissional, logo, gozavam de uma imaturidade técnica. Tal fato se deu em função do contrato, já que esse era feito como estágio técnico, que é um programa da UnB destinado para pessoas recém-formadas.

A pouca experiência dessas mulheres era um obstáculo a ser superado, pois um projeto da envergadura do Programa Brasil Afroatitude-UnB, com uma série de nuances e complexidades, que discute a problemática racial e social em um único lugar, poderia, à primeira vista, exigir profissionais com mais experiência. Contudo, essa inexperiência das técnicas foi sendo amadurecida junto com o programa e isso certamente reverberou na formação, condução e consolidação do Afro-UnB.

Quanto ao pertencimento étnico-racial, as três últimas técnicas se identificaram como negras e apontaram o Afro como sendo um lugar de fortalecimento da identidade negra, como ficou explícito na fala de Andressa Marques:

Negra. Minha identidade racial foi construída a partir do olhar aos pares. Começou com as impressões e conversas com o meu pai que sempre fez questão de trazer a afirmação da identidade negra para dentro de casa. Passei pela adolescência sendo a única negra na maioria dos espaços que frequentei e a Universidade seria mais um lócus com essas características, se eu não ingressasse no Afroatitude.

Minha inserção num espaço com pessoas da mesma trajetória e o arcabouço teórico que conquistei nesse Projeto foram e são essenciais para o processo contínuo que é a construção da minha identidade negra.

A assistente social Adelyany Santos teve dificuldade para responder esse quesito, como percebemos no fragmento da pesquisa transcrito a seguir:

Confesso que ainda tenho dificuldades com a definição da minha identidade racial, pois sempre me percebi parda, mas assim que entrei no Afroatidade fui classificada como branca pelo EnegreSer. Venho de família de negros, descendentes de escravos, e me identifico culturalmente com a população negra. Mas ao mesmo tempo nunca sofri discriminações decorrentes da raça. Ou seja, não sei responder a essa pergunta.

Em seu primeiro ano de funcionamento o Programa Brasil Afroatidade-UnB sofreu uma série de desconfianças sobre sua concepção, execução e futuros resultados por parte do EnegreSer e de alguns docentes que trabalhavam com a temática na universidade. Uma das críticas mais ferrenhas foi dirigida à coordenação do programa, por entenderem que essa era composta por não-negros.

A pergunta central era: como um programa para negros não é coordenado por negros? A questão da representatividade e legitimidade do programa era sempre evocada. Entretanto, essa dificuldade foi superada posteriormente na medida em que os resultados do programa foram aparecendo. O diálogo com esses grupos também foi facilitado quando o cargo de assistente técnica foi ocupado por uma mulher negra.

Outra dificuldade enfrentada por essas pessoas, principalmente, no início do programa foi a pouca intimidade com a temática racial como afirmou Adelyany Santos: “imaturidade com a temática, nunca tinha discutido, estudado, me aproximado das questões raciais”. Tal fato também ocorreu com a sua sucessora na coordenação do Programa Brasil Afroatidade, Cristiana Luiz, que afirmou (2010):

Inicialmente minha única experiência na temática era de ter nascido negra e vivenciado as dificuldades advindas dessa condição, mas não conhecia a parte teórica que é fundamental para a compressão problemática racial.

Isso demandou um esforço da coordenação para equalizar essa situação, assim, a formação dos alunos e da coordenação ocorreu de forma simultânea. Outro dado relevante é que as duas últimas assistentes técnicas do programa são ex-alunas do Afro-UnB, portanto, são lideranças forjadas no seio do próprio grupo.

3.1.3 - Dificuldades institucionais enfrentadas e impressão geral do Programa

Corroborando o que já foi apontado pelos alunos no tópico “Dificuldades do Afroatitudo-UnB”, a sustentabilidade do projeto foi o maior entrave institucional do programa nesses cinco anos de existência. Essa sustentabilidade muitas vezes se traduziu em falta de apoio institucional para o pleno desenvolvimento do programa. A falta de apoio ainda está presente, mesmo com a universidade assumindo o pagamento das bolsas em 2007, afinal, as necessidades institucionais do programa não podem ser resumidas somente ao pagamento das bolsas, como fica nítido na fala de Andressa Marques:

Desde 2007, nosso Projeto está a cargo da Vice-Reitoria, sem nenhum aumento no número de bolsas oferecidas, sem espaço que comporte esse trabalho, sem recursos destinados ao desenvolvimento das tarefas (se quisermos imprimir uma declaração em papel couché, por exemplo, devemos tirar do próprio bolso). Tudo isso demonstra um certo descompromisso, é a fragilidade de um sistema de Ações Afirmativas “preocupado” com os números de quem entra, sem oferecer uma Universidade que realmente dê conta das especificidades desse segmento.

Atualmente, o programa apresenta dificuldades com o espaço físico, que, por sua vez, tem apresentado um sério problema para o fortalecimento da identidade negra, como percebemos, ainda na entrevista de Andressa Marques:

Hoje temos uma carência muito significativa para a construção diária da identidade do grupo: o espaço. Não comportamos mais 50 bolsistas dentro da sala que sempre fizemos nossas reuniões semanais no Centro de Convivência Negra-CCN, com o aumento da assiduidade dos (as) alunos(as) tivemos que migrar para uma sala maior (na Faculdade de Educação) e percebo essa mudança como uma perda, pois há o esvaziamento do espaço do CCN, além do sentimento de não pertencimento a um espaço de fato, o que é danoso aos(as) alunos(as) que pouco se sentem confortáveis em outros espaços da UnB.

Essa situação reflete a dificuldade que a instituição tem em absorver integralmente o Afro-UnB como um programa da universidade, não oferecendo condições de funcionamento adequado e uma estrutura física que comporte as necessidades do programa.

Todas as entrevistadas foram unânimes ao ressaltar que o programa é estratégico para o fortalecimento da política de cotas raciais da UnB, já que acolhe e viabiliza a permanência dos alunos cotistas na universidade, como afirma Adelyany Santos:

Considero o programa uma proposta muito ousada e muito importante para a desconstrução de barreiras raciais e culturais na sociedade. Uma ótima oportunidade para esses estudantes terem contato com atividades de pesquisa e extensão desde o início da vida acadêmica, além de proporcionar um espaço de socialização dessa comunidade específica, e um espaço de formação e articulação política. Tendo em vista que a permanência na universidade muitas vezes é comprometida por questões financeiras, o projeto também é um importante auxílio nesse sentido.

O Programa Brasil Afroatitude é uma proposta inovadora de política pública, em que o usuário é o principal protagonista, sendo convocado a deixar uma postura passiva e assumir um papel pró-ativo na execução do programa, além de ter um papel de incubadora para o desenvolvimento de possíveis intelectuais negros.

4 - Considerações finais do capítulo

Algumas coisas nos chamaram a atenção nesta fase do trabalho. A primeira delas foi uma ficha de dados que consta no prontuário dos alunos selecionados para ocuparem as vagas ociosas em 2010. Nesse instrumental tem um campo de preenchimento do pertencimento étnico-racial dos pais, o quesito raça/cor. É bom lembrar que todos os instrumentais foram preenchidos pelos alunos.

Em uma das fichas, ao lado do critério raça/cor, havia uma anotação em que a pessoa escreveu “raça humana”. Esse detalhe nos intrigou já que refletiu uma possível fragilidade no debate racial feito pelos alunos que entraram pelo sistema de cotas. É possível que muitos desses alunos possuam o discurso baseado em argumentos mediáticos e falaciosos da elite brasileira. Nesse sentido, a universidade precisa oferecer condições para desconstrução, construção e reconstrução do discurso sobre a problemática racial no Brasil, oferecendo ferramentas para a construção de um saber plural.

O exemplo apresentado reforça a importância que Afroatitude-UnB tem, enquanto espaço de acolhimento e de formação sobre as relações étnico-raciais para os alunos cotistas na universidade. Destarte, a UnB poderia usar o Programa Brasil Afroatitude como forma de minimizar o impacto sofrido pelos alunos cotistas no espaço acadêmico, fazendo do Afro-UnB um lugar de adaptação desse aluno. Assim, um programa da envergadura do Afroatitude deveria estar ao alcance de todos os cotistas e não apenas limitado a um grupo de cinquenta alunos.

Outro dado que devemos considerar é o fato de que primeiro estudante quilombola da UnB foi acolhido pelo Programa. Isso é de valor simbólico imensurável para o Afroatitude-UnB. Tal fato confirma que o Programa tem se transformado em espaço acolhedor e de permanência dos alunos cotistas. E apesar da universidade ter apresentado resistência para incorporá-lo em sua estrutura, ele vem se mostrando como uma opção de suporte eficiente para a especificidade da temática racial.

A pesquisadora acompanhou de perto o caso desse estudante, que apresentou no primeiro ano de curso sérios problemas de adaptação à universidade. Trazido para uma academia hostil em relação à questão racial, esse fato teria sido causa de evasão se não fosse a intervenção do programa Afroatitude-UnB. A experiência do racismo na universidade vivenciada pelos alunos do Afroatitude descortinou o fato de a universidade, ainda hoje, não estar preparada para o enfrentamento e eliminação da discriminação racial no *campus*, apesar de seus esforços pontuais.

Nesse sentido, não seria demais dizer que o programa Brasil Afroatitude-UnB tem um papel fundamental na estrutura da universidade. Apesar de apresentar dificuldades como a institucionalização rebaixada, a falta de recursos, o número reduzido de vagas, entre outros entraves, o Afroatitude é o único espaço que tem atenção específica sobre o apoio financeiro e a inserção acadêmica dos cotistas, sem falar no acolhimento desses alunos como foi relatado pelos próprios estudantes do Projeto.

Para muitos desses alunos, o Afroatitude é a porta de entrada para o debate racial, fazendo com que o Afro-UnB seja uma importante ferramenta de luta política sócio-racial. E talvez, esse seja o desafio: conciliar o caráter de uma política pública com a construção de um coletivo negro. Dessa forma, torna-se imprescindível a interface do programa com os outros espaços que debatem a temática racial na universidade.

Outro dado que saltou aos nossos olhos durante a pesquisa foi o custo anual do programa: são gastos na execução do programa R\$ 150.000,00. Esse valor gasto é somente com as bolsas dos estudantes, logo, entendemos que esse valor é relativamente baixo do ponto de vista de política pública.

Assim um ponto primordial precisa ser colocado: por tudo que apresentamos no capítulo II e III, pudemos inferir que o Programa Brasil Afroatitude-UnB tem sido uma política de relativo sucesso e que o projeto contribuiu para a emancipação sociopolítica do aluno e para o fortalecimento da identidade negra, mesmo com um valor orçamentário pequeno.

Por tudo isso, fica a grande pergunta: se o programa é o sucesso que é, por que a UnB tem dificuldade de assumir integralmente o projeto e de oferecer condições de pleno funcionamento e ampliação do número de vagas? Parece-nos que uma das respostas para essa pergunta seria a existência do racismo institucional na UnB, lembrando que este está presente na estrutura de quase todas as instituições brasileiras, configurando-se como um grande entrave para o desenvolvimento de projetos com foco étnico-racial.

Considerações finais

Começamos esse estudo com objetivo de demonstrar que a política de assistência estudantil para alunos cotistas precisa ser diferenciada, pois necessita levar em consideração os aspectos psicossociais causados pelas iniquidades do racismo. Assim, com este estudo, queremos subsidiar o debate das Ações Afirmativas, apontando que para que o sistema de reserva de cotas nas universidades tenha sucesso, destacando aqui essa política para a população negra, é necessário garantir mais do que a entrada no ensino superior: é necessário ir além e garantir a permanência do aluno cotista na universidade para que não haja evasão por motivos econômicos.

Nesse intuito, partimos do princípio de que o Programa Brasil Afroatitude ofereceria elementos peculiares e fundamentais para se constituir uma política estudantil voltada para o acompanhamento e permanência dos alunos universitários negros. Assim, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa com parte da primeira turma de alunos do Programa Brasil Afroatitude-UnB.

A justificativa desse trabalho no campo da política social se deu em função de entendermos o racismo como uma categoria estruturante da sociedade brasileira. Com isso, queremos dizer que no Brasil temos um grupo racial que é detentor de facilidades e privilégios socioeconômicos, diversos ganhos simbólicos, acesso às oportunidades e direitos facilitados em função de um pertencimento étnico-racial.

Esse grupo foi plenamente inserido no processo de constituição da sociedade brasileira. Em contraposição a este grupo, temos outro grupo racial que tem no seu pertencimento étnico-racial um limitador para todas essas questões citadas. Os membros deste último grupo foram inseridos historicamente de forma marginalizada dentro da sociedade. Distinguimos esses grupos sociopolíticos⁴⁶ como: brancos e negros, respectivamente.

De acordo com IBGE, a população branca compõe cerca de 49% dos brasileiros enquanto que 50% da população brasileira é negra. Esses dados reforçam a afirmação que a população brasileira é composta majoritariamente pela população negra, entretanto, como afirmamos no primeiro capítulo deste trabalho, a maior parte da população negra está na base da pirâmide social brasileira, estando entre os maiores demandantes por políticas sociais. Os

⁴⁶Enfatizando grupo 'sociopolítico', entendemos que as palavras 'raça' e 'grupo negro e branco' neste trabalho não se referem ao sentido biológico desses termos, mas sim a uma designação sociopolítica.

indicadores sociais demonstram que há um abismo que impede que os benefícios dessas políticas atinjam plenamente a população negra. A esse abismo damos o nome de racismo institucional.

Dessa forma, entendemos que o racismo estrutura a realidade social brasileira, vitimando uma parcela significativa da população e fazendo com que ela seja inserida de forma rebaixada na estrutura socioeconômica do país e seja, conseqüentemente, excluída de desfrutar de forma equânime os seus direitos conquistados.

Para garantir mais justiça social, as políticas de ações afirmativas surgem como instrumentos de enfrentamento da situação de exclusão e marginalização da população negra e essas políticas afirmativas estão presentes nos cinco continentes e de forma alguma se opõe as políticas de cunho universalista.

Entendemos que essas são políticas complementares que garantem o acesso e o gozo igualitário dos direitos sociais. As políticas de ações afirmativas, no caso da população negra, garantem o acesso às políticas universais como: saúde, educação, assistência e trabalho, que são direitos sociais historicamente negados à população negra em função da estrutura racista presente na sociedade brasileira.

Esse é o caso do acesso ao ensino superior, em que as políticas de cotas raciais vêm como uma estratégia para garantir o acesso da população negra à universidade de forma mais aproximada⁴⁷ com o contingente percentual de negros no país, corrigindo assim a distorção do baixo número de estudantes negros na Academia e assegurando, ao menos, a entrada de um determinado percentual de pessoas representantes desse segmento, em face da irracional desproporção entre o percentual de negros e brancos na sociedade brasileira. Chamamos atenção para subrepresentação da população negra em diversos os setores da sociedade brasileira quando comparada a população branca. As exceções ocorrem nos setores de menor prestígio social em que há uma inversão, isto é a população negra figura como maioria.

Assim, o Programa Brasil Afroatidade com suas ações voltadas para universitários negros complementa e fortalece as políticas de cotas raciais nas universidades, isso justificou a importância desse estudo no campo das políticas públicas. Fizemos um recorte nesse estudo

⁴⁷Citamos aqui a terminologia “aproximada” para dizer que as cotas para negros objetivam uma representação étnica mais justa dos negros nas universidades, em especial, nas Instituições de Ensino Superior Públicas. Mas sabemos que isso ainda está muito longe do real, já que segundo dados do IBGE, a representação percentual de negros no Brasil é de mais de 50% da população brasileira absoluta, e só para exemplificar, as cotas na UnB, em debate nesse trabalho, não passam dos 20% para negros.

e analisamos somente a unidade do programa Brasil Afroatidade-UnB, uma vez que esse é, reconhecidamente, um dos polos que obteve os maiores êxitos na operacionalização e resultados do programa.

Uma das conclusões na qual chegamos, após a realização do nosso trabalho, é que o Programa Brasil Afroatidade-UnB é um projeto dinâmico e inacabado, estando sempre em processo de reconstrução e à procura de novas dinâmicas para melhor atender as exigências impostas no trabalho com a população negra. Com esse objetivo, uma das principais características do Afro-UnB é que os alunos e a coordenação decidem coletivamente os rumos do programa. Consideramos que as etapas de planejamento, monitoramento, avaliação e fiscalização, feitas em parceria com os próprios usuários do serviço são um avanço na materialização e execução de programas implementados no âmbito das políticas públicas.

Esse aspecto de interação e troca de informações com os usuários do programa analisado, na unidade da UnB, como já mencionamos, conferiu total protagonismo e empoderamento aos seus estudantes. Essa característica explica a nossa opção de basear o presente trabalho no olhar dos estudantes afroatitudianos, pois acreditamos que eles foram as pessoas que melhor puderam nos mostrar os avanços, entraves e desafios do Programa Brasil Afroatidade. Por isso, realizamos uma pesquisa qualitativa com os estudantes e com as quatro assistentes técnicas, que já tinham passado pela assessoria e coordenação do Afro-UnB até a data de realização da pesquisa em tela.

1 - Os achados da pesquisa

1.1 - Os ganhos do Programa

Concluimos que o Afro-UnB é um importante espaço de acolhimento para os alunos cotistas da universidade, porque como vimos, esse lugar comportou inúmeras trocas entre os pares, facilitou e promoveu a discussão da problemática racial, tornando-se um importante espaço político e de construção da identidade racial e política de seus integrantes. O Afro-UnB permite que seus alunos desconstruam, reconstruam e formem o seu próprio discurso sociopolítico sobre a problemática racial e sobre tantas outras questões transversais distintas,

possibilitando o desenvolvimento de um pensamento coeso a respeito da temática racial e dos diversos temas correlatos. Esses conhecimentos e percepções serviram para dar a esses estudantes uma formação diferenciada em sua área de atuação.

Assim, a convivência entre pares tornou-se um passo importante para o fortalecimento da identidade negra, a solidificação da negritude e a elevação da autoestima desses alunos cotistas que em algum momento da sua história acadêmica puderam participar do Programa Brasil Afroatitude. Os dados empíricos da pesquisa mostraram esses avanços. Podemos também dizer, que a participação dos alunos no Afro-UnB foi fator primordial para uma mudança positiva no comportamento e no olhar sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor, provocando uma transformação psicossociocultural importante.

Um dos desdobramentos dessa formação e da convivência entre os pares proporcionado pelo Programa na UnB é a participação efetiva dos alunos em outros espaços políticos importantes para o debate racial e, conseqüentemente, para as cotas raciais. Essas últimas têm nesses alunos exemplos de sucesso da política de reservas de vagas, política tão polemizada pela sociedade brasileira.

Outro ganho subjetivo e simbólico que não pode deixar de ser enfatizado porque é de suma importância, inclusive para o enfrentamento da questão racial dentro da universidade, foi a transformação do Afroatitude em um ente político na luta pelo enfrentamento do racismo, figurando dentro de diversos espaços políticos.

Formados no seio do Projeto, alguns jovens se tornaram atuantes na militância negra da atualidade no Distrito Federal, os quais encontraram no Afro a oportunidade das primeiras vivências de movimento social e amadureceram politicamente para poderem reivindicar coletivamente os seus direitos. Tal aspecto faz com que o programa Brasil Afroatitude seja uma amálgama de política pública e movimento social. Além disso, o Afro-UnB contribuiu e fortaleceu significativamente as políticas de ações afirmativas na UnB, em especial a política de cotas.

O protagonismo dos alunos no processo de execução do projeto fez deles co-responsáveis pelo êxito do programa e essa dinâmica se refletiu positivamente no processo de construção do conhecimento, o que acabou concedendo aos alunos um sentimento de responsabilização sobre a produção de conhecimento pautado em um olhar mais plural e abrangente. Isso pode ser levado para outros espaços legítimos de construção de

conhecimento, como congressos, seminários, mesas-redondas e outros espaços acadêmicos, políticos, artísticos, em que esses jovens passam e se tornam protagonistas.

Outra importância do programa, é que ele se tornou uma incubadora de futuros intelectuais negros, já que a mola propulsora do programa são as atividades de pesquisa e extensão, sendo a primeira, largamente prioritária. Assim, nesses cinco anos de existência, o programa formou mais de 150 possíveis pesquisadores negros em todas as áreas do conhecimento. Esse fato renova a esperança de termos mais pessoas negras dispostas e preparadas para estudarem, pensarem e proporem soluções para a problemática racial. Outra expectativa é a possibilidade de que o crescimento de pesquisadores negros em número e qualificação reflita no aumento de docentes negros, contribuindo também para a solidificação de uma universidade de conhecimento mais pluralista, onde todos os saberes são importantes.

A permanência também foi um dos ganhos fundamentais do Programa para os alunos cotistas, já que este atende alunos em situação de considerável vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, podemos afirmar que a ajuda de custo financeira ofertada pelo Programa aos estudantes colaborou para que os primeiros estudantes do Afro-UnB concluíssem o ensino superior.

Essa contribuição continua sendo significativa para a permanência dos atuais estudantes na academia. Levando em consideração o elevado custo da vida acadêmica, durante a coleta de dados da pesquisa, os alunos exprimiram que uma parte expressiva dos gastos com alimentação, fotocopiadoras e transporte foi e são custeados com recursos da bolsa do Programa. Isso demonstra que o Programa foi e é um facilitador da permanência acadêmica desses alunos na UnB.

1.2 - Entraves e desafios

Apesar de ter alcançado significativos avanços o programa sofreu com a falta de apoio institucional, esse fator tem se configurado como o maior entrave enfrentado pelo Programa Brasil Afroatitude-UnB desde a sua inauguração na universidade. A UnB apresentou uma forte resistência para absorver o programa e o colocar em sua estrutura. Quando o programa foi criado em 2004, no convênio estabelecido entre o Programa Nacional de HIV/DST/AIDS

do Ministério da Saúde e a Universidade de Brasília ficou acordado que o Programa Nacional repassaria os recursos para o pagamento da bolsa e a UnB daria condições estruturais para o funcionamento do Afroatitude no *campus* universitário, incluindo o suporte físico e material. No entanto, a universidade nunca assumiu na prática essa função de garantir as condições mínimas para o bom funcionamento do programa.

Em 2007, com o fim do repasse de verba do Ministério da Saúde para o pagamento das bolsas, a UnB foi, praticamente, obrigada a assumir o pagamento da ajuda de custo. Tal fato só ocorreu por causa da pressão exercida pelos estudantes, coordenação e parceiros do Afro-UnB junto à reitoria. Toda essa coação causou um embate político extremamente desconfortável para a universidade, uma vez que pairava sobre a UnB a acusação de que a não continuidade do programa seria um exemplo explícito de racismo institucional. Mesmo o programa sendo a única ação aparente do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da UnB, ele teve dificuldades institucionais expressivas para garantir a sua sustentabilidade dentro da universidade.

Somente no final de 2008, após tantas lutas políticas, a reitoria da UnB destinou de forma extraoficial a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (ADAC) como o centro de custo no qual o Afroatitude estaria ligado. Antes disso, o programa estava ligado ao Departamento de Serviço Social, já que o coordenador do programa pertencia a esta unidade da instituição. Mesmo assim, essa vinculação era somente para a emissão de documentos, não sendo este departamento responsável pela garantia da estrutura de bens materiais duráveis (equipamentos permanente de consumo) e não duráveis (materiais de escritório) necessários ao funcionamento do programa. Essa situação só foi minimamente resolvida com a acomodação do Programa na ADAC. Aliás, esse é outro entrave do programa: a falta de documentos que oficializem o Afroatitude como um programa da universidade.

Essa falta de documentação faz com que a relação entre a UnB e o Afro ocorra de uma forma “doméstica” e não institucional. Queremos com isso, dizer que relação entre a UnB está estabelecida na base do favor⁴⁸ e não da institucionalidade. Para demonstrar em números o valor ínfimo gasto pela Universidade para o funcionamento do Programa: o custo anual do Afro-UnB é de R\$ 150.000,00 reais. A UnB recebeu do Ministério da Educação, em 2009, um repasse de verbas no valor de R\$ 1.031.742.972,46 e a Fundação da Universidade de Brasília

⁴⁸Sem desconsiderar aqui as inúmeras lutas políticas entre os estudantes e a Universidade, mas enfatizando que a falta da documentação própria “esvazia” essa relação entre essas duas partes, inclusive, dificulta o acionamento de direitos básicos para os alunos do Projeto.

(FUB) R\$ 777.738.665,23, deste recurso R\$ 16.820.354,51 são destinados ao auxílio financeiro ao estudante.

A não inserção formal do programa na estrutura da universidade é um exemplo cabal do racismo institucional que permeia as instituições brasileiras de forma geral. Ora, se não for isso, o que justificaria tanta resistência em oficializar o Programa Brasil Afroatitude-UnB na estrutura administrativa da própria Universidade que o abriga, se o programa tem apresentado resultados positivos, é de baixo custo financeiro e é legitimado pela comunidade acadêmica como um projeto importante?

O não reconhecimento formal do Afro como programa da universidade reverbera em outra problemática: a disputa pelo espaço físico. O Afro-UnB tem funcionado no prédio Centro de Convivência Negra (CCN), desde 2006. Inicialmente, a gestão do espaço era compartilhada entre a ADAC e o Afroatitude-UnB, entretanto, essa relação sempre foi tensa e conflituosa, em função das divergências de interesses políticos dos dois grupos. Recentemente, o Afro perdeu o espaço para a realização da reunião no CCN devido a uma reorganização interna do espaço promovida pela ADAC.

Podemos afirmar que um dos fatores que contribuiu para construção dos processos de negritude e fortalecimento da identidade negra foi a frequência dos alunos ao CCN, principalmente nos dias das reuniões semanais. Assim, a ausência de um espaço físico interfere diretamente nesses dois processos de construção da auto-imagem, na medida em que, a convivência entre os pares, as trocas de experiências são extremamente salutares para a solidificação dessas categorias de auto-reconhecimento.

O tratamento dado ao Programa Brasil Afroatitude-UnB não difere do tratamento dado às demais políticas voltadas para a população negra, as quais também contam com pouco aporte de recursos. Temos a impressão que tais projetos de políticas raciais são vistos num plano menor do que as outras políticas públicas. Há vários relatos sobre as ingerências cometidas em relação a essas políticas afirmativas, como por exemplo, a má vontade de funcionários que estão de alguma forma ligados com esse último tipo de política.

A dificuldade de execução e outras distorções cometidas em relação às políticas voltadas para população negra encontram justificativa assentada no racismo. E isso não foi diferente no caso do Afroatitude, citando, por exemplo, os inúmeros atrasos no pagamento das bolsas aos alunos. Muitas vezes o atraso do pagamento se deu em função da demora de alguns

funcionários em dar andamento no processo ou por outras questões banais, como o pedido de pagamento da bolsa retornar porque não estava em ordem alfabética.

A não incorporação do programa na estrutura da universidade dificultou ainda a ampliação do número de vagas do Afro-UnB. A luta do programa, desde 2007 - ano que terminou o repasse de verba pelo Ministério da Saúde -, tem sido mais focada na manutenção de, pelo menos, cinquenta vagas já existentes. Ressaltamos que, de certo modo, houve um retrocesso no número de vagas, já que em 2005, o programa contava com cinquenta bolsas oriundas do Ministério de Saúde e mais oito bolsas assumidas pela UnB em um acordo informal, contudo essas oito bolsas foram retiradas quando a universidade passou a pagar todas as bolsas. Ou seja, essas oito bolsas foram perdidas e oito alunos foram dispensados logo após a UnB se responsabilizar pelo pagamento das bolsas do Afroatidade.

Além disso, a falta de apoio institucional fez com que Afro-UnB acabasse vivendo um insulamento na academia, fazendo com que todos os esforços e ações empreendidas para o sucesso do programa ficassem ao encargo do próprio Afroatidade. Isso trouxe dificuldades: a falta de divulgação do Projeto dentro e fora da Universidade, pouco acesso da comunidade acadêmica ao programa, luta pela manutenção do espaço físico do Afro conquistado em 2005 e etc., fez/faz com que o Afroatidade seja confundido e acusado de ser um gueto negro dentro da universidade.

A falta de aporte de recursos e a institucionalização rebaixada do Afro-UnB na instituição impedem o planejamento a longo prazo para as atividades extra-pesquisa. Assim, o programa fica limitado a executar atividades e metas apenas a curto prazo. Evidenciamos aqui que o programa está constantemente trabalhando com demandas e contingências imediatas, ainda que, a coordenação e os alunos tentem traçar e executar metas a curto, médio e longo prazo. A institucionalização precária do programa na universidade não permite que tal planejamento mais longo seja cumprido de maneira eficaz, pois a execução de metas a médio e longo prazo requer estabilidade institucional, provisão de recursos e apoio técnico.

Nesse sentido, acreditamos que o três maiores desafios do Programa Brasil Afroatidade-UnB atualmente sejam: a institucionalização do Afro na estrutura universitária, a ampliação do número de vagas e um maior aporte de recursos para uma execução de maior qualidade das atividades referentes ao Programa.

É importante ressaltar a resistência do MEC em assumir a negociação e responsabilidade pela continuidade do programa. É importante frisar que MEC por meio de

sua Secretaria de Ensino Superior- SESU⁴⁹ em nenhum momento dialogou com as universidades a respeito da necessidade e viabilidade da continuação do programa ou chamou para si a responsabilidade do programa, ação contrária do que teve com projeto Conexões dos Saberes.

Nesse sentido, o MEC precisava ter sido o principal estimulador de políticas de Assistência Estudantil dos alunos negros inseridos na universidade. Havia a necessidade do protagonismo desse órgão nessa questão, mas ao invés disso o MEC se furtou de qualquer responsabilidade sobre esse assunto empurrando o encargo sobre assistência aos alunos negros e manutenção do programa Brasil Afroatitude para as universidades. A falta de empenho do MEC para resolver a questão contribuiu significativamente para a baixa institucionalização do Programa Brasil Afroatitude.

1.3 - Outros achados

Neste estudo, tivemos acesso a uma série de documentos e relatos de diversas fontes ligados ao Afroatitude, porém primamos pelos que vieram dos alunos do Afro-UnB, porque esse foi nosso público-alvo. No entanto, não pudemos nos furtar de relatar um determinado evento emblemático que fortaleceu e deu maior visibilidade ao Programa Brasil Afroatitude. Esse evento foi o VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e Aids, ocorrido no segundo semestre de 2006, na cidade de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais.

O Programa Nacional de HIV/DST/AIDS, na tentativa de sensibilizar os demais parceiros sobre a importância e a necessidade da continuidade de um projeto de política pública da envergadura do Brasil Afroatitude, convocou o I Encontro Nacional do Programa Brasil Afroatitude. Esse evento se tornou o ápice do projeto no país naquele momento. Foi reunido em BH cerca de 540 alunos, isto é, quase a totalidade dos beneficiados nacionalmente do programa.

⁴⁹ A Secretaria de Educação Superior (Sesu) é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, supervisão e desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (Ifes) e a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também são de responsabilidade da Sesu. (disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354>. Acesso dia 29 de setembro de 2009)

Como bem resumiu o representante do Afroatitude Unimontes:

A primeira grande experiência que o Afroatitude proporcionou, foi a I Mostra Brasil Afroatitude ocorrida em 2006 em Belo Horizonte/MG no V Congresso Brasileiro de DST/Aids. Nele tivemos a oportunidade de experimentar vários sentimentos, trocamos várias experiências, pois foi uma agenda onde aglutinou parte de todos os bolsistas Afroatitude espalhados pelo Brasil. O Evento foi mágico, aprendemos muitas coisas em seu decurso, como lutar e conseguir a permanência do projeto para mais um ano. O espaço também nos contemplou no sentido de apresentação de trabalhos, capacitações e quebra de paradigmas racistas e homofóbicos. Foi uma das mais importantes experiências humanas que tive em toda minha vida.

A importância desse evento rendeu um artigo chamado “Afroatitude: A fabricação de uma identidade racial?”, por Simone Monteiro, publicado em 2007, no livro “Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo”, tendo os seguintes organizadores e autores: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos. É importante ressaltar que este grupo de pesquisadores é declaradamente contra o sistema de cotas raciais na universidade.

Nesse artigo a pergunta central é: “Por que o Programa Nacional de HIV/DST/AIDS do Ministério da Saúde gastou dinheiro voltado para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS com programas do tipo Brasil Afroatitude, que são voltados exclusivamente para a população negra?” A autora discorre em seu artigo, falando do seu incômodo de chegar ao congresso historicamente elitizado e monopolizado pelos pesquisadores brancos, como as maiorias dos eventos científicos o são, e encontrar um grande número de alunos negros, apresentando trabalhos, participando e reivindicando que o estado se comprometesse com a problemática racial.

Ao lermos esse artigo, tivemos a exata dimensão do medo que tem a elite brasileira de que os negros ocupem estes espaços de divulgação e apropriação de conhecimentos. O mesmo receio que cerca a entrada de negros na Academia por meio das políticas de cotas, medo de que os negros ao competirem em igualdade de condições assumam os lugares socialmente privilegiados.

Nesse evento foi lançado o livro “Brasil Afroatitude - Primeiro ano do Programa” com um compilado das principais pesquisas realizadas pelas onze unidades do projeto. Foi a primeira vez na história desse Congresso Brasileiro de Prevenção das DSTs e Aids que houve

a apresentação de tantos trabalhos de autores negros e a presença de tantos negros naquele espaço científico tão elitizado. Obviamente, esses alunos foram vítimas de muitas atitudes racistas nesse evento

Para além do congresso, o programa Brasil Afroatidade inspirou muitas pesquisas em nível nacional e internacional. Algumas que, inclusive, tiveram como objeto de estudo o próprio projeto, como suas origens e história, e outros estudos, a exemplo deste trabalho, estavam interessados em escutar estudantes envolvidos com a discussão da questão racial. Acreditamos que o Afroatidade inspirou esses pesquisadores nos seus estudos a terem um importante olhar sobre a problemática racial.

1.3.1 Um Adendo

Em julho de 2008, na cidade de Florianópolis- SC aconteceu Segunda Mostra do Programa Brasil Afroatidade. Nesta ocasião, os estudantes do programa formaram uma comissão nacional para discutir a sustentabilidade do programa. Foi escolhido um representante cada Afroatidade. E foi para esses representantes que enviamos o mesmo roteiro orientador respondido pelos alunos dessa pesquisa, o nosso objetivo com esse questionário era ter somente uma noção geral a respeito do Programa Brasil Afroatidade como todo, uma vez que o nosso objeto era o Afro- UnB.

Ao analisamos os questionários tivemos como indicativo que os principais avanços, entraves do Afro- UnB refletia o cenário do Programa Brasil Afroatidade, isto é, aparentemente os resultados dos outros programas são semelhantes ao do Afro- UnB. A grande diferença percebida foi a não incorporação institucional dos programas Brasil Afroatidade, na maior parte das universidades, não havendo nem uma institucionalização rebaixada do programa. Assim os mesmos foram encerrados quando esgotaram os recursos do financiamento do MS, mesmo com todo reconhecimento acadêmico e social a respeito da eficiência e eficácia do programa.

Podemos resumir o sentimento de gratidão e reconhecimento da importância do programa desses alunos a respeito do programa na fala do representante do Afroatidade-Unimontes

Esse programa é responsável pelo que hoje eu me tornei. Entrei na faculdade sem nenhum conhecimento de causa sobre as questões raciais no Brasil, pouco sabia sobre a escravidão e em meu imaginário

toda a situação difícil que minha família passava foi por conta de meus antepassados que foram escravizados. Eu também sofri várias discriminações raciais. Não sabia me defender, não sabia me comportar e o Afroatitudo além de me proporcionar ferramentas para debater, provocar e exigir me formou, fez de mim um líder. Hoje eu estou representante da Juventude Negra de Minas Gerais, sou representante dessa juventude no Conselho Nacional de Juventude, me tornei uma referência no debate sobre políticas públicas de Juventude e inclusão racial. Constantemente sou convidado para palestrar em escolas, seminários, congressos e faculdades, sou porta voz da semente que plantaram em mim em 2005, quando comecei conhecer sobre as verdades que a escola não conta.

1.4 - Sugestões e recomendações do trabalho

Entendemos que uma das funções da pesquisa em políticas públicas é apontar possíveis sugestões para o aprimoramento do objeto de estudo. Assim, diante da constatação que a maior dificuldade do programa é a sua precária institucionalização, que ocorre de forma informal, urge a necessidade de uma cobrança sistemática junto à reitoria para que haja uma incorporação oficial e definitiva do Programa Brasil Afroatitudo e com isso possa ser destinado ao Afroatitudo condições mínimas de sobrevivência, como um corpo de funcionários e a garantia de um espaço físico adequado para as necessidades do programa.

A inclusão do Afroatitudo na estrutura da universidade precisa ser feita com aporte de recursos suficientes para a sustentabilidade e manutenção do programa de forma digna. Seria interessante sensibilizar a UnB para que esta assumisse o papel de protagonista na *advocacy* do programa junto as demais instâncias governamentais, com objetivo de captar recursos e reativar o Programa Brasil Afroatitudo em âmbito nacional, pois se trata de um Programa que trouxe muitos benefícios à Universidade, haja vista o despontamento de pesquisadores negros, a visibilidade que o Programa dá a Universidade e os vários prêmios alcançados pelo Afro-UnB

Outras questões que urgem nas pautas atuais de reivindicações do Afroatitudo são a manutenção da cobertura das atuais vagas, a ampliação das bolsas, bem como o aumento do valor das mesmas. Entendemos que um programa como Brasil Afroatitudo não pode

beneficiar somente cinquenta estudantes. Nesse sentido, o aumento do número de bolsas beneficiará os alunos cotistas e o enfrentamento do racismo institucional.

Para que essas sugestões sejam operacionalizadas e materializadas é necessário um engajamento de toda a comunidade acadêmica na luta em prol do Afroatitude, uma vez que os benefícios do programa alcançaram diretamente ou indiretamente todo corpo acadêmico.

Conclusão geral

A pesquisa comprovou a nossa hipótese de que o Programa Brasil Afroatitudo-UnB com o seu formato inovador de política estudantil possibilitou uma real transformação das percepções de negritude, da situação sócio-racial e da mobilidade social dos sujeitos participantes, proporcionando para esses alunos nítidas vantagens psicossociais. Assim, o programa foi capaz de alterar, de forma positiva, o modo como os estudantes cotistas se identificam em relação ao seu pertencimento étnico-racial.

A nossa pesquisa apontou também que o Afroatitudo-UnB é uma ação que veio de fora para dentro da universidade. Primeiro ele foi criado e instaurado no *campus* em função do convênio entre instituições, depois a UnB foi obrigada a dar continuidade ao programa e acabou por promover uma baixa institucionalização do programa.

No entanto, apesar das reconhecidas eficiência e eficácia dos resultados do programa o mesmo padece de apoio institucional, principalmente do MEC. Esse fato descortinou a existência do racismo institucional presente na UnB, mesmo tendo ela sido pioneira na implementação das políticas de cotas raciais. Lembramos que o ranço do racismo institucional permeia outros órgãos governamentais. Por fim, podemos estender os motivos dessa falta de apoio institucional, governamental e político à todas unidades do Programa Brasil Afroatitudo.

Referências

ANDRE, Maria da Consolação. **O Ser Negro: A construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília: LGE Editora, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice Mencarini (orgs.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977. Cap. 13, pp. 200-214.

BERGHIN, Nathalie; JACCOUD, Luciana. **Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

BERNADINO, Joaze; GALDINO, Daniela (orgs.). **Levando a raça a sério ação afirmativa e universidade**. Coleção políticas da cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. Estudos Afro-asiático, 2002. Vol.24, n.2, pp. 247-273. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a02v24n2.pdf>>. Acesso em 10/10/2009

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. Editora Brasiliense, 1986, sexta edição.

BRUCK, Karen. A iniciativa de implantação do Programa Brasil Afroatitude: contexto de surgimento. In: **Brasil Afroatitude: Primeiro ano do Programa**. Coleção DST AIDS- Série Anais, Seminários e Congressos 6, 2006.

BUARQUE, Cristovam. In: **O que é Apartheid o apartheid social no Brasil** – Coleção Primeiros Passos. Brasília: Editora Brasiliense, 1993, primeira edição.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Acesso e Permanência no ensino superior: cotas raciais e étnicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de Publicações, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

CHIZZOTI, Antonio. In: **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Editora Cortez, 1991, segunda edição.

COSTA, Ângelo Roger de França. In: **A Problemática Racial na Política de Assistência Social no Brasil: O Desafio da Especificidade Negra**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação acadêmica da Prof.^a Rosa Helena Stein. Apresentado ao Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DEMO, Pedro. Exclusão Social – Categorias novas para realidades velhas. In. **Ser Social 3-Revista do programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Exclusão Social e Situação de Risco**. Julho a dezembro, 1998

_____. **Pesquisa e informação qualitativa**. São Paulo, Editora Papirus, 2001.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo Ventura. **Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: ED 34, 1999.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade – O Direito como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves Martins (orgs.). **Afirmando direitos - acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Coleção cultura negra e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10639/ 03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou negro em questão.** São Paulo, UNESP, 2006

IKAWA, Daniela. **Ações Afirmativas em Universidades.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1988, terceira edição.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise 12, 2006.**

_____. **Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise 13, 2007.**

_____. **Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise 15, 2008.**

_____. **Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise 16, (prelo).**

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: **As políticas públicas e desigualdade racial 120 anos de após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

MAILHIOT, G. **Dinâmica e gênese dos grupos.** São Paulo: Duas cidades, 1976, pp. 30-61.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte, Autêntica, 2004

_____. **Racismo da desigualdade à intolerância.** In: São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE. 4 (2):51-54, abril/ junho,1990.

_____. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo. Àtica, 1986

_____. Identidade, Cidadania e democracia: algumas reflexões sobre o discurso antiracistas no Brasil. In: SPINK, M.J.P (org). **A cidadania em construção uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cota. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1979

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista - idéias em prol de uma utopia chamada Brasil.** Coleção políticas da cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Relatório Anual das Desigualdades raciais 2007/2008.** In: RIBOLDI, Ari. **O bode expiatório.** Nacional, Age, 2007.

PEREIRA, Potyara. **Resgate e Transformação Social.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <crissluiz@yahoo.com.br> em: 01 maio 2003

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Desigualdade de oportunidades no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009

SANTOS, Salles Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: MEC, SECAD, 2005.

SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações afirmativas e igualdade racial. A contribuição do direito na construção de um Brasil diverso.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTOS, João Paulo de Faria. SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima. **Ações Afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais.** Rio de Janeiro DP&A, 2003.

SECAD, Secretaria de Ação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei nº 10639/03**. Ministério da Educação, Secretaria de Ação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, sétima edição.

SILVA, Adailton; LUIZ, Cristiana; JACCOUD, Luciana; ROSA, Waldemir. Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de política de igualdade racial. (1988- 2008). In: JACCOUD, Luciana (org). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos 20 anos**. Brasília, Ipea, 2009.

SOARES, Sergei (org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

RANGEL, Mary. A violência do estigma e do preconceito à luz da representação social. In: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Ação Afirmativa – o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica**, publicado na revista trimestral direito público 15/1996, Malheiros editores.

RIBOLDI, Ari. **O bode expiatório**. Porto Alegre- RS: Age, 2ª edição, 2007.

THEODORO, Mario Lisboa; JACCOUD, Luciana. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas América**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **As políticas públicas e desigualdade racial 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

ZEGARRA, Mônica Carrilho. Ações Afirmativas e Afrodescendentes na América Latina: Análise de Discursos, Contra-Discursos e Estratégias. In: SANTOS, Salles Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas América**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ZONINNSEIN, Jonas; JUNIOR, João Feres (orgs.). **Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

SITE:

Programa Brasil Afroatitude. Disponível em <www.aids.gov.br>. **Acesso dia 20/03/ 2008**
<http://ava.ead.ftc.br/conteudo/circuito1/pos_graduacao/CursoHistoria da Cultura Afro Brasileira/11-politicos e intelectuais negros no brasil/disciplina.pdf>.

Portal da Transparência. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>> **Acesso dia 1/05/2010**

Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/ensino60.htm>>. **Acesso dia 16/05/2010**

Convenções Internacionais Disponível em <<http://www.observatoriosocial.org.br/biblioteca/publica.php?codtipopub=27>> **Acesso dia 02/11/2009**

Projeto Conexões dos Saberes disponível em <<http://www.cpcx.ufms.br/union/index.php?cp=169&categoria=1011>> **Acesso dia 02/02/2010**

Secretaria de Igualdade Racial o que é. Disponível em <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/sobre>> **Acesso dia 10/11/2009**

Projeto Saúde e Prevenção na Escola. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12370&Itemid=578> **Acesso dia 02/02/2010**

Perfil SBPC. Disponível em <<http://www.sbpcnet.org.br/site/asbpc/mostra.php?id=473&secao=303>> **Acesso dia 10/06/2010**

Matéria aprovação do estatuto da igualdade Racial Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/getPDF.asp?t=69213>> **Acesso dia 10/06/2010**

Secretaria de Educação de Ensino Superior– SESU <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354> **Acesso dia 29/09/2010**

PESSOA CONSULTADA:

Mário Lisboa Theodoro- Professor Pesquisador Associado ao Programa de Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília-SER/IH/UNB. **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. IPEA**

Anexos: